UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

IANAEL LAYSE DE SOUZA RODRIGUES

# HABITAR O ESPAÇO URBANO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BAIRRO CENTRO DE ARACAJU (SE)

MACEIÓ-AL
2024

IANAEL LAYSE DE SOUZA RODRIGUES

# HABITAR O ESPAÇO URBANO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BAIRRO CENTRO DE ARACAJU (SE)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (Dinâmicas do Espaço Habitado) da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para obtenção do grau de Mestra em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Débora de Barros Cavalcanti Fonseca

Maceió-AL
2024

**Catalogação na fonte Universidade Federal de Alagoas Biblioteca Central Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB-4 – 1251

R696h Rodrigues, Ianael Layse de Souza.

Habitar o espaço urbano: população em situação de rua no bairro Centro de Aracajú (SE) / Ianael Layse de Souza Rodrigues. – 2024.

105 f. : il.

Orientadora: Débora de Barros Cavalcanti Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura: Dinâmicas do espaço habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 94-105.

1. Espaço urbano – Aracajú (SE). 2. Espaços públicos. 3. População em situação de rua. 4. Políticas públicas. 5. Aporofobia. I. Título.

CDU: 711.4

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo cuidado, incentivo e força dados a mim durante esse trajeto.

Ao meu marido Aldiney Bispo, pelo amor, por ter estado ao meu lado em todos os momentos e por compartilhar comigo a vida.

À minha mãe, Vânia Cristina, e ao meu irmão Daniel, pelo amor e carinho de sempre e por terem deixado esse percurso mais leve.

À querida orientadora, Profª. Drª. Débora Cavalcanti, por ter aceitado o desafio de conduzir este trabalho, pelos ensinamentos e aprendizados, pela paciência, por saber dos meus limites, mas também por enxergar minhas potencialidades.

Aos Professores Doutores Alexsandro Porangaba, Lindemberg Araújo e Luciane Marisco, aos quais tanto admiro, por terem aceitado participar das minhas Bancas e pelas contribuições imprescindíveis para conclusão do trabalho.

À Pastoral do Povo da Rua, em especial ao Marcos Correia, que abraçou a pesquisa e sempre se mostrou disponível para compartilhar seus aprendizados.

Ao grupo de pesquisa do qual faço parte, o Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST-FAU/UFAL), que em muito contribuiu para minha pesquisa.

À Dhyene Vieira, por ter surgido em minha vida e se tornado essencial durante esse processo.

Às minhas amigas Amanda, Cris e Mileise, pelo incentivo e alegria que tanto abrilhantou meu caminho.

À Mirele Soares, pela parceria e troca durante o mestrado.

À Profª. Draª Maria Angélica, por ter me ajudado a olhar de um outro modo e pelo incentivo de sempre.

Aqueles que habitam as ruas, os quais gentilmente me acolheram, e aos demais entrevistados, que colaboraram para a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFAL), pela oportunidade de estudo no curso de Mestrado.

Ao apoio, em forma de bolsa, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A todos vocês, minha admiração e gratidão.

Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que podem e devem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejo de superar a situação atual (Brasil, 2004, p. 15).

## RESUMO

A população em situação de rua integra o cenário de desafios sociais nas grandes cidades do mundo, com sua trajetória marcada por desvinculações múltiplas, persistentes e acumulativas. Esta pesquisa concentra-se na população em situação de rua (PSR), no bairro Centro de Aracaju – Sergipe (SE), imersa em uma realidade de vulnerabilidade social que representa uma das formas mais extremas de pobreza urbana. O propósito central é compreender a relação da população em situação de rua com o espaço urbano do bairro Centro de Aracaju - SE, com foco nas práticas cotidianas no habitar. O estudo adota abordagem metodológica que integra a análise de histórias de vida de 15 participantes, compreendendo 11 pessoas em situação de rua e 4 profissionais que atuam diretamente com elas. Esta metodologia inclui ainda a elaboração de dois guias contendo perguntas direcionadas tanto para a PSR quanto para os profissionais que a assistem. A pesquisa se utiliza de fontes bibliográficas e documentais pertinentes ao tema, pesquisa de campo e mapeamento, para identificar os locais com maior presença da população em situação de rua, bem como para evidenciar a aporofobia. Somam- se outros procedimentos metodológicos, tais como consultas em *sites*, artigos, bibliotecas virtuais e matérias jornalísticas. Constatou-se a falta de articulação e insuficiência das políticas públicas, além da ausência de equipamentos públicos urbanos que atendessem à população em questão. As histórias de vida evidenciaram aspectos importantes do cotidiano da população em situação de rua: escassez de estrutura nos abrigos, assim como ausência de abrigos adequados para mulheres e famílias. As motivações mais recorrentes para a vida nas ruas incluem o rompimento de vínculos familiares, relações conflituosas, uso de substâncias psicoativas e depressão. Identificaram-se espaços segregacionistas marcados pela aporofobia e medidas higienistas, sobretudo em áreas comerciais, agências bancárias, jardins e fachadas. Espera-se que esta dissertação possa contribuir para o entendimento das relações da população em situação de rua de Aracaju, com o espaço urbano e a luta pelos seus direitos.



**Palavras-chave:** população em situação de rua; políticas públicas; aporofobia; Sergipe; Brasil.

## ABSTRACT

The homeless population is part of the scenario of social challenges in large cities around the world, with its trajectory marked by multiple, persistent and cumulative detachments. This research focuses on the homeless population, in the Centro neighborhood of Aracaju (SE), immersed in a reality of social vulnerability, which represents one of the most extreme forms of urban poverty. The central purpose is to understand the relationship between the homeless population and the urban space of the Centro neighborhood of Aracaju - SE, focusing on daily living practices. The study adopts a methodological approach that incorporates the analysis of Life Stories with 15 participants, 11 of whom are homeless people and 4 professionals who work with them. The research uses bibliographic and documentary sources relevant to the topic, field research and mapping, to identify the places with the greatest presence of the homeless population, as well as to highlight aporophobia. Other methodological procedures were added, such as consultations on websites, articles, virtual libraries and newspaper articles. The lack of articulation, the insufficiency of public policies, and the absence of urban public facilities that served the population in question were noted. The life stories highlighted important aspects of the daily life of the homeless population: lack of structure in shelters, as well as the absence of adequate shelters for women and families. The most common motivations for being homeless include breaking family ties, conflicting relationships, use of psychoactive substances and depression. Segregationist spaces marked by aporophobia and hygienic measures were identified, especially in commercial areas, bank branches, gardens and facades. It is hoped that this dissertation can contribute to the understanding of the relationships between the homeless population of Aracaju, the urban space and the fight for their rights.



**Keywords**: homeless population; public policy; aporophobia; Sergipe; Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

**FIGURA 1 – Localização do Estado de Sergipe e da capital Aracaju no território brasileiro** ..... 16

**FIGURA 2 – A cidade de Aracaju (1855/1865)** ..... 17

**FIGURA 3 – Marcos urbanos do bairro Centro de Aracaju, 1920/2020** ..... 18

**FIGURA 4 – Delimitação da área estudada** ..... 22

**FIGURA 5 – Prédio do Centro POP à esquerda e Restaurante Padre Pedro à direita** ... 42

**FIGURA 6 – Perfil da PSR pelo Cadastro Único no Brasil** ..... 46

**FIGURA 7 – Motivações da vida nas ruas** ..... 47

**FIGURA 8 – Casa de Passagem Acolher e Abrigo Freitas Brandão** ..... 59

**FIGURA 9 – Reboque do Banho Para todos** ..... 63

**FIGURA 10 – Ocupação Dandara** ..... 70

**FIGURA 11 – Abrigo improvisado pela PSR no Centro** ..... 71

**FIGURA 12 – PSR recebendo doação de comida no Centro** ..... 72

**FIGURA 13 – Espaços mais habitados pela PSR no Centro** ..... 76

**FIGURA 14 – Práticas cotidianas no habitar o Centro** ..... 77

**FIGURA 15 – Processo de aporofobia nas agências do bairro Centro de Aracaju** ..... 81

**FIGURA 16 – Locais com maior presença de aporofobia no bairro Centro de Aracaju** ..... 82

**FIGURA 17 – Formas de aporofobia no bairro Centro** ..... 83

## LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1 – Guia para as histórias de vida da PSR**..... 28

**QUADRO 2 – Guia de entrevistas dos profissionais que trabalham com a PSR** ..... 29

**QUADRO 3 – Síntese das histórias de vida**..... 68

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| CadÚnico | Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal |
| Capes | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CDH | Comissão de Direitos Humanos |
| Centro POP | Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua |
| CNAS | Conselho Nacional de Serviço Social |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| Ipea | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| LA | Liberdade Assistida |
| MDHC | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania |
| MNPR | Movimento Nacional da População em Situação de Rua |
| MTSDG | Movimento dos Trabalhadores Sem Teto |
| MTur | Ministério de Turismo |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAIF | Proteção e Atendimento Integral à Família |
| PNPRS | Política Nacional para a População em Situação de Rua |
| PPGAU | Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo |
| PSOL | Partido Socialista e Liberdade |
| PSR | População em Situação de Rua |
| SNAS | Secretaria Nacional de Assistência Social |
| STF | Supremo Tribunal Federal |

**SUMÁRIO**

**PRÓLOGO** ..... 11

**1 INTRODUÇÃO** ..... 12
**1.1 Lócus da pesquisa e iniciação na realidade do campo** ..... 15
**1.2 Objetivos da pesquisa** ..... 25
1.2.1 Objetivo geral ..... 25
1.2.2 Objetivos específicos ..... 25
**1.3 Abordagem metodológica e desenvolvimento da pesquisa** ..... 25
**1.4 Estruturação da dissertação: enfoques e arranjos** ..... 30

**2 HABITAR À MARGEM** ..... 32
**2.1 Habitar o espaço urbano** ..... 32
**2.2 Políticas públicas de apoio à população em situação de rua** ..... 35
**2.3 Perfil da população em situação de rua no contexto nacional: exclusão e capitalismo** ..... 43

**3 VOZES DA EXISTÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM ARACAJU - SE** ..... 48
**3.1 Histórias de vida** ..... 48

**4 O HABITAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E APOROFOBIA NO CENTRO DE ARACAJU** ..... 69
**4.1 Observando o habitar da população em situação de rua no bairro Centro de Aracaju** ..... 69
**4.2 Mapeamento dos pontos mais habitados pela população em situação de rua no bairro Centro de Aracaju** ..... 74
**4.3 Aporofobia no bairro Centro de Aracaju** ..... 78

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 86

**REFERÊNCIAS** ..... 94

# PRÓLOGO

Em 2014, tomei a decisão de ingressar na graduação em arquitetura e urbanismo. Naquele momento, não tinha clareza sobre os desdobramentos dessa escolha, os ensinamentos e desafios que enfrentaria, nem mesmo quais áreas específicas me interessariam mais. Ao longo dos anos, essa jornada me levou a encontros e questionamentos frequentes sobre meu futuro: o que eu realmente desejava alcançar?

No ambiente acadêmico, é comum deparar-se com momentos de questionamento e inquietação e ver estudantes entusiasmados ao escolherem o tema de suas pesquisas, como se estivessem em um estado de êxtase intelectual. Durante disciplinas na graduação que se voltavam para os menos favorecidos e os conflitos que vivenciavam no espaço urbano, surgiu o interesse em abordar a população em situação de rua. Para mim, foi um caminho para questionar, buscar formas de mudar a realidade atual e contribuir positivamente para a sociedade.

Com o passar do tempo, minha atenção voltou-se para a realidade da população em situação de rua na cidade, o que gerou questões intrigantes sobre a relação entre arquitetura e urbanismo e a população em situação de rua, questões que se desdobraram no meu Trabalho Final de Graduação. As cidades e a sociedade estão imbricadas, e elementos comuns do espaço habitado ganham significados distintos para aqueles que deles dependem para sobreviver. Diante dessa realidade, encontrei uma população marginalizada, composta por indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza vivendo à margem da sociedade.

A desigualdade e a exclusão também se manifestavam em um espaço hostil, que tornava a vida na rua uma experiência estigmatizada, associada à sujeira, à loucura e à criminalidade. Fiquei convencida de que havia necessidade de pesquisa, tanto sobre políticas públicas, quanto sobre as questões do espaço habitado e do direito à cidade, a fim de enfrentar essa realidade complexa. No contexto desses desafios, encontro um universo de apoio destinado à população em situação de rua. Nele encontro indivíduos e grupos que se dirigem às ruas em gestos de solidariedade. Nas ruas, identifico uma multiplicidade de histórias de vida que, se escutadas, podem ajudar na formulação de políticas públicas eficazes. É indispensável a escuta atenta, para preencher as lacunas que persistem em nossa compreensão. Na aproximação com os que vivenciam essa realidade, espera-se que as falhas em nossa visão possam ser sanadas.

# 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a população em situação de rua (PSR) que habita o bairro do Centro de Aracaju - SE e, entre os diversos aspectos sociais e culturais presentes na sociedade, enfrenta a vulnerabilidade social — uma das formas mais extremas de pobreza urbana. Para uma melhor compreensão do tema proposto, é importante mencionar a perspectiva de Heidegger (2006, p. 28) em seu trabalho *Construir, habitar, pensar*, na qual ele define habitar como o "[...] modo como os mortais são e estão sobre a terra"; além disso, ele destaca que "[...] a maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o Buan, o habitar".

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2009, p. 15) enfatiza que as pessoas não habitam "espaços em-si-mesmos", mas sim os tempos-espaços que lhes são concedidos. Esses tempos-espaços são percebidos e transformados em uma realidade vivida e pensada, o que resulta na transformação do eu. Esse processo de transformação é fundamental para que os indivíduos, os grupos humanos e a espécie humana possam habitar e sobreviver, abrangendo tanto a dimensão do trabalho (para a socialização da natureza e a realização cultural) quanto a dimensão do labor (para a sobrevivência).

Ao explorar outras conceituações sobre o habitar na cidade, de acordo com a abordagem de Lefebvre (2008), trata-se de viver na cidade como uma obra de arte. Essa perspectiva vai além do privilégio de uma parcela da população, com poder aquisitivo, pois se trata do interesse de toda a sociedade. São aspectos fundamentais: fortalecer vínculos, promover o senso de coletividade e cultivar o prazer de viver na cidade.

É importante pensar a cidade como espaço democrático e em constante evolução, e a falta de participação e autonomia, na sua construção, afeta a qualidade de vida e os direitos das pessoas que nela habitam. As diversas lógicas e perspectivas, presentes na cidade, tornam o espaço urbano um sistema complexo e multifacetado, construído para e pelo homem. Compreender a complexidade do espaço urbano contribui para promover o direito à cidade, reconhecendo as múltiplas camadas de significado e experiência que a caracterizam (Wehmann, 2019).

Na visão de Carlos (2020), o direito à cidade é um horizonte de luta nos movimentos sociais e do modo como a vida urbana se desenrola. De acordo com essa perspectiva, não deve ser reservado a alguns, mas estendido a todos, independentemente de condição socioeconômica. Valorizar o senso de comunidade, promover a participação ativa e garantir o bem-estar coletivo são elementos para uma experiência plena no espaço urbano. Como mencionado por Lefebvre

(2008), existem direitos fundamentais associados ao ato de habitar — como a liberdade, a individualização na socialização, o habitat e o habitar, a obra e a apropriação.

Tavolari (2016) aponta que tentar fixar um único significado para o direito à cidade é problemático, pois limita a compreensão das diferentes lutas sociais em torno desse conceito. Ela destaca que cada definição representa uma disputa sobre o que esse direito deveria abranger. Além disso, critica a ideia de determinar precisamente o que teóricos como Lefebvre pretendiam comunicar, ressaltando que os textos podem ser interpretados de várias maneiras. Para ela, o debate sobre a definição jurídica do direito à cidade não é apenas uma questão de falta de precisão conceitual, mas uma tentativa de entender algo que não se enquadra nas categorias institucionais existentes, dada a diversidade de reivindicações ao redor do mundo.

A autora sugere que a indeterminação da reivindicação social em torno do direito à cidade não é uma falha, mas sim a formação de um campo comum de discussão. Ela destaca que a força desse conceito está na sua capacidade de reunir ampla gama de atores sociais, não sendo restrito a acadêmicos, à esfera pública, ao Estado ou a organizações internacionais. O direito à cidade, segundo Tavolari (2016), não se reduz a um simples protesto ou programa, mas é uma expressão que pode abrigar uma variedade de significados.

Paralelamente às questões que envolvem o direito à cidade, introduz-se a aporofobia, termo cunhado em dezembro de 1995, pela filósofa espanhola Adela Cortina, substantivo eleito como a palavra do ano de 2017 pela Fundação Espanhola Urgente. Caracterizada pela aversão e hostilidade em relação aos pobres e vulneráveis sociais, será investigada, nesta dissertação, em suas manifestações no contexto urbano.

Segundo Ferraz *et al.* (2015), a arquitetura hostil, outro aspecto relacionado com esta dissertação, tem sua origem nos processos acelerados de privatização do espaço público, sendo impulsionada pelo discurso veiculado pela mídia, que frequentemente associa a PSR à violência, à criminalidade e ao vandalismo, provocando aversão a ela. Desse modo, restringe as possibilidades de sobrevivência de segmentos sociais no espaço urbano, alterando a maneira como as pessoas interagem, devido à sensação de insegurança e ameaça.

Seguindo as diretrizes do Decreto Presidencial 7.053 de 2009, que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a presente pesquisa adota o termo *pessoa em situação de rua*. Nomenclatura que engloba pessoas caracterizadas pela extrema pobreza, falta de moradia e laços familiares frágeis ou rompidos, que buscam abrigos para suprir suas necessidades básicas de forma transitória. Conforme Silva (2009, p. 29), isso evidencia as inúmeras dificuldades que enfrentam no seu cotidiano, sem definir a sua identidade unicamente pela falta de moradia, como os termos “morador de rua” e “sem-teto”. Cerqueira (2011, p. 88-

89) apresenta as diversas terminologias utilizadas em diversas situações da PSR:

> a) Mendigo: A palavra não é considerada apropriada para definir a totalidade das pessoas que moram nas ruas. [...] ao passo que imprime rótulos de preguiça, vícios e a ideia de que o indivíduo não valoriza o trabalho.
> b) Marginal: [...] Ocorre uma imediata associação ao vandalismo, a delinquência, ao banditismo e a drogadição, que acaba culpabilizando o sujeito pela situação em que vive.
> c) Excluído: [...] entende-se que qualquer pessoa pode ser excluída de determinado contexto ou situação, [...]é insuficiente para traduzir a complexidade do processo social da população em situação de rua.
> d) Morador de rua: [...] ignora-se o fato de se tratar de uma população heterogênea. [...] Existem pessoas que habitam instituições de acolhimento, outras que trabalham informalmente nas ruas e só dorme esporadicamente no local, algumas também possuem moradia, mas por razões diversas encontram-se inseridas na classificação de população em situação de rua.
> e) População de rua: [...] abarca todos os que vivem nas ruas e os que sobrevivem a partir do que conseguem ganhar nesse meio. [...] é nítida a preocupação em não estigmatizar o indivíduo conceituação, porém, considera-se ainda mais apropriado adotar a expressão população em situação de rua.
> f) População em situação de rua: [...] A expressão 'em situação de rua' recorre à ideia de um tempo passageiro nas ruas, o que direciona o entendimento a algo reversível.

A terminologia *pessoa em situação de rua* os reconhece como seres humanos, imersos em um cotidiano repleto de desafios, bem como a natureza efêmera de sua condição, que traça um retrato vívido da incerteza que permeia suas vidas. Isso significa que, ao usar essa expressão, reconhece-se que a situação pode mudar se a pessoa tiver acesso a políticas públicas que abordem questões como moradia, emprego e saúde. Em essência, a condição de rua não é uma característica permanente da pessoa, mas uma circunstância que pode ser superada com intervenções adequadas.

A contribuição desta pesquisa para o campo disciplinar consiste em trazer para o centro do debate as demarcações e limitações do espaço urbano, bem como evidenciar questões diretamente relacionadas às múltiplas dimensões da PSR, frente à arquitetura hostil e defensiva, e ao espaço urbano como local controlado.

A investigação objetiva contribuir para a construção de conhecimentos na área da PSR e em sua relação com o espaço urbano. Além disso, busca auxiliar os estudos nos campos do direito à cidade, arquitetura e urbanismo, e políticas públicas. Nesse sentido, associa-se a autores que discutem o tema, a exemplo de Marisco (2003), que ressalta que os fenômenos da exclusão social comprometem a premissa fundamental de todo ser humano, que é o direito de ser um sujeito integrado à sociedade. Também dialoga com Heidegger (2006), que explora o conceito de habitar o espaço, e Cavalcanti (2010), que analisa os territórios da pobreza por meio de histórias de vida.

## 1.1 Lócus da pesquisa e iniciação na realidade do campo

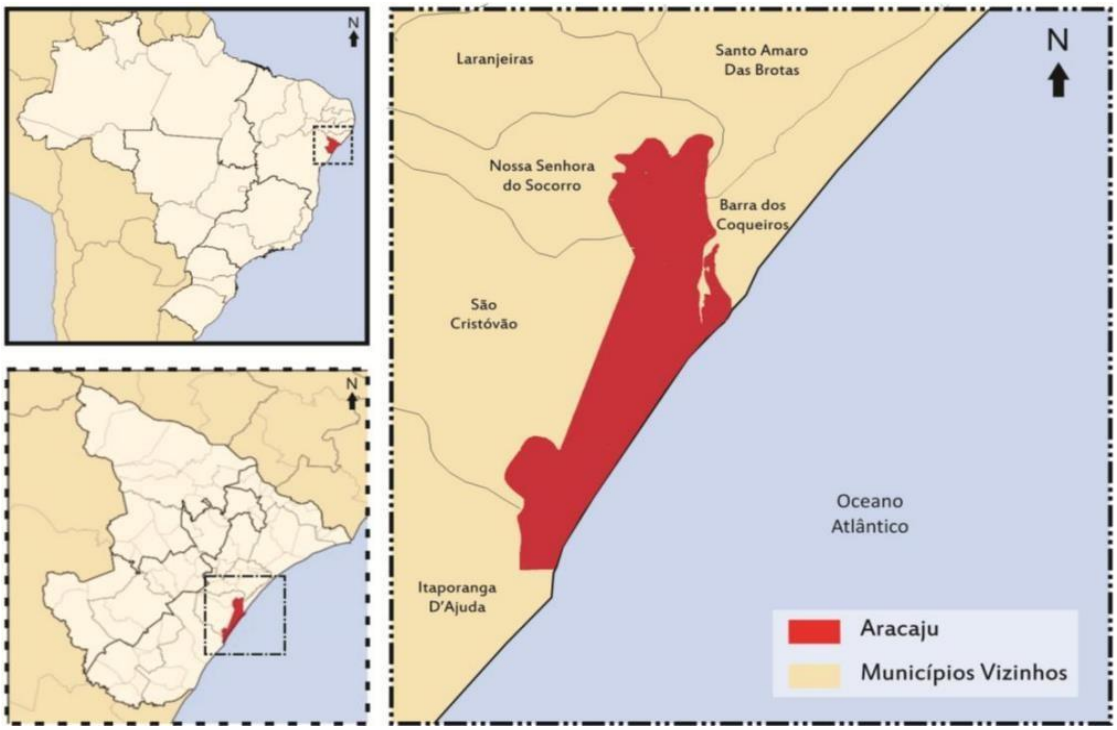
Ao delimitar o tema proposto, optou-se por conduzir a pesquisa na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, situado na região Nordeste do Brasil. O estado possui uma área territorial de 21.938,188 km² e uma população de 2.210.004 habitantes, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022. Aracaju é o principal centro urbano, econômico, cultural e político do estado. De acordo com o Observatório de Sergipe (2023), Aracaju concentra 35,5% do Produto Interno Bruto (PIB) sergipano.

Em sua estrutura de produção, a economia de Aracaju está fortemente ligada aos setores de serviços, representando 85,8% do PIB do município, e à indústria, com 14,2% (Dos Santos, 2020). Aracaju é o município de maior expressão no setor de serviços na região. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Primeiro Trimestre de 2022, a renda domiciliar *per capita* nominal mensal em Sergipe foi de R$ 929,00 em 2021, sendo inferior à média nacional, que foi de R$ 1367,00 para o mesmo período.

O município de Aracaju faz divisa com outras cidades, como Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, o que resulta na formação de uma zona metropolitana na região. Aracaju, com uma população de 602.757 habitantes conforme os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, está localizada no Polo Costa dos Coqueirais, conforme indicado pelo Mapa do Turismo brasileiro elaborado pelo Ministério de Turismo (MTur)[1]. A cidade é cercada pelos rios Sergipe e Poxim, e banhada pelo Oceano Atlântico, ocupando uma área de 182 km² (Dos Santos, 2020). O estado faz fronteira ao norte com Alagoas, a oeste e sul com a Bahia, e possui o Oceano Atlântico a leste. A capital do estado, Aracaju, está localizada no litoral (Figura 1).

[1] Mapa - Ministério do Turismo. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home.

**FIGURA 1 – Localização do Estado de Sergipe e da capital Aracaju no território brasileiro**

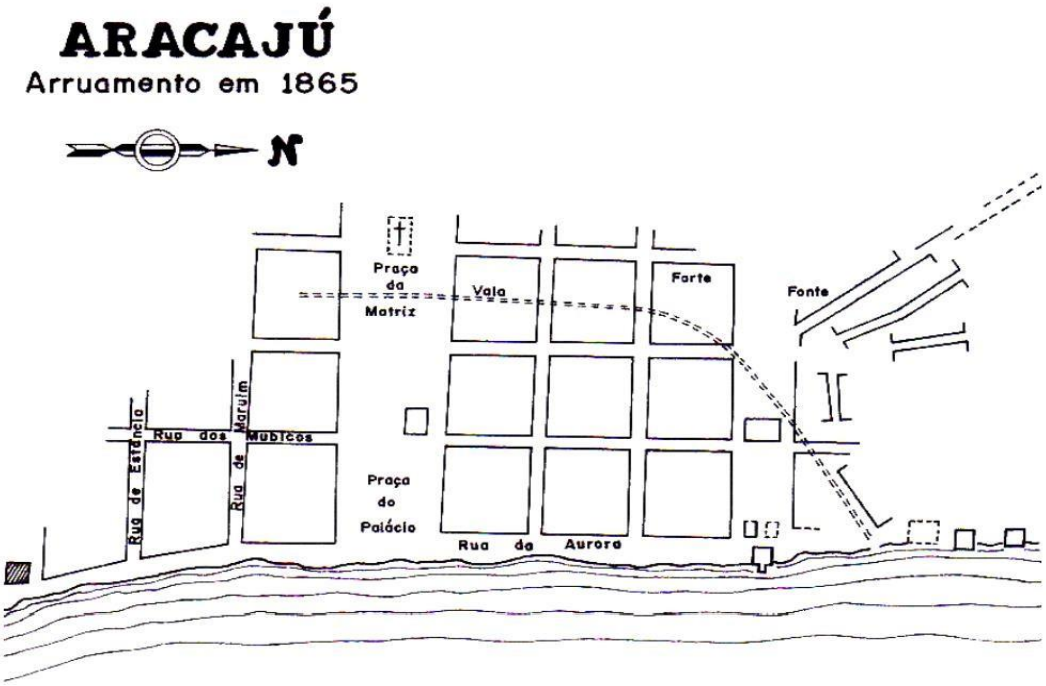



Fonte: reproduzido de França (2011).

No século XVI, as terras de Aracaju abrangiam 160 quilômetros de costa entre os rios Real e São Francisco. Nesse período não existiam vilas no estuário, apenas arraiais de pescadores surgiram na segunda metade do século XVII. A presença da Igreja de Santo Antônio, construída no alto da colina, sugere que esse possa ter sido o ponto inicial do arraial. Em 1837, Aracaju foi fundada, seu nome significa “cajueiro dos papagaios” em Tupi.

Em 1853, Inácio Joaquim Barbosa assumiu o governo, com o objetivo de modernizar a região. Dois anos depois, em 1855, o povoado tornou-se município e capital da província, sucedendo São Cristóvão (Machado, 1990). O engenheiro Sebastião José Basílio Pirro foi contratado para planejar a cidade, criando um projeto com ruas em linha reta, formando quarteirões simétricos, semelhantes a um tabuleiro de xadrez (Figura 2).

**FIGURA 2 – A cidade de Aracaju (1855/1865)**

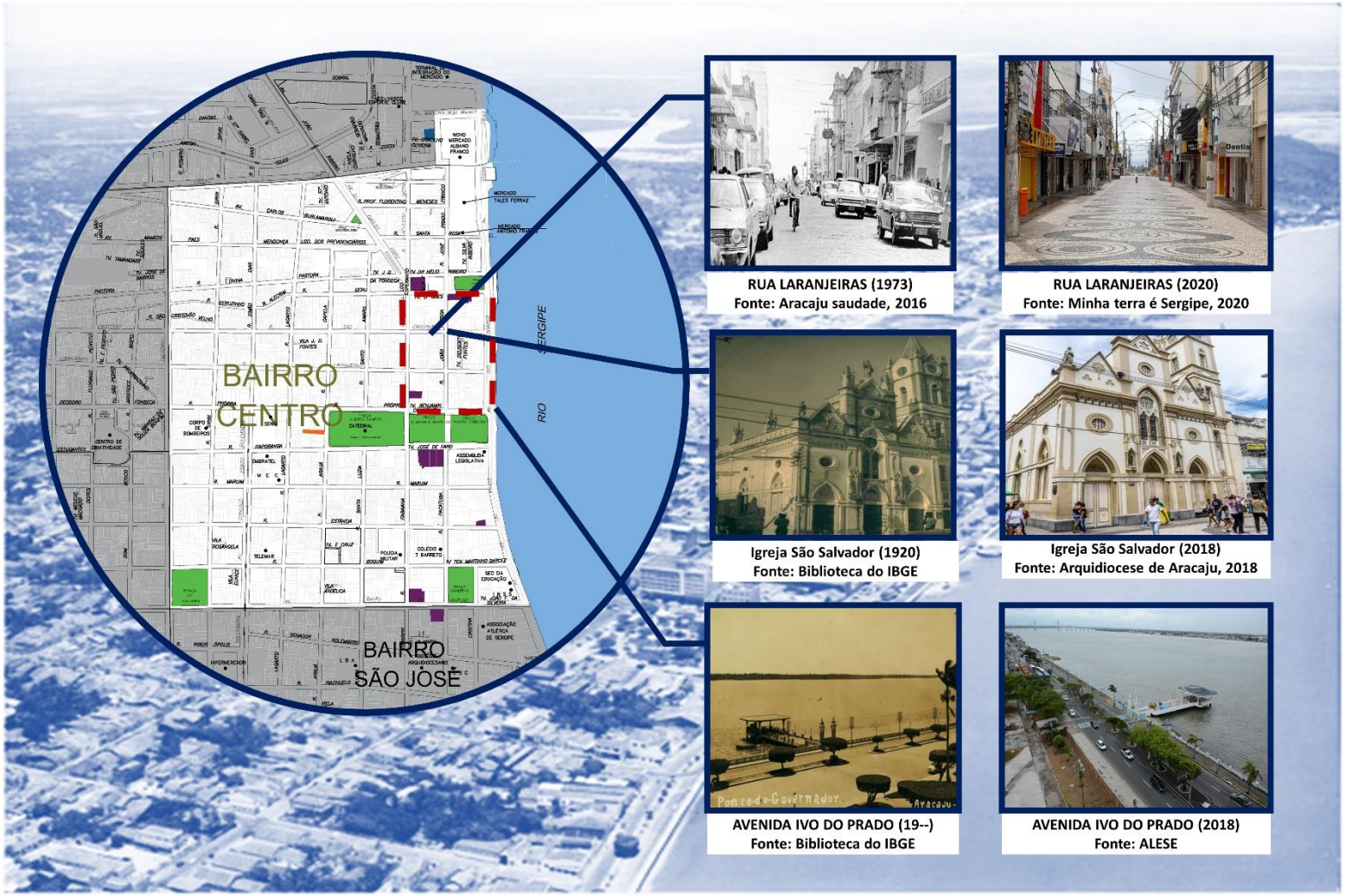



Fonte: reproduzido de Machado (1990).

Durante esse período, foram introduzidas medidas visando controlar o comportamento e as ações da população, além de disciplinar o desenvolvimento urbano. Essas medidas, elaboradas pelas 'primeiras posturas da Câmara Municipal de Aracaju' e formalizadas pela Resolução n. 458, estabeleciam diretrizes quanto ao tipo, localização e manutenção das construções, bem como regulavam o vestuário dos moradores (Machado, 1990). Durante o século XIX e início do século XX, Aracaju enfrentou diversos desafios em sua expansão urbana, especialmente em relação à saúde pública, à propagação de doenças tropicais e à carência de infraestrutura básica — como pavimentação e terraplanagem. Essas dificuldades tiveram um impacto no desenvolvimento do Centro da cidade, que apresentava no período em questão um comércio interno pouco desenvolvido e restrito, com poucos estabelecimentos comerciais disponíveis (Conceição *et al*., 2010).

A formação do bairro Centro teve início em 1857, marcada pela construção dos primeiros elementos que contribuíram para a constituição do centro histórico. Destacam-se a edificação da Avenida Ivo do Prado, da Rua São Cristóvão e João Pessoa, e a construção da Igreja São Salvador, localizada na interseção da Rua Laranjeiras com a Rua João Pessoa (Conceição *et al*., 2010), ver Figura 3.

**FIGURA 3 – Marcos urbanos do bairro Centro de Aracaju, 1920/2020**




Fonte: elaborado pela autora (2024).

No ano de 1960, a população de Aracaju aumentou em 45%, e esse crescimento se elevou para 60,8% em 1970, conforme o Anuário Estatístico de Sergipe. Essa expansão demográfica reflete o fortalecimento econômico da cidade. Enquanto Aracaju crescia — tanto em termos populacionais, quanto econômicos —, suas cidades vizinhas não conseguiam acompanhar esse ritmo de desenvolvimento. Deste modo, ocorreu a necessidade de mais moradias, "[...] tanto para a classe operária, quanto para a população de baixa renda ou sem renda. Intensificam-se os conflitos urbanos pela falta de moradia popular e pelo aumento, também crescente, da migração de cidades vizinhas e até de outros estados para a periferia de Aracaju" (Aspectos [...], 2010, p. 130). Nesse contexto,

> [...] ocorreu o processo de crescimento urbano horizontal, ultrapassando, em muito, o "quadrado" do espaço construído previsto pelos governantes e seus engenheiros. Mais recentemente, na década de 90 do século XX, além da construção dos conjuntos habitacionais, cresceram também construções irregulares e sem planejamento, uma vez que grande parte da população que migrava do interior do Estado para Aracaju não tinha emprego; portanto, não poderia pagar pela moradia, por aluguel, nem tampouco comprar um 'pedaço de chão'. Assim se multiplicava a população ao redor de Aracaju, seguindo as construções, as rotas das estradas que davam acesso à saída de Aracaju, em vários sentidos (Aspectos [...], 2010, p. 131).

O rápido crescimento urbano de Aracaju levou a uma expansão que "ultrapassou os limites político-administrativos", onde grande parte dos habitantes de baixa renda vivem afastados do centro urbano de Aracaju e observa-se "[...] uma população totalmente urbana, o que só reforça a crescente concentração de renda e a necessidade de haver um planejamento urbano adequado aos problemas desta área na atualidade" (Aspectos [...], 2010, p. 132-135).

A partir da segunda metade do século XIX, diversas cidades brasileiras também passaram por transformações, influenciadas pela disseminação das ideias do liberalismo econômico e pelo pensamento progressista do Barão de Mauá, que exerceram grande impacto no país e coincidiram com o período de fundação de Aracaju. Essas ideias baseavam-se na crença de que o desenvolvimento econômico da província era crucial para melhorar as condições materiais, modernizar as cidades e promover transformações sociais, mesmo que estas últimas beneficiassem principalmente as elites, contribuindo para sua distinção em relação aos demais grupos sociais (Santos, 2007).

Na história mundial, as implicações sociais relacionadas à organização das cidades, adquiriram maior relevância durante o período da Grécia Antiga (Stoffels, 1977). Nessa época, a formação das cidades-estado resultou na presença de pessoas vivendo nas ruas, adotando um estilo de vida itinerante devido à perda de propriedades. Essa mudança para os centros urbanos das 'pólis' contribuiu para o crescimento das cidades e marcou o início da presença das

populações vulneráveis nesses locais.

Durante a Idade Média, as pessoas nessas condições enfrentaram desafios existenciais. Assim, foram reconhecidos, ao longo dos períodos históricos, por diversas designações — tais como itinerantes, andarilhos, perambulantes, vagabundos, migrantes, incapacitados e sem domicílio fixo. Eram pessoas que "[...] costumavam viver próximas aos feudos e aos burgos, buscando formas de sobrevivência, por meio da mendicância e confiando na caridade oferecida pelas igrejas cristãs" (Frangella, 2009 *apud* Silva, 2021, p. 17).

Portanto, a condição de viver nas ruas não é um problema recente. No renascimento das cidades, no início do capitalismo, as ruas eram espaços de sobrevivência nos quais muitas profissões eram exercidas. As condições de privação eram evidentes nas ruas, especialmente após o fim do sistema servil, quando não havia mais interesse dos antigos senhores em preservar as classes despossuídas. Com a transição para a nova ordem do mercado, onde não havia trabalho, moradia ou comida para todos, muitas pessoas foram obrigadas a trabalhar e viver nas ruas (Bursztyn, 2003).

Trata-se de uma situação que reflete o processo de exclusão e marginalização resultante das transformações na conjuntura econômica e social. Dado que não participam ativamente do processo de circulação de mercadorias, àquelas pessoas se tornam excedentes, ou seja, não têm utilidade direta no contexto econômico, elas "simplesmente sobram". São os chamados "sobrantes", considerados inválidos, e que, devido às condições econômicas e sociais, estavam totalmente isolados e desconectados de circuitos sociais (Costa, 2005, p. 3). Conforme mencionado por Gama Júnior (2019, p. 55), são considerados "descartáveis da sociedade", em incessante permanência no terreno da falta, utilizando espaços também "sobrantes", aos quais são levados a habitar.

A recorrência aos centros da cidade se dá por constituírem núcleos de consumo e possuírem "[...]configurações urbanísticas bem demarcadas: área de supermercados, área de bancos, área de clínicas. [...] por oferecer as condições de sobrevivência [...]" (Bursztyn, 2003, p. 148).

> [...] a escolha dessa área pelas populações de rua se deve ao fato do centro garantir melhores condições de sobrevivência em comparação a outras áreas da cidade, tendo em vista, principalmente, as possibilidades de realização de atividades laborais, bem como a concentração de ajudas assistencialistas (Robaina, 2013 *apud* Jordão, 2021, p. 21).

Nesse contexto histórico, ao explorarmos as ruas do bairro Centro de Aracaju nos dias atuais, é possível constatar uma realidade incontestável: a presença da PSR e a existência de espaços segregacionistas que alteram a paisagem urbana, seja por meio de estruturas temporárias que acompanham a PSR ou de intervenções arquitetônicas que visam impedir sua presença no espaço urbano, gradualmente transformando a cidade em um lugar hostil.

A complexidade da vida nas ruas envolve diversos fatores, entre eles inclusos a negação do direito à cidade e o uso da arquitetura, que constituem ferramenta de exclusão social (Davis, 1993). Conforme mencionado por Almeida (2011, p. 78), a PSR é considerada o "sujeito invisível" para o restante da sociedade, sendo alvo de estigmas. Essas caracterizações são construídas com base em argumentos de uma ideologia dominante, que perpetua representações sociais de quem vive nas ruas como usuário de drogas, marginal, louco, sujo, além de outros estigmas (Goffman, 2004, p. 6).

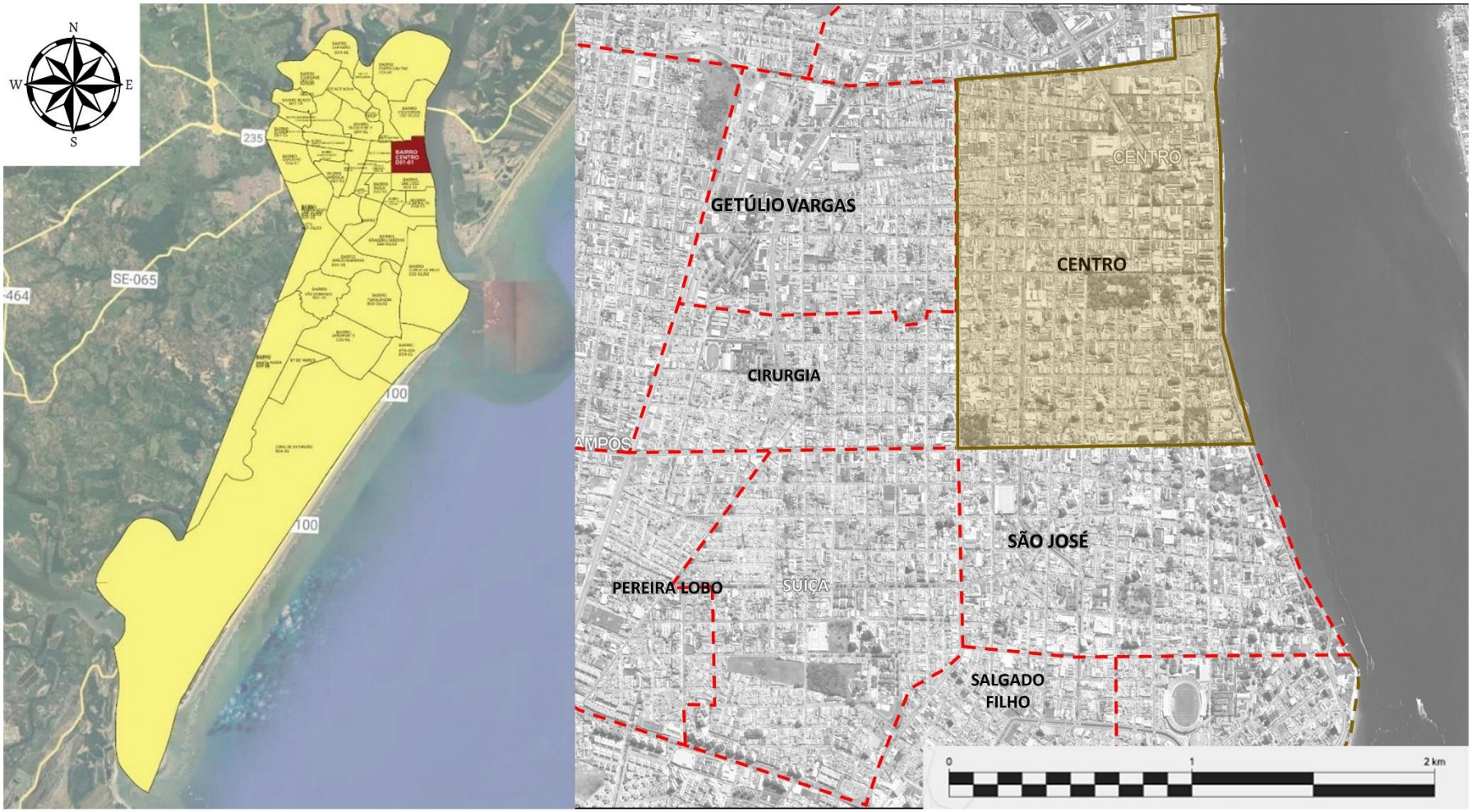
A PSR estabelece sua presença no espaço urbano compreendendo a cidade como um local de interações sociais. Quem vive nas ruas não se enquadra na estrutura urbana da sociedade capitalista, que tende a ser segregadora de funções. Enquanto para muitos as ruas e calçadas do Centro são vistas como lugar de passagem entre casa e trabalho, essas mesmas ruas representam, para a população de rua, sua moradia, seu leito, os espaços onde realizam suas refeições e atividades que, normalmente, seriam privadas, mas são praticadas em público.

Com vista nestas questões, a presente pesquisa busca responder: a) quem são as pessoas que vivem nas ruas? b) como funciona sua rede de sobrevivência? c) quais são os espaços habitados e por quê?; d) quais políticas estão direcionadas para a PSR?; e) qual é a relação entre espaço público e privado?; f) quais fatores levam as pessoas a ficarem em situação de rua?; e g) como a PSR têm acesso a direitos básicos, como alimentação?

Deste modo, busca responder a questão problema que norteou a pesquisa, a saber: qual é a influência da dinâmica urbana no cotidiano e nos desafios enfrentados pela PSR no bairro Centro de Aracaju, especialmente no que se refere às práticas cotidianas no habitar?

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário estabelecer uma poligonal no bairro Centro, que tem como limites as Avenidas Ivo do Prado, Coelho e Campos, Pedro Calazans e Barão de Maruim (Figura 4).

**FIGURA 4 – Delimitação da área estudada**




Fonte: adaptado do Google Earth (2023).

A intenção desta Introdução é demonstrar como o objeto de pesquisa foi construído a partir da sistematização de fontes, consideradas relevantes, para auxiliar nas questões norteadoras, visando a produção do conhecimento. Sem restringir, neste momento, a lista de referências teóricas importantes para a análise, pois é fundamental compreender que não se deve reduzir o objeto desconhecido ao conhecido (Cardoso, 1971).

As situações que permeiam a realidade da PSR são diversas: drogas, alcoolismo, histórico de vida, tempo vivido nas ruas, rompimento de laços familiares, migração, desemprego, problemas psicológicos, físicos, insegurança, questões de saúde, falta de moradia adequada e regular. Um ponto comum é a condição de extrema pobreza (Costa, 2005) "[...] e sua constante luta pela sua vida e seu espaço nas cidades" (Gama Júnior, 2019, p. 76).

No cenário jurídico brasileiro, em julho de 2023 o Ministro Alexandre de Moraes, integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), estipulou um prazo de 120 dias para que o Governo Federal implementasse uma política nacional voltada à PSR (Vivas; Falcão, 2023). Neste mesmo período, os municípios também deveriam conduzir diagnóstico detalhado da situação, incluindo a identificação do número de PSR por área geográfica, a disponibilidade de vagas em abrigos e a capacidade de fornecimento de alimentação, nas esferas dos governos federal, estadual e municipal. Essa determinação surgiu como resposta a uma ação legal, apresentada ao STF pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em conjunto com a Rede Sustentabilidade e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Assim, é necessário que os municípios adotem medidas que assegurem a segurança pessoal, a proteção dos bens e mesmo dos animais pertencentes à PSR. Além disso, fica proibida a remoção forçada dos pertences da PSR, no contexto da chamada zeladoria urbana. O Ministro Alexandre de Moraes descreve a prática como forma de arquitetura hostil direcionada contra esse público. Essa decisão foi motivada pelo fato de que, embora a Política Nacional para População em Situação de Rua tenha sido instituída em 2009, até o ano de 2020, apenas cinco estados e 15 municípios haviam aderido à mesma .

Em entrevista concedida em 24 de janeiro de 2022 e disponibilizada no canal do SBT no YouTube, o Padre Júlio Lancelloti abordou a remoção da PSR da Praça da Sé, na cidade de São Paulo, durante as celebrações do aniversário da cidade, em 25 de janeiro de 2022. Ele caracterizou essa ação como uma forma de repressão por parte do poder público municipal, buscando "maquiar" o centro da cidade e criar uma impressão de menor pobreza durante os festejos do aniversário da cidade (Notícias, 2022).

Ressalta-se que, apesar da urgência em adotar medidas para enfrentar essa problemática, ainda não há uma contagem precisa do número de PSR no Brasil (Ipea, 2022). Em dados obtidos

em 2022 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi indicada a presença de 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil. Em agosto de 2023, o Cadastro Único (CadÚnico) divulgou que cerca de 227 mil pessoas em situação de rua estavam oficialmente cadastradas (Poder360, 2023).

Em julho de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou o relatório *População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal*. O documento apresenta dados sobre a população em situação de rua em Aracaju, identificando 919 pessoas nessa condição durante o ano de 2023. No entanto, é importante ressaltar que os levantamentos indicam possível subnotificação dos dados, sugerindo que esse número pode não refletir a totalidade da realidade. A divulgação do relatório é uma resposta à decisão do STF, que requer um diagnóstico abrangente sobre a população em situação de rua.[2]

É evidente a existência de uma busca pela garantia dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que ocorre a repressão e segregação da PSR, e essa realidade não se restringe a uma área específica, mas abrange todo o território urbano. Conforme apontado por Cavalcanti (2017), a segregação é um traço marcante da urbanização contemporânea. A marginalização enfrentada pela PSR é uma das formas de segregação, na medida em que são rotuladas como "[...] pessoas cuja vida é marcada por vagabundagem, mendicância, criminalidade e profissões infames [...]" (Castel, 1997 *apud* Giorgetti, 2006, p. 27).

A PSR tem se afastado cada vez mais da sociedade que vivencia a cidadania (Almeida, 2011). O habitar o espaço por diferentes grupos sociais gera uma produção espacial distinta, o que resulta, em algumas situações, em sentimentos de medo e insegurança. Isso tem influenciado a configuração do espaço urbano, estimulando práticas como a arquitetura hostil e defensiva, que visa reduzir ou impedir a apropriação de determinados espaços urbanos por certos indivíduos, excluindo-os de áreas específicas da cidade. No entanto, tais espaços públicos e privados, que deveriam cumprir outras funções, acabam sendo utilizados e vivenciados pela PSR, mesmo que de maneira precária. Segundo Ferro (2012), a política social brasileira voltada para a PSR apresenta, em seu contexto histórico, a criminalização e a negligência por parte do Estado.

---

[2] Power BI report. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2IyZTI5NTQtNWRhZC00ODhhLWIyZTEtZjEzZDk2N2E0YzQ2IiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9.

## 1.2 Objetivos da pesquisa

### 1.2.1 Objetivo geral

Compreender a relação da população em situação de rua com o espaço urbano do bairro Centro em Aracaju (SE), com foco nos desafios que envolvem as práticas cotidianas no habitar.

### 1.2.2 Objetivos específicos

a) Investigar a relação da população em situação de rua com o habitar no espaço urbano, as políticas públicas para o enfrentamento da questão e os determinantes do viver nas ruas;
b) Analisar os fatores que conduziram as pessoas a viver em situação de rua, suas práticas cotidianas no espaço urbano, a partir do levantamento das histórias de vida;
c) Compreender como a aporofobia e a vulnerabilidade do corpo na rua se revelam e influenciam a vida, nas ruas na cidade de Aracaju, por meio de um mapeamento que evidencie essa hostilidade no espaço habitado, englobando a identificação dos locais de maior concentração da PSR.

## 1.3 Abordagem metodológica e desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa foi realizada em fases distintas e sucessivas, porém articuladas entre si. A primeira fase consistiu na leitura da bibliografia relacionada ao tema, tanto para acompanhar as discussões que ocorrem em âmbito local, nacional e internacional, quanto para fundamentar uma compreensão do desenvolvimento e dos locais, onde esses processos e fenômenos da situação de rua estão ocorrendo.

Em um segundo momento, deu-se continuidade às análises e levantamentos de documentos oficiais, registros legais, planos, projetos e políticas públicas implementadas pelo Município, pelo Estado e pela União. O objetivo foi identificar, mapear, catalogar e sistematizar informações que pudessem trazer esclarecimentos às questões levantadas neste estudo.

Nesse contexto, esta pesquisa contou com a colaboração do Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), localizado no bairro Centro da cidade de Aracaju, e da Pastoral do Povo da Rua, localizada da Arquidiocese de Aracaju, na Paróquia São Pedro Pescador. Deste modo, foi possível obter informações sobre os locais de maior concentração da

PSR, as abordagens realizadas, além do acesso a documentos sobre a PSR nas ruas do bairro Centro.

A dissertação segue a linha descritiva de pesquisa, com caráter exploratório, qualitativa e biográfica (Lakatos; Marconi, 2021). A metodologia inclui visitas em campo, planejadas com antecedência que e ocorreram pelo menos uma vez por semana, nos períodos da manhã, tarde ou noite, dependendo das condições climáticas e outras possíveis influências. As visitas permitiram a participação em atendimentos e acompanhamentos da PSR pelos profissionais de apoio, das quais 4 delas realizadas em conjunto com a Pastoral do Povo da Rua[3]. Durante essas experiências foi possível coletar impressões sobre como a PSR é estigmatizada, tratada ou considerada.

Esta pesquisa adotou o método qualitatitvo de investigação 'histórias de vida'[4], um processo de construção do conhecimento no qual o pesquisador ouve o relato da história de um participante. Essa interação depende de um vínculo de confiança mútua, estabelecido ao longo do processo. Após a escuta, todo o material foi transcrito e submetido à análise para identificar pistas que auxiliassem na resposta às questões de pesquisa (Nogueira *et al.*, 2017).

Foram realizadas 15 histórias de vida, além da revisão bibliográfica e da utilização das experiências de campo provenientes do Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da autora. As histórias de vida apresentadas nesta dissertação, mais precisamente no capítulo 3, foram analisadas à medida que as entrevistas e suas respectivas transcrições eram realizadas. Cada tema discutido na dissertação foi construído a partir dos relatos das pessoas cujas experiências se entrelaçaram com o assunto em questão. A primeira história transcrita teve um tema destaque, servindo como ponto de partida para a integração das demais, como as de "O Caminhoneiro" [5] e "O Engenheiro". Esse método foi seguido ao longo do processo, permitindo a criação de temas contextualizados e a interligação entre as diversas narrativas coletadas.

Das 15 histórias de vida coletadas, 11 são de pessoas que vivem em situação de rua, sendo 6 homens e 5 mulheres. As outras 4 histórias são de profissionais que trabalham com a

---

[3] É uma ação da Igreja Católica direcionada às pessoas em situação de rua, envolvendo doações de alimentos, roupas e itens de higiene pessoal, além da realização de eventos e outras iniciativas.

[4] Foram realizadas as entrevistas presenciais com a PSR do bairro Centro de Aracaju (SE), buscando registrar suas práticas cotidianas, experiências, relação particular de cada pessoa com o espaço urbano. Submetemos o trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com nº do parecer 4.728.351, mediante o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade, que aborda histórias de vida, do qual este trabalho faz parte.

[5] Os nomes dos participantes da pesquisa com pessoas em situação de rua foram alterados com o intuito de preservar sua identidade. Os apelidos escolhidos são comuns entre as pessoas em situação de rua, sendo muitas vezes baseados em características pessoais (profissão, local de origem, traços físicos distintivos, semelhanças com personagens) ou outras características marcantes.

PSR, identificados como “O Voluntário”, “O Coordenador”, “A Caminhante” e “O Viajante”. A seleção dos profissionais foi baseada na frequente menção de seus nomes pela PSR, bem como em seu papel nos movimentos sociais de apoio a esse grupo. No caso da PSR, foram selecionados em decorrência de sua presença nos locais de maior concentração, no bairro Centro, e os que manifestaram disponibilidade para participar das entrevistas.

Nesse enfoque das histórias de vida, o pesquisador conduz uma série de entrevistas, gravadas ou não, nas quais indivíduos compartilham suas histórias de vida de maneira narrativa e reflexiva (Nogueira, 2017). Sob essa perspectiva, a história de vida não é simplesmente um registro a ser arquivado ou armazenado, mas um elemento dinâmico destinado a influenciar e transformar o contexto no qual ela se desenvolveu, como destacado por Bosi (2003).

Assim, foi adotado um guia de perguntas, cuja finalidade consistia em direcionar as conversas sem, contudo, comprometer a naturalidade e fluência do diálogo. Seu propósito fundamental era fornecer uma orientação, mantendo os objetivos da pesquisa. Tal guia passou a oferecer uma base e diretrizes para as discussões, possibilitando, consequentemente, a exploração de tópicos e, desse modo, alcançar os propósitos da pesquisa.

O guia das histórias de vida foi inspirado na tese de doutorado de Débora Cavalcanti (2010), intitulada *Fighting for a Place in the City: Social Practices and State Action in Maceió, Brazil* (Lutando por um Lugar na Cidade: Práticas Sociais e Ação do Estado em Maceió, Brasil). Nessa tese, dois guias foram desenvolvidos e aplicados: um guia de entrevistas, direcionado para levantamento das histórias de vida de moradores de assentamentos precários na cidade de Maceió, e outro destinado a entrevistar profissionais que trabalham com questões urbanas e habitacionais.

Os temas abordados no guia incluem origem e experiências iniciais, desafios, relações e estratégias de sobrevivência, vida cotidiana, mudanças, condições de vida e espaço urbano, serviços e apoio disponíveis, bem como as perspectivas sobre o presente e o futuro. Buscam-se essas visões, tanto na perspectiva da PSR, quanto daqueles que trabalham com as questões relacionadas a ela (Quadro 1 e Quadro 2).

## QUADRO 1 – Guia para as histórias de vida da PSR

| Momentos e Temas Significativos da Vida | |
|---|---|
| **1ª Fase: Experiências de vida** | 1. Onde você nasceu ou cresceu? |
| | 2. Quantos anos você tem? |
| | 3. Você tem filhos? (Caso a resposta seja sim) Onde estão? |
| | 4. É casado(a)? |
| | 5. Como foi sua infância? Você tinha uma família próxima? |
| | 6. Como foi a sua educação? Você frequentou a escola? |
| | 7. O que tem aprendido na vida? |
| | 8. Qual tem sido a situação financeira da sua família? |
| | 9. Onde você morava? |
| | 10. Você se considera em situação de rua? |
| | 11. Há quanto tempo você está em situação de rua? |
| | |
| **2ª Fase: Relações e Sobrevivência** | 1. Poderia compartilhar algumas das estratégias que utiliza no seu dia a dia para sua sobrevivência? |
| | 2. Você já enfrentou dificuldades para encontrar abrigo/casas de acolhida? Quais? Como começou essa situação? |
| | 3. Tem alguma relação com sua família atualmente? |
| | 4. Quais são os principais motivos que levaram você a estar em situação de rua? |
| | 5. Você já sofreu ou sofre violência? |
| | 6. Você tem animais de estimação? Que tipo de preocupação você tem sobre seus animais? |
| | 7. Você quer sair da situação de rua? |
| | 8. O que considera importante para sair dessa situação? |
| | |
| **3ª Fase: Serviços, estratégias e apoio** | 1. Como você classificaria os serviços que você tem acesso, como casas de acolhida, comida e saúde? |
| | 2. Você acha que o governo ou outras organizações oferecem ajuda suficiente? |
| | 3. Você conhece seus direitos como cidadão? Você acha que eles são respeitados? |
| | |
| **4ª Fase: Perspectivas e Desafios** | 1. Como você descreveria sua situação social e econômica atual? |
| | 2. Você tem esperança em relação ao futuro? Do que você precisa para melhorar? |
| | 3. Sua vida hoje é melhor ou pior do que antes? Por quê? |
| | 4. Como você imagina sua vida daqui a dez anos? Onde você espera estar? |

Fonte: adaptado de Cavalcanti (2010).

O Quadro 2, intitulado *Guia de entrevista dos profissionais que atuam com a PSR*, na 1ª Fase, assim como na guia para a PSR, emprega perguntas para buscar entender a construção da visão dos profissionais envolvidos com esse grupo. O objetivo é obter uma aproximação sobre as motivações, as experiências, as vivências e os desafios enfrentados pelos profissionais. Um exemplo é o relato do Coordenador da Pastoral do Povo da Rua, “O Coordenador”, que, tendo vivenciado a situação de rua, atualmente presta auxílio àqueles que enfrentam os desafios associados a essa realidade.

**QUADRO 2 – Guia de entrevistas dos profissionais que trabalham com a PSR**

| **Momentos Significativos na Vida** | |
|---|---|
| **1ª Fase: Experiências de vida** | 1. Onde você nasceu ou cresceu? |
| | 2. Quantos anos você tem? |
| | 3. Como foi sua infância? Você tinha uma família próxima? |
| | 4. Como foi a sua educação? Você frequentou escola? |
| | 5. O que mais aprendeu na vida? |
| | 6. Onde você mora? |
| | |
| **2ª Fase: Construção de Políticas Públicas** | 1. Qual é sua análise sobre as políticas habitacionais para a PSR? |
| | 2. Em sua perspectiva, qual é o aspecto mais importante de uma política pública voltada para a PSR? |
| | 3. Quais os lugares mais habitados pela PSR na cidade? |
| | 4. Quais abordagens você conhece para promover a inclusão e a reintegração social da PSR? |
| | 5. Como ocorre a integração das pessoas em situação de rua na vida urbana da cidade? |
| | |
| **3ª Fase: O trabalho com a PSR** | 1. Na sua visão, há estigma ou preconceito direcionado às pessoas em situação de rua? De que forma? |
| | 2. Você acha que as pessoas e a cidade são hostis? Sim? Não? Por quê? |
| | 3. Quais grupos estão envolvidos no suporte à PSR? |
| | 4. Há alguma associação ou organização na qual você participe relacionada ao trabalho com pessoas em situação de rua? Qual é a importância de sua participação e de que maneira você contribui? |
| | 5. Como o envolvimento em associações ou grupos afeta o desenvolvimento da comunidade e o bem-estar das pessoas em situação de rua? Quais são os principais benefícios que você observa? |
| | |
| **4ª Fase: Perspectivas e Desafios** | 1. Quais são suas aspirações para melhorar a qualidade de vida da PSR? |
| | 2. Quais aprendizados você extraiu do seu trabalho com a PSR? |
| | 3. Quais conselhos você ofereceria a outros agentes que desejam se envolver no apoio a pessoas em situação de rua? |

Fonte: adaptado de Cavalcanti (2010).

Para a coleta das histórias de vida, foi utilizado o gravador do celular para captar o áudio das entrevistas. Posteriormente, a transcrição foi realizada utilizando o recurso *PinPoint* do Google; após essa etapa, foi realizada uma revisão para verificar a existência de erros na identificação de palavras. A coleta de histórias de vida seguiu o desenrolar das entrevistas, relacionando-se com as informações obtidas.

O encerramento da coleta ocorreu quando alcançado o "ponto de saturação", onde as narrativas começaram a se repetir, ou quando já não adicionavam novos fatos aos relatos anteriores, atendendo aos propósitos da pesquisa (Bertaux, 1980). Assim, as narrativas de vida permitiram que os indivíduos refletissem sobre si mesmos, organizando lembranças e percepções, revelando microeventos e durações que contribuem para a construção social da realidade (Capriani; Pozzi; Corradi, 1995).

Optou-se por detalhar a experiência humana em forma de atos, que são compostos por uma sucessão de cenas conectadas, através de uma subdivisão temática.[6] Essa experiência é estruturada e organizada por interações entre grupos de pessoas, ocorrendo em um contexto específico, moldada pelas características de uma estrutura social. O processo de socialização inicia-se quando o indivíduo, ainda no início de sua vida, começa a assimilar a realidade objetiva presente no mundo social. Essa realidade objetiva está ligada à história de vida que cada pessoa constrói, representando a realidade subjetiva do indivíduo (Arruda *et al.*, 2015).

Soma-se, aos métodos utilizados nesta pesquisa, a pesquisa documental, através de documentos oficiais, reportagens e publicações, a fim de compreender a forma como a PSR está presente na realidade do Centro de Aracaju. Além disso, foram produzidos materiais gráficos para facilitar a visualização e interpretação das condições espaciais da PSR no bairro do Centro, além de realizado registro fotográfico da PSR e de seus cenários cotidianos, com a finalidade de ilustrar e evidenciar os aspectos estudados.

Desse modo, conduziu-se uma análise socioespacial, por meio do mapeamento dos locais mais habitados pela PSR. O mapeamento, que será apresentado no capítulo 4, foi elaborado por meio de visitas de campo ao bairro Centro e pela observação dos espaços mais frequentados pela PSR. Paralelamente, utilizou-se como base o Mapa Municipal oficial da Prefeitura de Aracaju (2010)[7] para demarcar os pontos de concentração no mapa da cidade de Aracaju. Para uma melhor compreensão visual dos espaços de concentração da PSR, a pesquisa utilizou como base a vista aérea do bairro do Centro. Essa abordagem visa uma compreensão da dinâmica desses espaços, bem como das demandas particulares da PSR no contexto urbano. Ao mesmo tempo, o mapeamento proporcionará uma ilustração das áreas com presença de aporofobia, durante o desenvolvimento da pesquisa no bairro Centro.

## 1.4 Estruturação da dissertação: enfoques e arranjos

O presente capítulo, o primeiro de um total de cinco que compõem esta dissertação, oferece uma introdução ao trabalho com o lócus, os objetivos da pesquisa, seu desenvolvimento e descrição do conteúdo que será abordado nos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo abordará conceitos-chave, como habitar e espaço urbano, fundamentais para o tema em estudo, por meio de uma abordagem interdisciplinar que

---

[6] SCRIPT, O. *et al.* Como escrever uma peça de teatro? Disponível em: https://www.uern.br/controledepaginas/Conte%C3%BAdo%20para%20M%C3%B3dulos/arquivos/2208como_escrever_uma_peca_de_teatro.pdf.

[7] Mapas. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/saude/index.php?act=leitura&codigo=45062.

incorpora as perspectivas de autores como Milton Santos (1996), Heidegger (2006), Marisco (2003), Carlos (2007), Lefebvre (2008) e outros, bem como análises de documentos oficiais. Neste capítulo serão abordadas ainda as políticas públicas para a PSR e o perfil desta população no contexto nacional; essa abordagem interconectada enquadrará a compreensão do habitar no espaço urbano, com foco no contexto da PSR, no bairro Centro de Aracaju.

O terceiro capítulo, por sua vez, explora o método 'história de vida', no qual serão apresentadas narrativas e relatos que proporcionam uma compreensão das trajetórias individuais e dos desafios enfrentados pela PSR. Nesse contexto, é possível observar como as condições de vida nas ruas afetam o bem-estar físico e emocional dos indivíduos, abordando questões relacionadas à saúde, à segurança, ao direito à cidade e à dignidade.

O quarto capítulo concentra-se na investigação dos espaços gerados e moldados pela própria PSR no bairro Centro, buscando compreender as formas de habitar. A interação entre espaço público e privado é examinada, uma vez que a ausência de moradia fixa e recursos básicos limitados — como banheiros e cozinhas — leva a PSR a se utilizar de locais públicos para suprir suas necessidades básicas.

Ainda no quarto capítulo, a pesquisa busca explorar a aporofobia e a arquitetura hostil, analisando como influenciam na modificação do espaço urbano no Centro de Aracaju. Essas estratégias são concebidas com a finalidade de afastar as pessoas que vivem nas ruas, reforçando a segregação socioespacial, que impacta diretamente a PSR. Neste estudo, utiliza- se a noção de segregação socioespacial como o ato premeditado de isolar um conjunto de classes ou subgrupos sociais em relação a outras parcelas da sociedade que apresentam menor favorecimento econômico, tendo como intuito explícito a prática discriminatória (Marisco, 2020). Dessa forma, o referido capítulo não apenas explora as complexidades da aporofobia e da arquitetura hostil, mas também enriquece a compreensão geral do espaço urbano em que a PSR se encontra, por meio de uma análise espacial e de uma contextualização visual.

Por fim, apresentamos as considerações finais. O presente estudo não apenas busca trazer esclarecimentos sobre a PSR, tem também o propósito de estimular transformações positivas no âmbito do planejamento urbano e das políticas públicas. Essas transformações visam aprimorar a eficácia das abordagens adotadas, assegurando, ao mesmo tempo, a participação ativa e a dignidade da PSR.

# 2 HABITAR À MARGEM

Este capítulo tem como propósito explorar as facetas do habitar no espaço urbano, identificando as políticas públicas voltadas à PSR e os fatores determinantes que influenciam a vida nas ruas. Afinal, a experiência humana não se limita apenas à habitação física, mas é influenciada pelo contexto social e pelas políticas que regem a vida nas cidades.

## 2.1 Habitar o espaço urbano

Para uma melhor compreensão do conceito de habitar, do espaço urbano e do direito à cidade é importante dialogar com o filósofo Henri Lefebvre, em sua obra *O direito à cidade* (2008). Neste livro, Lefebvre aborda as relações de classe, os problemas sociais, o capitalismo e a marginalização dos pobres e outras classes excluídas. No contexto de sua obra, ele investiga a interação entre espaço e sociedade, analisando a origem e a vivência do espaço. Sustenta que habitar transcende a mera ocupação física, incorporando a apropriação social e simbólica desse espaço; o habitar não deve ser limitado à funcionalidade, mas sim compreendido como uma prática social e política.

Segundo Lefebvre, o habitar se manifesta tanto nas necessidades básicas de habitação e sobrevivência, como comer e dormir, quanto na dimensão da apropriação. “O habitar só se reduz ao habitat, uma função determinável, isolável e localizável, em nome de uma prática” (2008, p. 21). Lefebvre também aborda o diálogo com a qualidade de vida urbana, indo além do espaço físico e considerando outros aspectos que influenciam o habitar, como “[...] as condições coletivas e privadas, físicas, psicológicas, sociais e culturais da produção social da moradia” (Campos, 2013, p. 53).

Lefebvre (2008) argumenta que a sociedade “moderna” se mostra pouco capaz de oferecer soluções para os problemas urbanos, agindo predominantemente por meio de medidas técnicas que apenas prolongam o estado atual das coisas. É possível encontrar situações nas quais ocorre o habitar em espaços onde as pessoas trabalham, comem e dormem, no entanto, não há uma garantia de pertencimento, proteção, segurança e preservação da vida. Isso se refere ao viver em situação de risco, como descrito por Kowarick (2009), que aborda a forma de morar e viver nas ruas.

A falta de acesso aos elementos essenciais da vida e aos direitos fundamentais da cidadania leva uma parcela da sociedade à luta contínua pela sobrevivência (Trindade, 2012). Essa luta surge da consciência da privação, ou seja, da percepção de que está sendo privada de

condições dignas de vida. Nessa luta pela sobrevivência ocorrem também disputas pelo espaço urbano, onde os indivíduos enfrentam desafios para garantir o direito à cidade. Isso sugere que as batalhas cotidianas não se limitam às necessidades materiais, mas se estendem à busca por reconhecimento e participação na vida da cidade, evidenciando assim as complexas dinâmicas sociais e políticas que permeiam o espaço urbano.

Conforme Tavolari (2016), referente ao direito à cidade, observou-se que, tanto em textos de intervenção quanto em trabalhos acadêmicos, há um ponto em comum: todos afirmam que o direito à cidade vai além das reivindicações imediatas dos movimentos por direitos ou serviços urbanos específicos. Em vez disso, ele envolve o conjunto dessas demandas e aponta para outras ideias — como democracia, cidadania e autonomia. O direito à cidade é visto, enquanto elemento constitutivo, na formação de uma consciência ou experiência compartilhada pelos movimentos sociais, sem referir-se exclusivamente à garantia de acesso aos recursos urbanos, mas abordando a qualidade e a experiência de habitar nesses espaços.

De acordo com Heidegger (2006), o habitar implica ser trazido à paz de um abrigo, permanecendo pacificado na liberdade de pertencer a esse espaço. Resguardar cada coisa em sua essência é o traço fundamental do habitar, noção esta de resguardo permeia todas as facetas do habitar. Pensar sobre o ser humano como habitante significa considerar o ato de habitar como um permanecer pacífico na liberdade de pertencer, uma permanência tranquila e estável na terra.

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2009) destaca que os seres humanos têm a peculiaridade de tomar espaços no planeta e transformá-los para sua própria vivência. Essa ação ocorre de maneira diferente daquela dos demais seres vivos, pois enquanto estes vivem nos espaços que são naturalmente proporcionados, os humanos criam espaços para habitar. Dessa forma, Brandão ressalta que a habitação é cultural, sendo fruto de uma construção social e simbólica dos espaços onde se vive. Ele afirma que experiência humana de existir está intrinsecamente ligada ao habitar, e que, como seres situados em um determinado tempo e espaço, tudo está de alguma forma relacionado a um espaço físico. Ou seja, a experiência como seres humanos é moldada pelo espaço habitado e pelas relações que são estabelecidas com esse espaço (Brandão, 2009).

Conforme mencionado por Brandão (2009), a ação humana tem como foco dominar territórios para a sobrevivência e conquistar espaços e recursos, visando o ganho e a acumulação. O processo de lidar com espaços e criá-los para a vida envolve procedimentos que promovem o convívio com o outro, em uma experiência interativa, afetiva e social. Nesse contexto, tanto uma casa quanto uma cidade desempenham o papel de acolher os corpos e afetos em suas diversas formas. De acordo com Carlos (2007, p. 11, grifo do autor):

> O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade *habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Na visão de Carlos (2007), o espaço habitado transcende sua natureza física, pois tanto influencia quanto é influenciado pelas interações humanas. As experiências e vivências nesse espaço são importantes na construção das identidades individuais e coletivas. Portanto, compreender essas relações é essencial para uma análise da vida urbana. Consoante a Yi-Fu Tuan (1983, p. 421, grifo do autor), cada lugar tem sua própria identidade:

> Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação (*fields of care*), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação.

O conceito de lugar surge quando há conexão estabelecida com o espaço, incorporando o significado e possibilitando seu reconhecimento. Assim, a transformação de espaço em lugar, ocorre mediante interação pessoal, evidenciando a importância da relação do indivíduo com o espaço para a criação de significados (Cavalcante; Nóbrega, 2011).

Além disso, Carlos (2007) enfatiza a importância do lugar na reprodução da vida e propõe uma relação entre habitante, identidade e lugar. Ela argumenta que a cidade, por exemplo, é constantemente moldada e revelada no contexto da vida cotidiana e dos indivíduos que a habitam. Essa dinâmica ocorre no nível local, no espaço concreto e tangível.

Martin Heidegger (2011), em *Ser e tempo*, traz o conceito de “Dasein” (que pode ser traduzido como “ser-aí” ou “ser-no-mundo”). “Dasein” se refere à existência humana e à forma como os seres humanos habitam o mundo e o espaço ao seu redor. Heidegger explora a questão do ser humano como “ser-no-mundo” e argumenta que o ser humano é, essencialmente, um ser que se preocupa e se relaciona com o mundo ao seu redor, ao invés de um ser isolado e contemplativo.

Nesse contexto, Heidegger debate acerca de como as experiências cotidianas de habitar o espaço estão enraizadas na compreensão do tempo e do ser. Essa compreensão ganha significado ao considerar a visão de Franco (2012, p. 417), que destaca que habitar deve ser entendido como “[...] uma condição de trabalhar, de se apropriar de um espaço que contém

instrumentos espalhados no mundo para convertê-los em moradia, sustento e proteção". Dessa forma, ao abordar a relação entre o "Dasein" e o mundo, Heidegger evidencia como o ser humano, ao habitar, não apenas se adapta ao espaço, mas também confere significado e forma a esse espaço, através de suas ações e interações. Assim, o conceito de habitar vai além da simples noção de residência física e se entrelaça com a própria noção de ser e existir no mundo. Para Carlos Brandão (2009, p. 2):

> Habitamos tempos e espaços [...] ele nos espera adiante - como todos os outros seres vivos com quem compartimos provisoriamente o planeta Terra. [...] Nós, os humanos, de uma maneira algo, mas essencialmente diversa, tomamos espaços do Planeta que nos são dados e os transformamos para viver neles: Eles vivem nos espaços onde são criados; nós criamos espaços para neles vivermos. Eles vivem onde habitam, naturalmente; nós habitamos culturalmente os espaços onde vivemos.

O habitar, portanto, não se limita a ocupar um espaço físico, mas envolve a ativa participação do ser humano na construção e definição desse espaço. Ao habitar, o ser humano deixa sua marca no espaço ao seu redor, conferindo-lhe significado e propósito através de suas ações, escolhas e vivências. Nota-se que o habitar é um processo dinâmico que envolve não apenas a apropriação do espaço, mas também a construção de uma identidade e de um sentido de pertencimento no mundo.

## 2.2 Políticas públicas de apoio à população em situação de rua

Ao debatermos políticas públicas, é importante recorrer à Constituição Federal de 1988, comumente chamada de Carta Magna. Essa lei busca a equidade no Brasil, uma vez que delineia princípios e diretrizes, além de garantir a salvaguarda dos direitos sociais. Em 1993, o Congresso Nacional aprovou e regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado (Brasil, 2008). Isso garante a universalização dos direitos sociais e obriga a formulação de programas de amparo à PSR, conforme estabelecido na Lei nº 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005.

Em 23 de dezembro de 2009, o Decreto nº 7.053 foi promulgado, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua no Brasil. Essa política é baseada em princípios essenciais que refletem o compromisso com a assistência a uma parcela vulnerável da sociedade:

> I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (Brasil, 2009, p. 1-2).

Embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em vigor desde dezembro de 2009, preveja uma contagem oficial da PSR, tanto o Censo Demográfico de 2010 quanto o de 2022 adotaram o método convencional, contabilizando apenas a população domiciliada. O IBGE justificou a omissão devido à falta de residência fixa desse grupo populacional, o que dificulta a identificação de suas demandas e o planejamento de políticas públicas adequadas. No entanto, em junho de 2023, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou um projeto de lei para incluir a população em situação de rua no censo demográfico realizado pelo IBGE.

De acordo com Silva (2006, p. 95), no contexto brasileiro essas particularidades são claramente delineadas, pois "[...] há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo".

Com base em informações adquiridas pela autora desta dissertação durante suas visitas de campo e em uma conversa com a Pastoral do Povo da Rua, ocorrida em 8 de setembro de 2023, durante ação de distribuição de alimentos para a PSR na Praça Olímpio Campos, situada no bairro Centro, em Aracaju, a Pastoral do Povo da Rua estimou que aproximadamente 1.000 pessoas vivem em situação de rua na cidade.

O Coordenador da Pastoral, Marcos Correia, compartilhou sua história de superação pessoal, tendo experienciado a situação de rua em sua vida. Hoje, desempenhando papel importante na cidade, ele se dedica diariamente a auxiliar aqueles que enfrentam desafios semelhantes aos que já enfrentou. Sua rotina consiste em visitar as ruas para distribuir alimentos à PSR.

Ele arrecada os alimentos por meio de doações da comunidade local, que demonstra sensibilidade em relação à causa. Ainda durante o levantamento da história de vida do Coordenador Marcos Correia, na Praça Olímpio Campos, ele fez menção ao Mercado Municipal de Aracaju, afirmando:

> Do Mercado, fizemos uma denúncia logo no início, o pessoal quando estava deitado lá, veio com o cacetete batendo nos caras, os vigilantes, eu filmei e denunciei o vigilante. Nisso aí, lancei na Diocese, lancei na Defensoria Pública, acionei o pessoal da defensoria pública, dos direitos humanos, Dr. Sérgio, então fizemos a denúncia ao Ministério Público e denunciamos a empresa, eu digo: "vocês tomam providência,

> vocês proíbe a pessoa de ter o direito de descansar." "Ah, mas é embaixo do nosso toldo" o dono do mercadinho disse, você acredita? Tiraram o toldo, mas não deixaram a pessoa dormir. Aquela área é pública, ele botou o toldo na calçada. É uma calçada, é pública. A nossa sede é por justiça, por isso, pelo direito de onde quer dormir. Né? Do jeito que tá com sono? De repente vê uma marquise e quer descansar, vai e descansa (Marcos Correia, 47 anos, em 08/09/2023).

Essas questões remetem ao que foi discutido por Silva (2006), quando argumentou que a rua não deve ser apenas considerada como local de trânsito entre espaços privados, uma espécie de zona intermediária entre situações reconhecidas. Pelo contrário, deve ser percebida como espaço em si, tão significativo e gerador de realidades quanto qualquer outro.

A presença da violência, conforme mencionado por Marcos Correia, é apenas um dos inúmeros obstáculos enfrentados pela PSR. Se encontram desamparadas em relação às suas necessidades e demandas individuais. Elas são forçadas a proteger seus próprios corpos a todo custo, devido ao constante temor diante das agressões diárias, revelando a ausência de um controle efetivo sobre a segurança delas, que, em grande parte, precisam garantir sua própria proteção.

Ao explorarmos a origem etimológica da palavra "violência", foi possível encontrar a raiz no latim *violentia*, que se refere ao comportamento agressivo de um indivíduo, caracterizado pela força ou vigor empregados sobre outras pessoas, muitas vezes com a intenção de obter algo com tenacidade. Conforme observado pelo filósofo Jean-Bernard Paturet (2012, p. 3), em *Pensar a crueldade no coração da política*:

> A violência que retorna é o recurso dos homens oprimidos, que se juntam, levantam-se, revoltam-se, manifestam-se para serem reconhecidos e para exigirem o respeito de seus direitos. A violência situa-se então dos dois lados: do lado do que impede o reconhecimento e do lado do que reage a este "não reconhecimento". Enfim, ela pode acontecer igualmente como reação a uma situação percebida como violenta por pessoas desorientadas, que usam então a violência contra elas mesmas. A crueldade (krew, carne crua, kreas, carne em grego (pancréas) em latim, cruor, sangue derramado, crudus, sangrento – de onde vem cruel) nos faz chegar a outra relação inter-humana: a da perversão.

Quando as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade são abruptamente removidas de locais que frequentemente já constituem espaços limitados — como marquises, calçadas, praças —, são privadas de sua capacidade de habitá-los. Como resultado, são progressivamente deslocados para áreas menos visíveis na cidade, de modo a não causar incômodo ou representar ameaça. Claramente são práticas que não abordam as causas subjacentes da situação de rua, como a falta de moradia adequada e de políticas públicas eficazes, mas, em vez disso, apenas afastam o problema de vista, sem solucioná-lo.

Este tema evoca a trágica ocorrência conhecida como “Chacina da Sé” ou “Massacre da Sé”, que teve lugar em 19 de agosto de 2004, na cidade de São Paulo. Nesse episódio, 7 pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas enquanto dormiam, deixando outras 6 com sequelas irreversíveis. Foi a partir desse triste acontecimento que se originou o Movimento Nacional da Pessoa em Situação de Rua (MNPR), cujo objetivo, de acordo com o Instituto Pólis (2010), é advogar por políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana da PSR.

Costa (2007) aponta que o “Massacre da Sé” foi um catalisador importante para o surgimento do MNPR, moldando seu horizonte político e suas reivindicações. As lutas desse movimento abordam a ambiguidade associada ao termo “rua”, que pode ser vista como um espaço de carência e sofrimento para a PSR, mas também como um lugar de potência e criatividade. O MNPR não apenas busca oferecer alternativas para que as pessoas deixem as ruas, mas também enfrenta desafios diários para proteger a PSR da violência e da intervenção por parte de agentes legais ou ilegais.

São pessoas que se veem forçadas a habitar edifícios abandonados, muitas vezes em grupos numerosos, em busca de abrigo. Outra ponderação relevante remete à questão da higienização da PSR. Como podem os sujeitos se manterem limpos e protegidos quando a própria Administração Municipal não disponibiliza espaços públicos, como praças equipadas com instalações adequadas, como banheiros e torneiras públicas, para essa finalidade?

Segundo informações compartilhadas pela Pastoral do Povo da Rua durante uma ação solidária voltada para a população em situação de vulnerabilidade social no bairro Centro, em Aracaju, no dia 8 de setembro de 2023, o movimento encontra-se em seus estágios iniciais de desenvolvimento na cidade. Apesar de ainda carecer de uma estrutura consolidada, estão em curso esforços para aprimorar a organização e estabelecer uma presença mais sólida e eficiente na comunidade.

Diante das diversas circunstâncias da vida, como a falta de emprego, a ausência de condições dignas de sobrevivência e o escasso acolhimento por parte da sociedade e da cidade, a PSR acaba por se resignar com as poucas opções disponíveis. No contexto do município de Aracaju, a cidade se revela desprovida de elementos acolhedores e hospitaleiros, carecendo de instalações básicas como banheiros públicos, bebedouros para acesso à água potável e locais para a higiene e lavagem de roupas. Como resultado, as pessoas se veem obrigadas a utilizar as roupas sujas e depois, quando conseguem outras, a descartá-las, pois não dispõem de meios para guardá-las, higienizá-las e torná-las novamente utilizáveis.

Nesse contexto, o psicólogo Gama Júnior (2019) chama atenção para a PSR,

denominando os indivíduos que dela fazem parte como descartáveis ou invisíveis pela sociedade. As pessoas nessa situação são frequentemente estigmatizadas, rejeitadas por suas famílias e encontram-se à margem da possibilidade de manter um trabalho, que cada vez mais valoriza a meritocracia e exige adaptação ao modo de vida predominante. Assim, essas pessoas permanecem perpetuamente no território da carência, em contraste com aquelas consideradas integradas à sociedade.

Em 1990, foi estabelecido, nos Estados Unidos, um programa conhecido como *Housing First* (Moradia Primeiro), projeto que parte do princípio de que a moradia é um direito básico de todos, e que se baseia no conceito de que a moradia é a base fundamental para garantir outros direitos (Do Nascimento; Rosa, 2021). Segundo informações fornecidas pelo subprocurador-geral da República Carlos Alberto Vilhena, em debate promivido pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre os desafios para implementação do Moradia Primeiro voltado à PSR no Brasil, as experiências do projeto nos Estados Unidos, Canadá e em várias nações europeias têm demonstrado resultados promissores.

Em mais de 85% dos casos, os participantes do programa conseguem manter-se em suas novas casas com sucesso. Conforme informações do IBGE, no Brasil, mais de 11 milhões de residências permanecem desocupadas, contrastando com a realidade de 281.472 PSR que habitam calçadas, praças e viadutos.[8] No contexto de Aracaju, este projeto não foi implementado, no entanto, de acordo com informações da Pastoral do Povo da Rua, os movimentos sociais estão dedicando esforços para introduzir o programa na cidade. Durante um encontro realizado em 8 de setembro de 2023, na Praça Olímpio Campos, o Coordenador da Pastoral fez a seguinte fala, no relato da sua história de vida:

> A gente vem defendendo, esse já é um projeto também nacional chamado Moradia Primeiro, tem um nome em inglês *housing first*, esse projeto começou lá para o lado do Estados Unidos e realmente já foi comprovado que tem 80% a 90% de aceitação do projeto. Em Curitiba já tivemos 80 a 90 pessoas que foram acessando o projeto Moradia Primeiro, só cinco desistiram. Então foi um projeto que está ligado com todas as políticas intersetoriais, a política de habitação, de saúde mental, de assistência, então todo o acompanhamento para pessoas, realmente em situação de rua, né? Projeto moradia primeiro. Por que se dá o nome? Porque eles colocam a política de moradia por último, para depois chegar lá na questão da moradia. E já viram que isso não funciona, então vão inverter a questão da política. O que acontece então, invertendo essa política? Foi comprovado nesse projeto lá no Estados Unidos, que botaram a moradia primeiro como a primeira política pública para a população de rua, dentro da política intersetorial das outras políticas, como de saúde, da assistência. Realmente isso funciona, ele só inverteu como fazem. Mas aqui eles não querem acabar com isso! Prefeitura e Estado não querem! Eu costumo dizer que o pobre não tem dinheiro, mas

[8] MPF debate desafios para implantação no Brasil do projeto Moradia Primeiro voltado à população de rua. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/mpf-debate-desafios-para-implantacao-no-brasil-do-projeto-moradia-primeiro-voltado-a-populacao-de-rua.

> ele dá dinheiro. Para a igreja, para pastores..., para alguns que usam para se beneficiar, a gente vem batendo direto (Marcos Correia, 47 anos, 08/09/2023).

Em 2014, o Governo Federal brasileiro escolheu o modelo chamado *Housing First* como base para criar uma série de iniciativas locais de moradia com apoio, especialmente destinadas a pessoas que usam drogas e se encontram em situação de rua. Conforme Carvalho e Furtado (2022), o *Housing First* se diferencia dos serviços tradicionais para PSR ao fornecer acesso à moradia sem a imposição de requisitos, como a participação em tratamentos de saúde ou a abstinência do uso de drogas. O modelo parte do pressuposto de que a estabilidade e a segurança proporcionadas por uma habitação permanente são essenciais para enfrentar outros problemas, como o uso prejudicial de drogas.

A primeira implementação desse modelo no Brasil ocorreu em Porto Alegre, no ano de 2017, em colaboração com a administração municipal e organizações da sociedade civil. Conhecido como "*Housing First* Porto Alegre", o projeto tinha como principal objetivo fornecer moradias permanentes à PSR, acompanhadas de serviços de apoio para auxiliá-las na adaptação às suas novas residências. 20 indivíduos foram selecionados para participar do programa, apartamentos totalmente mobiliados e equipados foram disponibilizados para cada um deles em diferentes bairros da cidade. O modelo foi adotado em várias regiões do Brasil, incluindo São Paulo, Minas Gerais e Paraná (Paula, 2023).

Uma vez reconhecido que as políticas atuais no Brasil não têm se mostrado eficazes na resolução da situação de rua, torna-se necessário repensar a abordagem política. A situação de rua é um problema global e, embora o modelo *Housing First* não lide com as causas mais profundas da falta de moradia no país — como a ausência de políticas públicas habitacionais adequadas —, observa-se que tem se mostrado eficaz na implementação da moradia permanente para a PSR beneficiada.

Em 11 de novembro de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Resolução nº 109/2009, que estabelece a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A Tipificação organiza os serviços em diferentes níveis de complexidade, a saber Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Ela visa estruturar e orientar a oferta de serviços socioassistenciais, de acordo com a complexidade e a natureza dos serviços prestados. Os serviços incluem convivência e fortalecimento de vínculos; Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e atendimento a pessoas com deficiência e idosas; adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA); acolhimento institucional; e proteção em situações de calamidades públicas e emergências.

No caso dos serviços de saúde, por exemplo, equipamentos e assistência social ainda são insuficientes para atender as necessidades da PSR, dado que “[...] em dezembro de 2022, apenas 145 municípios dispunham de equipes de Consultório na Rua, enquanto 3.354 municípios tinham pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único, sendo que 328 tinham 80 pessoas ou mais” (Brasil, 2023, p. 34). Observa-se a ausência de uma delimitação quanto à forma de trabalho e às políticas públicas específicas que seriam adotadas para garantir a eficácia dessas diretrizes, falta de clareza que ressalta a ausência de estratégias eficientes na aplicação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Observa-se a ausência de estratégias mais eficazes em um caso específico no Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), conforme ressaltado pelo coordenador da Pastoral do Povo da Rua de Aracaju, Marcos Correia. Ele evidenciou uma deficiência no atendimento do equipamento durante o período da tarde, ao observar que as atividades de assistência à população em situação de rua encerram-se às 14:00 horas. No entanto, as diretrizes estabelecidas na cartilha elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), estipulam que o período mínimo de funcionamento deve compor uma carga horária de atendimento de 8 horas diárias (Centro POP, n.p.). Sobre o Centro POP, Gama Júnior (2019, p. 30) explica:

> Diante disso, o Centro Pop deve se configurar como um espaço livre de julgamentos, não discriminatório, adequado para a prática de sociabilidades, produção de autonomia e vínculos sociais/familiares, objetivando a reinserção social de um usuário destituído de direitos e reconhecimento, indo além do enquadre de benefícios socioassistenciais e ofertas de caráter concreto.

Segundo relato de Marcos Correia em 8 de setembro de 2023, na Praça Olímpio Campo, Bairro Centro de Aracaju, o atendimento do Centro POP foi suspenso em feriados prolongados, como 7 de setembro de 2023, devido ao decreto de ponto facultativo pela Administração Municipal na sexta-feira seguinte, resultando em apenas três dias de serviços oferecidos pelo Centro POP à população em situação de rua (PSR) naquela semana de feriado.

Localizado na Rua Laranjeiras, 984, no bairro Centro, o Centro POP é também responsável por distribuir cerca de 160 *tickets* alimentação à PSR para acesso ao Restaurante Popular Padre Pedro, localizado no Centro de Aracaju. Esses *tickets*, conforme a Pastoral do Povo da Rua, são divididos em 80 para o almoço e 80 para o jantar. Assim, em feriados prolongados como o de 7 de setembro, essas famílias ficaram desprovidas de um dos direitos básicos essenciais, que é o acesso à alimentação.

**FIGURA 5 – Prédio do Centro POP à esquerda e Restaurante Padre Pedro à direita**

Fonte: Danilo França (2022); Seasc (2023).

A Prefeitura Municipal de Aracaju informou sobre o fechamento temporário do Centro POP para realização de reformas estruturais. Desde 15 de dezembro de 2023, o prédio está fechado, período durante o qual a alimentação destinada à PSR vem sendo redirecionada para a sede da Casa de Passagem Freitas Brandão, localizada na rua Porto da Folha, 1437, bairro Suíça. Inicialmente previsto para um retorno em 15 dias, o prazo se estendeu, levando a PSR, juntamente com os movimentos sociais, a realizar um protesto em 8 de janeiro de 2024, diante do Centro POP, em repúdio a essa situação.

O fechamento deixou desassistida a PSR, especialmente aqueles que transitam pelo bairro Centro, tendo que percorrer 12 quilômetros para ter acesso ao café da manhã e almoço no bairro Suíça.[9] Apesar das questões mencionadas, ressalta-se a relevância do Centro POP na celebração e na busca da garantia de direitos fundamentais para a PSR, visto que este equipamento da política de Assistência Social é importante, pois oferece serviços como alimentação, encaminhamento para abrigos, higienização, assistência na obtenção de documentação e na reconexão com suas famílias.

Para enfrentar essa problemática, espera-se um esforço coordenado entre os órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e demais partes interessadas. De acordo com Quintão (2012), para isso, seria necessária a formulação de políticas mais detalhadas, a alocação adequada de recursos, o desenvolvimento de programas específicos e a criação de mecanismos

[9] População em situação de rua de Aracaju cobra assistência social no Centro. Disponível em: https://se.cut.org.br/noticias/populacao-em-situacoes-de-rua-de-aracaju-cobra-assistencia-social-no-centro- 33af.

eficazes de monitoramento. Além disso, seria importante considerar a participação ativa da PSR na formulação e avaliação dessas políticas, haja vista que ao não ter reconhecida a diversidade dentro da PSR, há probabilidade de generalização de suas características e necessidades, de modo a abordá-la tanto "[...]como se fosse um grupo só, coeso, quanto tornarmos equivocadas e ineficazes qualquer alternativa ou projeto proposto para esta população — seja para tentar tirá-la da rua, seja para permitir sua permanência" (Quintão, 2012, p. 22).

## 2.3 Perfil da população em situação de rua no contexto nacional: exclusão e capitalismo

Segundo o Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua da SNAS, a PSR é um grupo heterogêneo e suas características incluem a realização de atividades produtivas nas ruas para garantir a sobrevivência, a interrupção ou fragilização dos vínculos familiares e a ausência de moradia regular (Brasil, 2006, p. 24).

Costa, Mizoguchi e Fonseca (2004) ressaltam que as pessoas em situação de rua, muitas vezes rotuladas como "loucas" e "andarilhas", desafiam as normas sociais ao se expressarem de maneira não convencional, rompendo o pacto silencioso entre estranhos na sociedade. Esse rompimento implica expor aspectos íntimos de suas vidas publicamente, o que pode causar desconforto para aqueles não habituados à presença de corpos diferentes ou vulneráveis no espaço público. Essa vulnerabilidade enfrentada pela população em situação de rua resulta em sua apartação da vida cotidiana, constituindo um processo de exclusão manifesto nos lugares onde é possível viver (Quintão, 2012).

De acordo com Dupas (1999), a temática da exclusão social emergiu na Europa como resposta ao aumento da pobreza urbana e da população em situação de rua durante um período de desemprego prolongado. Essa questão afeta principalmente minorias étnicas, imigrantes e jovens, que enfrentam dificuldades na inserção no mercado de trabalho. Ao explorar os conceitos de "ser" e "estar", especialmente no contexto da exclusão social, observa-se que as desigualdades e os processos sociais que resultam em exclusão estão interligados. Para Judith Butler (2014), o "ser" do corpo está sempre sujeito a influências externas, como normas, organizações sociais e políticas que historicamente ampliam ou reduzem a precariedade para certos grupos.

A exclusão social vai além da falta de recursos materiais, englobando discriminação e estigma associados a diversas características individuais. Sposati (1998) diferencia pobreza de exclusão afirmando que esta última engloba não apenas a falta de recursos, mas também condições atitudinais e comportamentais. Enquanto "pobre" refere-se à escassez material,

“excluído” abarca uma gama mais ampla de características individuais ou sociais.

Nesse sentido, somam-se à concepção da pessoa em situação de rua os sinônimos de “vadiagem”, “preguiça”, “promiscuidade”, “classe perigosa” e “imoralidade”. Os quais, conforme Fraga e Sarmento (2022), tratam-se de uma construção ideológica capitalista destinada a controlar a classe trabalhadora. Essas representações foram elaboradas para promover um processo de passividade social, sugerindo que o desemprego e a pobreza, que podem levar uma pessoa à situação de rua, são falhas morais de caráter.

Fraga e Sarmento (2022) destacam que a ideologia associativa do trabalho como correção moral é vantajosa para o capitalismo, pois perpetua a crença de que o trabalho é a única solução para falhas morais. Essa lógica beneficia o sistema econômico ao manter a classe trabalhadora sob controle, enquanto àquele lucra com a exploração do trabalho. Assim, a estigmatização da situação de rua como resultado de falhas morais serve aos interesses do capital.

Na organização capitalista contemporânea, a situação da PSR é agravada por vários fatores ligados ao paradigma econômico e social vigente. O desemprego estrutural crescente, a promoção da competitividade e a individualização das relações sociais contribuem para intensificar esse problema. O neoliberalismo, dominante na atualidade, destaca a competitividade como impulsionadora do progresso. Nesse contexto, a competição é vista como um meio pelo qual as pessoas buscam bem-estar, qualidade de vida e ascensão econômica (Fraga; Sarmento, 2022).

No entanto, essa abordagem neoliberal tende a culpar o indivíduo por seus “fracassos” e responsabilizá-lo por seu “sucesso”. Ou seja, a ideologia neoliberal coloca a responsabilidade pelos resultados individuais sobre os próprios indivíduos, ignorando fatores estruturais e sistêmicos que podem contribuir para situações adversas — como o aumento do desemprego estrutural e a competitividade exacerbada (Fraga; Sarmento, 2022).

A busca incessante por eficiência e lucratividade, no capitalismo, pode levar a crises cíclicas e períodos de instabilidade econômica. Essas crises, por sua vez, impactam de maneira desproporcional os estratos mais vulneráveis da sociedade, aprofundando ainda mais as condições de miséria. Portanto, embora o capitalismo seja capaz de gerar riqueza, ele também perpetua um ciclo que produz simultaneamente prosperidade e miséria de maneiras desproporcionais, tendo em vista que “[...] é exatamente por isso que essa pobreza é inaceitável, pois não resulta de acidentes naturais ou falta de recursos. É uma pobreza produzida e

reproduzida incessantemente, nas periferias das grandes cidades e na periferia do mundo"[10].

Tiengo (2018), ao analisar a questão da PSR, aponta para o modo de produção capitalista como o cerne do problema. A referência ao processo de acumulação capitalista, central para a teoria do valor-trabalho, é um fator constitutivo e consequente. Assim, para Silva (2009, p. 27), a PSR é:

> [...] uma expressão incontestante das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da chamada questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza."

Conforme Fraga e Sarmento (2022), à medida que o sistema capitalista se expande, a rápida disseminação desse modo de produção tem levado ao aumento do pauperismo, miséria e à criação de disparidades econômicas entre diferentes classes sociais. Em decorrência desses processos, a PSR se tornou um fenômeno social urbano de grandes proporções ao longo do tempo. Ainda de acordo com Fraga e Sarmento (2022, p. 78):

> Esse aumento considerável no número de pessoas em situação de rua despertou na sociedade uma série de sentimentos negativos, tais como, nojo, asco, pena, indiferença que resultaram em medidas punitivas e persecutórias radicais. E, no lugar de medidas voltadas a proteção social e de redistribuição das riquezas socialmente produzidas com consequente (re) inclusão dos indivíduos na sociedade e acesso aos direitos sociais, pelo contrário, foram instauradas medidas higienistas e punitivas.

A PSR não pode ser explicada por um único perfil, mas por uma combinação de elementos. Entretanto, há fatores que se destacam nesse conjunto, podendo ser características específicas de certas localidades ou épocas. Dentre esses fatores, Luiz Kohara e Maria Vieira (2020) ressaltam que:

> Há idosos que não conseguirão mais entrar no mercado de trabalho, não possuem proteção previdenciária e que necessitam de uma moradia permanente. Há grupos de famílias com filhos que demandam cuidados e serviços específicos. Há pessoas com sofrimento mental que precisam de tratamento de saúde e moradias especiais. Há outros grupos como: dependentes químicos; com necessidades especiais como os deficientes; de mulheres sós e grupos com diversas orientações sexuais, como os que fazem parte dos grupos LGBT.

A PSR se vê diante da difícil escolha de determinar qual das inúmeras emergências deve

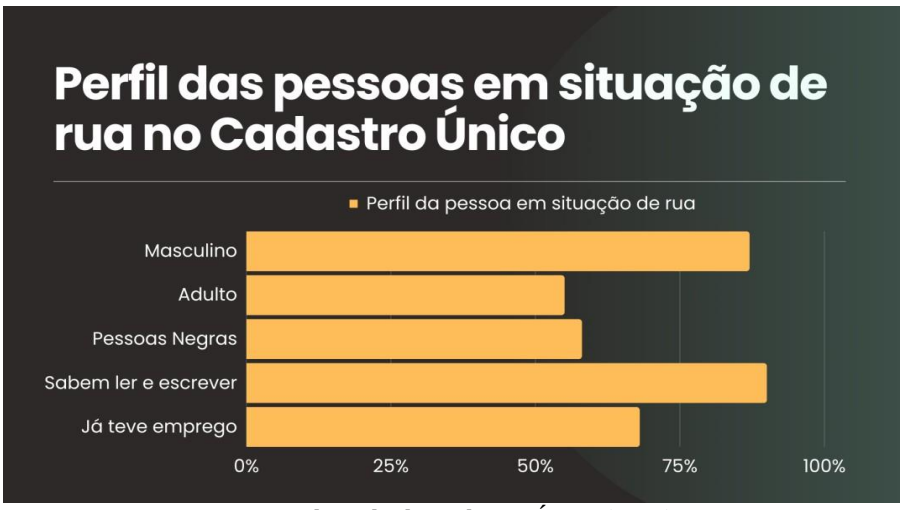
[10] O capitalismo produtor de pobreza e a reação do povo grego. Brasil Debate. Disponível em: https://brasildebate.com.br/o-capitalismo-produtor-de-pobreza-e-a-reacao-do-povo-grego.

ser priorizada na tentativa de mitigar a situação em que se encontram. Em meio a essa realidade, o corpo se revela como o operador de suas experiências, tanto na busca por recursos, quanto na luta pela sobrevivência nas adversas condições das ruas da cidade. Frangella (2009) ressalta que é através do corpo que a PSR encontra oportunidades de resistência à exclusão. Eles redefinem os limites e as capacidades de seus próprios corpos, criando novas formas de operacionalizar e habitar o espaço urbano. Desta forma, constituem novas representações de sua experiência social, desafiando narrativas convencionais e buscando uma forma de existência e agência no meio da marginalização. Para a autora (2004, p. 146):

> Esta diversidade do "estar nas ruas", assim como define diferentes maneiras de se espacializar, marca as suas formas e extensões de circulação pedestre. Importante ressaltar que em nenhuma delas a prática nômade está ausente, uma vez que a logística cotidiana deles é pautada pela indeterminação, a qual provoca uma re-elaboração constante de sua forma de viver e de suas interações sociais.

No contexto da PSR no Brasil, o Cadastro Único (CadÚnico, 2023) do Governo Federal revela o seu perfil. A atividade de catador é apontada como principal fonte de renda; cerca de 55% dormem nas ruas, chegando a 70% na região Norte; no Sudeste, 41% encontram abrigo em casas de acolhimento. A maioria (92%) não vive com suas famílias nas ruas e tem pouco ou nenhum contato com parentes fora dessa condição. Homens representam 87% da PSR. As motivações para estar nas ruas foram registradas (Figuras 6 e 7).

**FIGURA 6 – Perfil da PSR pelo Cadastro Único no Brasil**




Fonte: adaptado de Cadastro Único (2023).

**FIGURA 7 – Motivações da vida nas ruas**

Fonte: adaptado de Cadastro Único (2023).

Em 2023, foram contabilizadas 919 pessoas em situação de rua em Aracaju, conforme números divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). São pessoas que não mantêm convivência permanente com suas famílias. Conforme argumenta Gama Júnior (2019), embora as políticas públicas busquem integrar a PSR, não abordam adequadamente as raízes do problema. O controle estatal e as políticas públicas se esforçam para alcançar e administrar a PSR, porém, deparam-se com desafios, dado o vasto leque de dimensões dessa realidade, que se revela complexa em todas as suas facetas.

# 3 VOZES DA EXISTÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM ARACAJU - SE

Este capítulo objetiva explorar o método de pesquisa ‘histórias de vida’, que se insere dentro da abordagem qualitativa biográfica. Os motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas variam de acordo com o contexto social específico de cada indivíduo. O cotidiano de vida delas é revelado através de suas experiências subjetivas, cheias de significados que moldam a história de suas vidas.

## 3.1 Histórias de vida

As histórias constituem-se como um espelho das sutilezas da vida nas áreas urbanas e das dinâmicas sociais que as envolvem. A inclusão de 15 histórias de vida como material de base para a análise do tema busca proporcionar uma visão das experiências da PSR na cidade. Em seus relatos, os participantes compartilharam suas rotinas, delineando como estavam integrados ao convívio social antes de se encontrarem em situação de rua.

A seguir, uma breve introdução sobre os participantes entrevistados desta pesquisa.

- **“O Caminhoneiro”:** tem 35 anos, possui olhos castanhos, cabelos pretos, negro. Nasceu em Estância (SE), mas atualmente vive em Aracaju (SE) e se encontra em situação de rua. Possui ensino fundamental completo. É divorciado e pai de um filho, não mantém contato com a criança nem com seus pais. Seu maior desejo é reconstruir os laços familiares, especialmente com seu filho.
- **“A Parceira”:** tem 55 anos, olhos castanho-escuros, cabelos pretos, negra. É natural de Nossa Senhora do Socorro (SE), mas vive em Aracaju (SE). Possui ensino fundamental incompleto. Não tem filhos, é divorciada, foi presa devido a conflitos com seu ex-marido. Após ser libertada, encontrou-se em situação de rua. Atualmente não mantém contato com a família.
- **“O Engenheiro”:** tem 43 anos, olhos e cabelos castanhos, negro. Nasceu em Recife, Pernambuco (PE); após o falecimento de sua mãe, seu quadro de depressão intensificou e ele se mudou para Aracaju (SE). Apesar de possuir formação como tecnólogo, não exerce na área em que se formou e atualmente vive em situação de rua. Seus pais residem em Recife e ele não constituiu família.

- **“O Baiano”:** tem 56 anos, olhos castanhos, cabelos pretos, negro. Possui dificuldade de locomoção devido a problema com hérnias. Natural de Salvador (Bahia (BA), possui ensino fundamental incompleto. É divorciado, com filho e neto falecidos em decorrência da criminalidade e se encontra em situação de rua devido à quebra de vínculos familiares e à dependência química.
- **“O Coco”:** tem 35 anos, olhos castanho-escuros, cabelo castanho, negro. Originário de Aracaju (Sergipe (SE), da infância até a fase adulta viveu com os pais, mas atualmente encontra-se em situação de rua devido a conflitos familiares; não tem filhos. Ele possui ensino fundamental completo e não mantém contato com os familiares.
- **“A Porteira”:** tem 35 anos, olhos castanho-escuros, cabelo preto, negra. Natural de Aracaju (SE), encontra-se em situação de rua após conflitos familiares e o falecimento de sua mãe. Possui ensino fundamental incompleto. Não tem filhos e atualmente tem dependência química.
- **“O Vendedor”:** tem 47 anos, olhos claros, cabelo castanho claro, branco. Nasceu em Natal (Rio Grande do Norte (RN), atualmente vive em Aracaju (SE) e se encontra em situação de rua devido a dependência química. Cresceu ao lado de sua família, possui ensino médio completo, curso técnico em *sommelier*. É divorciado e não tem filhos.
- **“A Vigilante”:** tem 43 anos, olhos castanhos, cabelo preto, negra. Natural de Aracaju (SE), possui ensino fundamental completo. Encontra-se em situação de rua devido a conflitos familiares; seus pais são falecidos, não tem contato com os irmãos e não tem filhos.
- **“A Mochileira”:** tem 52 anos, olhos e cabelos castanhos, negra. Natural de Salvador (Bahia (BA), possui ensino fundamental incompleto. Após sofrer violência do ex-marido, mudou-se para Aracaju (SE), onde se encontra em situação de rua. É mãe de dois filhos que residem em São Paulo — ambos são casados —, porém não tem contato com nenhum deles.
- **“O Evangelista”:** tem 51 anos, olhos castanhos, cabelo preto, negro. Nasceu em Maruim, no interior de Sergipe, e concluiu seus estudos até o ensino médio. Viveu com sua mãe até a fase adulta, porém, após o falecimento desta, ocorreu uma disputa por herança. Atualmente se encontra em situação de rua, enfrenta problemas de saúde nos rins e passou por uma colostomia. Frequentemente, pede

dinheiro para comprar medicamentos na Praça Fausto Cardoso.

- **“A Chapeleira”:** tem 49 anos, olhos castanho-escuros, cabelos pretos, negra. Possui ensino fundamental incompleto, é natural de Arapiraca (Alagoas (AL). Devido a problemas psicossociais, se desvinculou da família e não possui mais vínculos com pais e irmãos. É mãe solo de um filho de 6 anos.
- **“O Voluntário”:** tem 59 anos, branco, cabelo grisalho, é voluntário no projeto Pastoral do Povo da Rua. Nascido em Estancia/SE, viveu maior parte da vida em São Paulo. Possui duas graduações e uma Pós-graduação, é técnico judiciário. Divorciado, possui uma filha que reside em São Paulo.
- **“O Coordenador”:** tem 47 anos, olhos castanhos, cabelos castanhos, branco. Natural de Aracaju (SE), durante sua infância e adolescência enfrentou, junto de sua família, dificuldades financeiras. Começou a trabalhar como *office-boy* aos 14 anos e continuou nessa função até os 18. Posteriormente, encontrou-se em situação de rua e hoje atua como coordenador da Pastoral do Povo da Rua. É casado e pai de um filho de 19 anos.
- **“A Caminhante”:** tem 47 anos, olhos castanhos, cabelos pretos, negra. Natural de São Cristóvão, no interior de Sergipe, passou parte de sua infância em São Paulo e posteriormente mudou-se para Aracaju. Não possui filhos e não é casada. É membro do Cáritas, um organismo da Igreja Católica que atua na defesa dos direitos humanos, e faz parte da coordenação do Bazar Santa Dulce, um bazar destinado a PSR.
- **“O Viajante”:** olhos castanhos, cabelos pretos, branco. É fundador do projeto Banho Para Todos, é natural de Maceió (AL), formado em Administração e trabalha como consultor de vendas. É casado e tem dois filhos.

Os relatos apresentados a seguir foram estruturados em forma de atos, os quais consistem em uma série de ocorrências interligadas, divididas por temas distintos.

## ATO 1: Experiências de vida, tentativas e resistência

### CENA 1: Inadaptação social

Na noite de 16 de agosto de 2023, uma quarta-feira, avistou-se “O Caminhoneiro” em

frente ao Posto Petrox, situado no bairro Centro. Originário de Estância, ele está em situação de rua há um ano e dois meses, sobrevivendo como pedinte. Anteriormente, era caminhoneiro e possuía uma frota com quatro caminhões. No entanto, devido a situações conflituosas, por ter se envolvido com a criminalidade e sido preso, se deparou com a exclusão gradativa até encontrar-se em situação de rua.

> Não consigo mais emprego. Quem vai contratar um ex-presidiário? Não tem coisa pior no mundo do que você ser privado da liberdade. Eu aprendi isso na rua. Na rua eu comecei a criar cachorro, e não colocava coleira nele, porque eu não queria que o cachorro se sentisse preso como eu me sentia. ("O Caminhoneiro", 35 anos, 16/08/2023).

Em outra história de vida, a participante "A Parceira" relata ter passado pelas mesmas dificuldades: "Fui presa, passei 15 anos na cadeia e depois fui solta, vim pra rua. Não tenho pra onde voltar, desempregada, assim fica muito mais difícil. Vivo e sobrevivo nas ruas" ("A Parceira", 55 anos, 23/12/2023).

Nos relatos do "O Caminhoneiro" e de "A Parceira", observa-se que a exclusão social e a escassez de oportunidades de emprego para recém-saídos do presídio podem ter contribuído para a dificuldade de reintegração dos participantes na sociedade. Nesse sentido,

> [...] trata da exclusão mais como *inadaptação* social; [...] pelas pessoas idosas e outros inadaptados, como delinqüentes, fugitivos, prostitutas, marginais; entretanto desvia-se de determinações unilateralmente psicologizantes, e esta exclusão seria um fenômeno irredutivelmente social (Zioni, 2006, p. 18, grifo do autor).

Nesse cenário, observa-se que não alcançam autonomia sobre a própria vida, permanecendo em estado de vulnerabilidade, como no relatado por "A Parceira".

**CENA 2: Estigma e transtornos de humor**

O participante "O Engenheiro", de 43 anos, natural de Recife, chegou a Aracaju percorrendo o trajeto a pé. Veio realizar o curso para *Tecnólogo em Petróleo e Gás*, durante o qual custeava os estudos vendendo balas nos ônibus. Contudo, enfrentava dificuldades para encontrar um local para morar. Por vergonha, mantinha em segredo sua condição de rua tanto para seus colegas de curso, que desconheciam sua situação, quanto para sua família.

> Eu vim na depressão, aí ouvi falar em Petróleo e Gás em Sergipe, e eu vim pra cá

> estudar. Estudei esse curso na Uniasselvi[11]. Eu vendia bala nos ônibus e panfletava na faculdade para eles me darem um desconto. Só o coordenador sabia da minha situação, eu não contava para ninguém. Eu tinha vergonha, né?[...] Quando podia, dormia na casa de apoio Acolher. Eu procurei todos os meus direitos, na vulnerabilidade, mas naquela época eu fui desassistido totalmente. Eu não estava na rua porque eu queria. Não é uma opção. [...] Para você ver, eu vim andando de Recife pra cá. Me formei na rua, vendendo bala. Ou eu pagava aluguel, ou pagava a faculdade, eu preferi pagar a faculdade. Eu trocava as moedas por comida, e as pessoas pensavam que eu estava pagando. Eu tomava banho no Banho Para Todos, né? De dia eles me davam as balas, e de noite eu guardava na bolsa. Eu tinha que vender 10 pacotes de jujuba, para bater a meta. Hoje eu não exerço a profissão, porque eu precisava me qualificar, e eu não consegui ("O Engenheiro", 43 anos, 27/12/2023).

"O Engenheiro" expressou vergonha ao admitir sua condição de rua, receando o julgamento de seus colegas de faculdade. Avaliando seu contexto, é possível inferir que ele antecipou a possibilidade de não ser aceito também por seus colegas, temendo o estigma social. Conforme Bauman (2005, *apud* Arruda *et al.* 2015, p. 43):

> Aquelas pessoas, que devido às circunstâncias da vida, não conseguem prover financeiramente um meio de sobrevivência para si são consideradas fora dos padrões da sociedade capitalista, e por fim, consumista em que vivemos. Na condição de redundante a pessoa passa a desenvolver sentimentos de baixa autoestima, falta de propósito de vida, falta de dignidade e não se sentem úteis ao meio social em que vivem.

Para Jodelet (2011), as pessoas são avaliadas com base em suas características e ações, e quando essa avaliação não corresponde ao esperado, estão sujeitas à exclusão. Isso representa um processo de desqualificação social no qual a pessoa sente vergonha por não atender aos padrões sociais, circunstância na qual prefere se distanciar (Paugam, 2011).

A condição precária em que vivem pode justificar os problemas físicos e mentais enfrentados (Rosa, 1995). A situação de pobreza é conhecida como um dos fatores importantes no aumento dos transtornos do humor, incluindo a depressão. Esses transtornos estão intimamente ligados a condições sociais adversas, como desemprego, baixa escolaridade, falta de moradia e de acesso a alimentos (Botti, 2010). Isso foi observado no relato de "O Baiano", um homem de 56 anos, natural da Bahia, que se encontrava sob a marquise do Banco do Brasil, localizado no Centro da cidade, ao compartilhar suas vivências nas ruas.

> Estou na rua há 8 anos. Eu vim da Bahia para Aracaju. Eu não tinha nada. Porque quando a pessoa tem alguma coisa ainda pensa "não vou embora porque tenho casa", "não vou embora porque tenho carro", mas eu não tinha nada, eu vim embora. Fico aqui mesmo, com meu papelão. Comida é difícil, às vezes tem, às vezes não tem. Eu também estou doente, tenho três hérnias. Eu tomo um monte de remédio durante o

[11] Instituição de ensino superior localizada em Aracaju (SE).

> dia, aí a depressão bate. Consigo os remédios no CAPS[12] (“O Baiano”, 56 anos, 1/12/2023).

De acordo com Pinho (2020), viver na rua implica lidar diariamente com a busca por recursos essenciais para a sobrevivência. Essa realidade é ainda mais complicada para aqueles que não têm acesso mínimo a equipamentos, serviços ou locais de apoio. Haja vista que, conforme Gomes e Elias (2016, p. 156), “[...] a complexidade assistencial dessa população ainda requer a integração de ações intersetoriais para promover melhores condições de saúde, [...] habitação e integração desse grupo na sociedade.”

**CENA 3: Dinâmicas relacionais**

No relato a seguir, “O Engenheiro” ressalta os desafios enfrentados em sua experiência de vida, com instabilidade em suas relações em sociedade e desilusões provocadas por promessas de uma vida melhor.

> Se aproveitaram da minha situação, me levaram para uma rádio, tiraram foto, me prometeram mundos e fundos, e depois eu fiquei a ver navios. Você está debaixo de uma marquise, vivendo na rua… você chutar cachorro morto? Hoje quem sabe falar sobre frio sou eu, quem sabe falar sobre fome sou eu, quem sabe falar sobre desprezo sou eu, sou eu, sou eu (“O Engenheiro”, 43 anos, 27/12/2023).

Pode-se destacar que uma adversidade enfrentada pelo “O Engenheiro” é a expressão que ele mesmo utiliza: “chutar cachorro morto”, empregada quando alguém se aproveita da situação de quem já não tem nada. No caso dele, foram feitas promessas, por pessoas que se interessaram por sua história, mas sem obtenção de retorno, de modo que permaneceu em situação de vulnerabilidade social e habitando as ruas. Para Bauman (2004), o conceito de “amor líquido” descreve a condição na qual a significância do amor nas interações sociais é perdida.

Nesse contexto, as relações afetivas e comunitárias se tornam fluidas, caracterizadas pela falta de compromisso e pela instabilidade dos relacionamentos na sociedade. A PSR, ao buscar superar sua condição, estabelece dinâmicas relacionais em seu contexto de vida. Nesse processo, muitas vezes enfrentam relações desiguais, onde a reciprocidade é escassa devido à sua condição de pobreza. Isso resulta em um sentimento de desconfiança em relação à sociedade e até mesmo em sua própria capacidade de lidar com suas necessidades e desejos imediatos.

[12] Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços públicos destinados ao atendimento de pessoas que sofrem de transtornos mentais, bem como usuários de álcool e outras substâncias psicoativas.

**CENA 4: Autopercepção negativa**

Em 22 de dezembro de 2023, “O Voluntário” da Pastoral do Povo da Rua, de 59 anos e Técnico Judiciário, nascido em Estância (SE), ressalta que, por estarem em situação de rua, não se reconhecem como pessoas com valores ou cidadãos.

> Cada ser humano precisa ter a sua valorização. Então, quando uma pessoa está em situação de rua, se sente totalmente como se não tivesse um valor. Quer dizer, o que aparenta para nós é isso. Não se sente valorizada, não se sente uma pessoa humana com valores, um cidadão [...] Então ele precisa ser recuperado, restaurado. Só que os valores devem ser incutidos neles. De sociedade, de convivência social, de respeito. Respeito mútuo, respeito a si mesmo, quer dizer, precisa ser incutido em cada um, precisa ser orientado (“O Voluntário”, 59 anos, 22/12/2023).

Todos os indivíduos, em algum momento, pertenceram a um grupo familiar. Segundo Jodelet (2011), a necessidade de pertencimento social é inerente ao ser humano, de modo que o ajustamento emocional e o comprometimento com o grupo ao qual a pessoa pertence influenciam na formação de sua identidade, afetando, reciprocamente, tanto o indivíduo quanto o grupo. No processo de socialização, o grupo exerce influência sobre a realidade subjetiva do indivíduo, moldando a formação de sua identidade. Em outras palavras, a imagem que a pessoa tem de si mesma está ligada à imagem que ela tem do grupo ao qual pertence. A fala de “O Voluntário” expõe a percepção dele quanto à forma como a PSR se vê diante da situação que vivem. Essa percepção pode ser comprovada nos relatos a seguir:

> Alguns dias atrás, uma pessoa me deu R$ 20,00, eu achei muito dinheiro, só que a pessoa me deu o dinheiro e foi embora, virou as costas. Eu queria no mínimo a atenção dela [...] às vezes a gente se sente um nada, uma coisa, um invisível para a sociedade (“O Caminhoneiro”, 35 anos, 16/08/2023).
>
> Sou considerado como um ser qualquer (“O Baiano”, 56 anos, 1/12/2023).
>
> Eu já dormi com rato passando por cima de mim. Chovendo, a água passando por cima de você, quando você olha, três ratos dentro de você. Aí você pula, o lençol molha... Nós somos ratos humanos. Nós somos conhecidos como os ratos humanos (O Coco, 35 anos, 27/12/2023).

Observa-se a autopercepção negativa como quando “O Caminhoneiro” e “O Baiano” se identificam como “invisível” e “um ser qualquer”, respectivamente, para a sociedade, ou quando “O Coco” os intitula como “ratos humanos”, devido ao estado de extrema vulnerabilidade. Esse cenário conecta-se com a ideia de Paugam (2011), que aponta como a

acumulação de fracassos conduz a elevado grau de marginalização. Diante da falta de perspectivas para encontrar soluções, a PSR passa a sentir-se inútil para a sociedade.

## ATO 2: Conflitos, perdas e medos

### CENA 1: Formas de violência

"A Porteira", 35 anos, compartilha os conflitos que testemunhou no bairro Centro, destacando que a violência se intensifica durante a noite. A exposição constante à violência, a falta de privacidade e a vulnerabilidade são fatores que integram o cotidiano da PSR.

> O Padre Pedro[13] eu não vou para ali não, não vou para ali. Eu já perdi tanta coisa aqui nesse centro. Perdi um primo, perdi uma grande amiga. Ela morreu numa covardia [...] mataram ela dormindo. Se eu tivesse minha família que me apoiasse, me ajudasse, me acompanhasse nos meus remédios, mas eu não tenho, mulher. De noite aqui é um perigo. [...]Eu vi um assalto no ônibus uma vez, eu fiquei desesperada, eu não tinha nada mesmo. [...]Depois que ele desceu ali do ônibus, eu chorei. Eu preciso tomar remédio, nem todo momento eu tomo remédio na rua, porque eu tenho medo. [...]é clonazepam. Se eu tomar, eu durmo, e "nêgo" leva até a minha vida. Da outra vez eu tomei e dormi e levaram todas as minhas roupas. Então se eu quiser tomar, eu tenho que ir para um lugar bem fechado, afastado, porque eu fico com muito sono, apago. Mas eu vou fazer o quê quando uma pessoa dessa age comigo assim? Vou matar ninguém não ("A Porteira", 35 anos, 23/12/2023).

No relato de "A Porteira" ficou evidente que a PSR está sempre exposta ao roubo, um dos motivos pelos quais a PSR não acumula objetos pessoais. Durante a noite, por exemplo, não é possível dormir tranquilamente; conforme Silva (2021), elas apenas tiram cochilos, pois carregam o medo de enfrentar violências contra seu corpo. A narrativa de "A Porteira" corrobora a de "O Vendedor", que se encontra em situação de rua há 5 meses, vivenciando o medo e o isolamento constantes.

> Pior na rua é porque na rua você não pode dormir. Porque quando você dorme você tá morto! Você não sabe o que está acontecendo. Então assim, na maioria das vezes quando eu vou dormir é 4 horas da manhã, 10 horas da manhã. Quando começa o movimento de gente é que eu consigo deitar e dormir. Porque como eu falei a maioria dessa galera que vive na rua, muitos deles não gostam de mim, porque eu não ando com nenhum deles. Tem um ditado bem feio popular que diz assim: "puta só, ladrão só". Eu tô na situação da puta, só, e eles na do ladrão. [...] Não existe lugar seguro na rua! Na verdade, quem vive na rua não pode ter um local certo, principalmente na minha situação, porque eu não ando com ninguém, como eu falei, a maioria dessa galera apronta, só ando só. Assim, quando você tem um local certo, você está sendo visado, o cabra sabe onde lhe encontrar cada dia. Você não pode ter um local certo ("O Vendedor", 47 anos, 09/09/2023).

[13] Restaurante Popular Padre Pedro, localizado no bairro Centro de Aracaju.

Uma das problemáticas mencionadas é a decisão de “O Vendedor” de evitar relações com outras PSR, o que gera sentimentos de desconfiança e isolamento. Esse isolamento, por sua vez, pode aumentar sua vulnerabilidade, já que ele não tem o apoio de uma rede de relações. Ele está sempre em alerta para proteger sua integridade física, uma vez que não existe um local seguro para se abrigar ou descansar.

De acordo com Jodelet (2011), com base na análise psicossociológica, as pessoas são consideradas semelhantes com base em seus traços, comportamentos e com os objetivos compartilhados. Nesse sentido, a integração em um grupo social ocorre quando há identificação mútua entre seus membros, enquanto diferenças podem levar à discriminação e ao isolamento. Outros casos discorrem sobre os conflitos da PSR que sofre violência dentro do convívio familiar e a forma como essas experiências influenciaram no medo das interações sociais.

> Meu padrasto gostava de beber, curtir essas coisas, ele foi beber, queria vim pra cima de mim, minha mãe não acreditava em mim. Mas fomos para perícia e deu que eu fui abusada. Mas não tinha mais jeito. Fiquei até hoje com essa mágoa no meu coração. As pessoas que eu confio são essas pessoas assim, pessoas que eu vejo que tem classe, que tem o melhor para me ajudar. Se chega uma pessoa diferente assim, vestido igual a mim, eu saio daqui. Pode estar com uma faca, alguma coisa (“A Vigilante”, 43 anos, 21/ 12/ 2023).

> Estou há 26 anos em situação de rua, era de Salvador. Descobri que meu marido era homossexual, ele me espancou, aí eu peguei as minhas malas e vim embora para Aracaju. Já passei muita violência, fui abusada na rua, sofri agressão física. Tem muita pessoa boa nesse mundo, mas tem má também’ (“A Mochileira”, 52 anos, 22/12/2023).

Em sua permanência nas ruas, tanto “A Vigilante” como “A Mochileira” enfrentam o medo de serem vítimas de violências e destacam a vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres, sujeitas a agressões e abusos, bem como a busca por locais mais escondidos para evitar serem percebidas e violentadas, seja por PSR ou não. Do mesmo modo, “A Vigilante” relata a desconfiança com pessoas de trajes e aparência similares às suas. De acordo com Frangella (2009), a vida nas ruas implica em exposição à vulnerabilidade do corpo, incluindo ataques físicos com facas ou outros objetos cortantes, bem como fogo, que representam formas de destruir e agredir o que resta para a PSR: o próprio corpo.

**CENA 2: Armadilha da pobreza**

O participante “O Coco”, de 35 anos, compartilhou os desafios e conflitos enfrentados

no seu cotidiano de vivência nas ruas, de onde não consegue sair.

> Os guardas municipais agridem, se nós somos os criminosos, então o estado dá esse poder a eles. Eu foquei em mim na vida, nem animal e nem mulher. Porque meu dinheiro é pouco. [...]Quantas noites eu fiquei esperando uma doação e depois eu fui chorar? Porque ali a pessoa vai para casa, tem sua esposa, tem seu filho, toma um banho, roupa limpa, mas quem está em situação de rua fica ali, exposto a tudo. A droga, a prostituição, o que vem, você está exposto a tudo. Se você não tem uma cabeça boa, você vai fazer o quê? ("O Coco", 35 anos, 27/12/2023).

No relato desse participante, destaca-se a hostilidade enfrentada durante as abordagens dos guardas municipais em relação a PSR. Ao mencionar que "[…] se nós somos os criminosos, então o estado dá esse poder a eles", "O Coco" sugere que essa ação decorre do estereótipo existente acerca da PSR, o de que é criminosa. Ele ressalta também que, apesar das doações de alimentos, roupas, itens de higiene pessoal, entre outros, esses recursos não são suficientes para suprir as necessidades básicas. Mesmo após receberem essas doações, eles permanecem habitando o espaço urbano, conforme suas necessidades de sobrevivência, em locais que não foram designados para esse fim, o que os mantém em situação de vulnerabilidade. Cavalcanti (2010) explora esta situação, nomeando-a como *poverty trap* — armadilha da pobreza.

**CENA 3: Quebra de vínculos familiares**

Em um outro caso, "O Evangelista", de 50 anos, oriundo de Maruim, relata a perda da mãe e, em seguida, as relações conflituosas com os irmãos, relacionadas à questão da herança, e assim permanece em situação de pobreza.

> Estou há 20 anos já em situação de rua. Depois que mamãe se foi, aí meus irmãos pediram os bens, brigaram pela herança. Me mandaram procurar o defensor público, porque queira ou não, eles têm que dar minha parte, estou aguardando. Mesmo que eu não vá para a Igreja, eu sigo o caminho que Deus gosta, não pegar nada de ninguém, amar o próximo. Minha família tem boas condições, sabem que estou nessa situação. Mas cada uma casada, com seus maridos. Comida eu pego no Centro POP. Banho eu tomo no tanque em frente à Prefeitura, [...] tomo banho e bebo água. Eu não saio daqui, aqui é o ponto da sopa ("O Evangelista", 50 anos, 1/12/2023).

Observa-se a fragilidade nos vínculos familiares também no relato de "O Caminhoneiro": "Perdi contato com minha família, com meu filho, eu não sou bem-vindo. Não posso voltar. Mas também não quero ser um problema na vida deles" ("O Caminhoneiro", 35 anos, 16/08/2023).

Essa quebra de vínculos pode surgir de várias causas, sendo que o comportamento do

indivíduo na sociedade influencia na forma como a família o recebe ou rejeita no convívio familiar. Conforme observado por Bauman (2014), esse cenário pode descrever que as relações são voláteis e que podem mudar rapidamente. Ele destaca que, nesse contexto, amigos podem se transformar em inimigos, pois as circunstâncias e condições podem mudar, afetando as relações e os cálculos de ganhos e perdas.

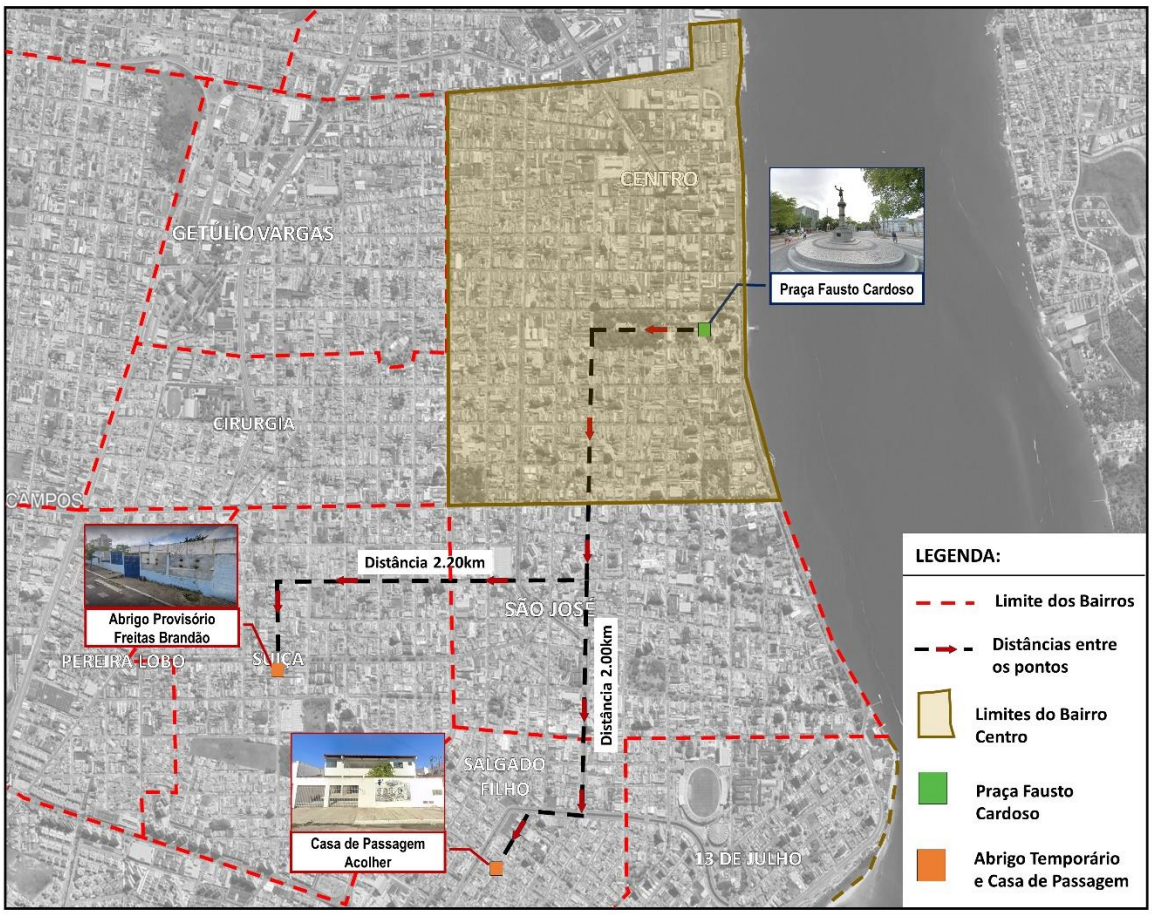
Em Bauman (2005 *apud* Arruda *et al.* 2015, p. 43) diante da fragilidade dos laços nas relações sociais, as pessoas podem se tornar redundantes para outras, rejeitadas, consideradas desnecessárias "[…] por não se ajustarem ou não corresponderem aos moldes de utilidade sugeridos pelos padrões da sociedade. [...] não conseguem prover financeiramente um meio de sobrevivência para si são considerados fora dos padrões da sociedade capitalista, e por fim, consumista em que vivemos".

## ATO 3: Serviços, estratégias e apoio

### CENA 1: Sem abrigo no Centro

Quando o assunto é a disponibilidade de abrigos para dormir, "O Coordenador", responsável pela Pastoral do Povo da Rua, ressalta que não há abrigo no Centro. Atualmente existem apenas dois estabelecimentos desse tipo na cidade, mas não é possível atender uma população estimada em torno de 919 pessoas com apenas dois abrigos. Eles são denominados Casa de Passagem Acolher, no bairro Salgado Filho, e Abrigo Freitas Brandão, no bairro Suíssa; têm capacidades limitadas, com o primeiro comportando 70 pessoas e o segundo apenas 30. A localização do primeiro fica a aproximadamente 2km do Centro, enquanto o segundo está situado a cerca de 2,20km de distância, ambos a partir da Praça Fausto Cardoso (Figura 8).

**FIGURA 8 – Casa de Passagem Acolher e Abrigo Freitas Brandão**




Fonte: elaborado pela autora (2024).

"O Coordenador" relatou suas impressões diante das realidades e estratégias desses abrigos:

> 'Que é totalmente insalubre, não tem abrigo para as mulheres. Eu fiz uma denúncia também. No caso tem 70 homens, eles botaram 2, 3 mulheres. A gente conversou uma vez, colocaram uma mulher que estava tomando banho e os caras estavam subindo para ver. Teve um caso lá de um cara soropositivo que a gente acompanhava, para dar entrada no BPC (Benefício de Prestação Continuada) dele. A Prefeitura sabia que era soropositivo, botou junto com outra mulher. Ela teve relação com todo mundo. Abrigo para casais não existe. Um exemplo: se eu tenho minha esposa em situação de rua, se eu for num abrigo, eu vou ter que ir para um lugar e minha esposa para outro, existe um negócio desse? Quem vai querer ir para um abrigo?' ("O Coordenador", 47 anos, 08/09/2023).

São diversas as questões que emergem dessa situação. Além da ausência de abrigos específicos para mulheres, o que coloca em risco a integridade física e as torna ainda mais vulneráveis. Mesmo quando a PSR é contemplada com a oportunidade de acesso aos abrigos, essa solução é temporária e transitória. É possível notar essa problemática nas afirmações feitas

por “O Coco” e “O Evangelista” quando falam sobre a dificuldade de permanência nos abrigos: “Eu fui jogado na rua. Mesmo sendo acolhido pela Prefeitura, fui jogado. A política do abrigo não me permitia ficar mais tempo, porque era a política deles, a minha não” (O Coco, 35 anos, 27/12/2023) e “O abrigo me pediu pra aguardar, o tempo que vou ficar lá quem sabe é eles, mas é temporário, depois volto para rua” (O Evangelista, 50 anos, 1/12/2023).

Ao final do período estabelecido, a PSR se vê obrigada a retornar às ruas, uma vez que o sistema de acolhimento não oferece solução permanente. “A questão, portanto, não é de simples abrigo, mas sobretudo de privacidade, segurança e liberdade para recriar o cotidiano conforme as demandas e necessidades individuais” (Arrunátegui, 2008, p. 199).

**CENA 2: Tempos de COVID-19**

Durante uma das reuniões realizadas para distribuição de alimentos, em parceria com a Pastoral do Povo da Rua, “O Coordenador” fez uma reflexão sobre o período da pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19). Ele relembrou que, à época, não houve registros de mortes causadas pelo vírus entre a PSR de Aracaju. Ele também compartilhou como desenvolveu estratégias para pressionar a gestão pública municipal para implementar as medidas necessárias.

> Tivemos praticamente nenhum caso de morte na pandemia, graças a Deus não teve nenhum de pandemia, também é como diz, praticamente o Covid foi uma doença para rico, né? Então o povo nesse período, não teve contato com o rico. Praticamente se isolaram. A gente quando vinha, com as comidas era com luva, era tudo higienizado, então tinham todo cuidado. Eles usavam sempre a mesma máscara.... A vacina mesmo, fomos nós pressionando, nós fomos a primeira cidade do Brasil a vacinar a população de rua. Pressionando o Prefeito, com umas estratégias que a gente usa e dá certo de pressionar, ele não aguenta pressão na rede social, Edvaldo Nogueira não aguenta, nenhum desses políticos. A gente usa como estratégia, a gente conseguia 5, 10 pessoas, essas pessoas conseguiam mais 5 e cada postagem que Edvaldo fazia a gente saia em cima da postagem dele. Cadê isso? Cadê isso? Cadê isso? Pronto em cima (“O Coordenador”, 47 anos, 08/09/2023).

“O Coordenador” e a Pastoral do Povo da Rua — marcados pela descrença da eficiência do poder público e pelo descaso em garantir segurança a PSR — pensaram medidas estratégicas para reforçar e requerer segurança e ações voltadas para a PSR. Apesar de medidas emergenciais terem sido tomadas pela Prefeitura Municipal de Aracaju, com o avanço da pandemia da COVID-19, a PSR enfrentou dificuldades de acesso à higiene, à água e à alimentação.

**CENA 3: Direitos negados**

"A Caminhante", 47 anos, membro da coordenação do Bazar Santa Dulce[14], relata as dificuldades enfrentadas pela PSR no acesso aos serviços de apoio.

> Então, só para citar um caso, a gente tem um casal de venezuelanos, ele tem 65 e ela tem 64 anos. E eles foram encaminhados para o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), para receber o auxílio. Só que aí a gente descobriu que ele tinha direito ao BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada pelo Governo Federal. E chegando no CRAS, eles foram impedidos de ter acesso a assistente social e disseram que eles não podiam receber o BPC, porque eles eram estrangeiros. Quando a gente sabe que isso não é verdade. [...] a gente encaminhou eles para o posto do INSS e eles dois já saíram de lá com um agendamento pronto para ter acesso a esse benefício do BPC. [...] Veja, eles não sabiam que tinham esse direito. O CRAS negou o acesso. Mas a gente tem que buscar um caminho para que ele consiga receber esse direito. Não tem um acesso fácil' (A Caminhante, 47 anos, (09/09/2023).

Em um outro relato, o participante "O Coco", compartilhou sua experiência de vida em relação às políticas de apoio à PSR.

> 'Eu disse pra eles "eu sou doente, você é assistente, você é psicólogo, vocês têm que dar assistência a mim". Qual o papel da assistente social? Qual o papel do psicólogo? [...] O Governo está ali para ter o nome, é uma lei, mas a assistência na prática é insuficiente. [...] Conheço todos os meus direitos, mas não são respeitados. [...] Para mim já é uma agressão quando eu recebo um não, do Estado, da Prefeitura, do CRAS, do Centro POP. É a população do não. Esses "nãos" me fez ser o que eu sou hoje. Tive que aceitar e conviver com o que estava acontecendo. Mas eu não me conformei.' (O Coco, 35 anos, 27/12/2023).

Em sua fala, "O Coco" ressalta a crítica à falta de clareza e eficácia dos serviços sociais, ao questionar: "[...] *'eu sou doente, você é assistente, você é psicólogo, vocês têm que dar assistência a mim'. Qual o papel da assistente social? Qual o papel do psicólogo?*". Além disso, apesar de "O Coco" afirmar que conhece todos os seus direitos, afirma ainda que tais direitos não são garantidos, o que o mantém na categoria da "população do não", aqueles cujos direitos são negados.

Na mesma perspectiva, conforme Pinho (2020), apesar dos avanços na luta social para reconhecer a PSR como sujeito de direitos, na prática, elas continuam enfrentando negações em relação ao seu lugar social como cidadãos. Direitos básicos, como mobilidade, liberdade de ir e vir, habitar o espaço urbano e acesso igualitário a serviços essenciais — como saúde, educação

[14] Situado no Bairro Centro de Aracaju e destinado a PSR. A "caminhante" participa da 'Cáritas', organismo da Igreja Católica que atua na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário dos refugiados.

e oportunidades de trabalho — são rotineiramente negados à PSR.

Ao escutar o relato de “O Baiano”, “A Chapeleira”, mulher de 49 anos, que se encontrava também sob a marquise do Banco do Brasil, pedindo esmolas, aproximou-se para compartilhar sua opinião.

> Mas com a licença da palavra, quem tem que procurar o Centro POP são as pessoas que têm necessidade. Você foi atrás dele? Ele me ajudou. Hoje em dia eu moro dentro de uma casa de auxílio moradia, agradeço primeiramente a Deus, e em segundo o Centro POP. Mas a gente é quem procura, a Prefeitura não vem atrás do pobre. O Centro POP não é ruim não (A Chapeleira, 49 anos, 1/12/2023).

Pode-se perceber que, na visão de “A Chapeleira”, as ações do Centro POP não devem ser impostas. Ela destaca a necessidade de que a PSR expresse o desejo, facultando-lhes o interesse e a escolha de participar das ações e programas. Nesse contexto, embora as iniciativas e estratégias dos centros de referência, do poder público, das políticas de apoio e dos abrigos sejam relevantes, juntamente com o acompanhamento desses serviços, é importante reconhecer que não se deve anular a autonomia da PSR quanto a aceitar, buscar participar dessas iniciativas ou não (Pinho, 2020).

“O Viajante” compartilha detalhes sobre o projeto que ele coordena, o “Banho Para Todos”, ressaltando as lacunas nas políticas sociais para atender a PSR.

> Não vejo nenhuma eficiente. Porque assim, a gente sabe que tem aquelas pessoas que não querem sair das ruas, por conta do vício, do álcool, mas nós já fomos abordados várias vezes por pessoas que querem sair, deixar o vício, e não tem para onde ir. Se não for um grupo lá dos ‘freis’ que leva não sei para onde… o cara vai morrer lá. Incentivo público mesmo não tem. [...] Há 15 dias atrás nós fomos abordados nas ruas por um ex-cantor da banda Cavaleiros do Forró, ele falou com a gente “rapaz, por favor arrume aí um lugar pra eu me tratar”. Vimos também aqui um ex-jogador do Corinthians, esse está mal, bem mal mesmo. Isso é muito comum.’ (“O Viajante”, 27/12/2023).

Na opinião do “O Viajante”, sem o apoio das iniciativas solidárias — como as ações da Igreja, por exemplo — a PSR não conseguiria sobreviver. Ressalta-se que “[...] os serviços socioassistenciais, a partir da sua oferta de respostas, na medida em que construam com os sujeitos sua emancipação, podem se constituir como facilitadores da visibilidade e da inclusão das pessoas em situação de rua” (Pinho, 2020, p. 142).

### CENA 4: Sem equipamentos públicos para PSR

No relato a seguir, “O Viajante”, coordenador do projeto “Banho Para Todos”, informa

como surgiram e funcionam os serviços e estratégias deste projeto. Trata-se de uma iniciativa independente de vínculos políticos ou religiosos na busca por mitigar a falta de equipamentos públicos para a PSR na cidade.

> ‘Eu conheci o projeto do Banho lá em Maceió, conheci o coordenador, ele me deu todos os caminhos, o projeto do trailer, e a gente fez aqui. Vão completar 6 anos agora em 2024. Desde que a gente começou a gente percebeu a carência e a dificuldade que existe das pessoas em situação de rua tomar banho na rua. [...]E muitos deles tomavam banho no rio Sergipe. E aí a gente viu essa carência. A gente conseguiu juntar uma turma e fabricar o trailer e ir para as ruas. Tem dois chuveiros, uma caixa de 1000 litros, um gerador, uma bomba pra colocar água. A gente fornece alimentação, barbeiro, material de higiene, roupa. Que não adianta você tomar banho e vestir uma roupa suja, né? Tem que ter uma roupa limpa. Tem vários testemunhos de pessoas que só tomam banho quando a gente chega. Porque não tem lugar. A gente atua quinzenal, em pontos específicos. Ficamos a noite inteira naquele ponto específico. Na outra quinzena, a gente vai para outro ponto. Mas a gente notou que não importa aonde a gente vá, as pessoas estarão lá. As mesmas pessoas que estão no CEASA, no Mercado, também estão no Centro. Eles se comunicam, um ou outro tem Instagram, e saem espalhando. A cidade precisa de uma estrutura completa para banho, com material de higiene, acho que seria o básico, né? (“O Viajante”, 27/12/2023).

Conforme apontado pelo “O Viajante”, a PSR sempre encontra um meio de estar presente onde o reboque (Figura 9) estiver em ação, assim como acontece com as demais doações de outras organizações. Ele sugere que alguns indivíduos possuem redes sociais e, consequentemente, acompanham e divulgam a iniciativa para os outros.

**FIGURA 9 – Reboque do Banho Para todos**

Fonte: acervo pessoal da autora (2023).

Diante da busca por novas formas de habitar, conforme Silva (2021), a PSR geralmente recorre a lugares como postos de gasolina, bicas, rios, torneiras públicas, chafarizes, igrejas, banheiros públicos e até supermercados para realizar a manutenção da higiene corporal. Neste

sentido, em um cenário onde os direitos sociais e a busca pela dignidade competem, há um "discurso estereotipado" (Malfitano; Marques, 2011) que diminui as potencialidades individuais e do grupo, resultando em uma vulnerabilidade que afeta a autoimagem, a autoestima e a identidade subjetiva da PSR (Silva, 2021). "O Voluntário" destaca:

> 'Veja que eles percebem que eles necessitam. Nós por exemplo, temos nosso valor, que a gente vai em casa tem um banheiro, tem uma água e tal, que você faz higiene pessoal. Você tem uma condição de trocar de roupa, uma roupa limpa. Se sentir cheiroso, é muito mais agradável. Sem dúvida nenhuma também, eles percebem isso neles mesmos, mas precisa ser desenvolvido mais esse valor ainda. [...] no caso é a necessidade de ter uma assistência maior. Que por exemplo, acho que até a prefeitura deveria ter essa posição sobre a questão da cidade[...] a cidade precisava ser mais acolhedora, porque por exemplo não tem um banheiro público. A pessoa vai precisar de banheiro público, não tem, não tem uma lavanderia pública, um bebedouro, alguma coisa que poderia lavar uma roupa, alguma coisa assim não tem. Quer dizer que não tem nada aqui que possa assisti-los. [...]Muito difícil para eles' ("O Voluntário", 59 anos, 22/12/2023).

Observa-se que são pessoas que chegaram às ruas desprovidas de bens, vestindo roupas recuperadas do lixo ou de doações, descansando sobre papelão, sem acesso a banheiro, e realizando suas necessidades em espaços improvisados e inadequados (Silva, 2021). Além disso, "O Voluntário" destaca que trata-se de uma situação de vulnerabilidade social enfrentada pela PSR, muitas das quais não têm acesso adequado a condições para realizar sua higiene pessoal. Assim, essa falta de acesso a necessidades básicas afeta negativamente suas perspectivas de reintegração na sociedade.

## ATO 4: Perspectivas e desafios

### CENA 1: Habitar a cidade

"O Voluntário" enfatiza a seguir que, no que diz respeito aos lugares mais frequentados pela PSR, destacam-se: de doações, eventos, restaurantes, entre outros.

> Eles não ficam em um lugar determinado, então a cada momento eles têm que buscar um local para ficar, você não vai acabar encontrando nenhum naquele determinado local, porque eu moro num lugar que tem CEP, tem endereço, quer dizer, alguém vai me entregar alguma coisa, vai encontrar, alguém vai me procurar, vai me encontrar. Agora uma pessoa em situação de rua não tem um CEP, não tem endereço, não tem localidade, não tem habitação, então toda hora ele está saindo daquele lugar, ele não tem lugar. Os lugares mais vistos são os que eles podem ter alguma condição de sobrevivência, de doação, de receber algo, de ser visível. De ter algum alcance porque na verdade eles são pessoas invisíveis, né? Quer dizer até o momento de importunar alguém, quando começa a importunar aí tornam-se visíveis. Então eles ficam totalmente assim invisíveis e vulneráveis. Sem um acesso ("O Voluntário", 59 anos,

> 22/12/2023).

"O Voluntário" salienta que a PSR não tem um lugar definido. De acordo com Relph (1979), o conceito de lugar vai além da localização geográfica. Ele envolve experiências e conexões com o mundo, a necessidade de pertencimento e segurança, não se limitando a objetos ou características físicas dos lugares.

> O lugar é a segurança e o espaço é a liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os geógrafos estudam lugares. Os planejadores gostam de evocar "um sentido de lugar". Essas são expressões comuns. Tempo e lugar são componentes básicos do mundo vivo, nós os admiramos como certos. Quando, no entanto, pensamos sobre eles, podem assumir significados inesperados e levantam questões que não ocorreria indagar (Tuan, 2013, p. 11).

Nesse contexto, a "[...] habilidade de se deslocar de um lugar para outro com seus pertences e de maneira eficiente. Na maior parte das vezes é o único modo que encontram de habitar a cidade" (Quintão, 2012, p. 24). Desse modo, para Quintão (2012, p. 45), o espaço que lhe resta para habitar na cidade "[...] é um espaço residual que lhe sobra, e que usa temporariamente."

**CENA 2: Inclusão no mundo do trabalho**

"O Voluntário" também destacou suas perspectivas sobre as possibilidades de trabalho para PSR no que ele denominou "preparar para a vida".

> Deixa muito a desejar porque na verdade a maioria é desassistida. Fazem um paliativo, algo para cobrir um pequeno número de pessoas, eu falo também sobre a questão de preparar para a vida, preparar para a situação de trabalho. Preparar a situação de estudo e trabalho para a pessoa realmente viver dignamente ("O Voluntário", 59 anos, 22/12/2023).

Nesse contexto, o acesso ao trabalho formal "[...] deixa de ser referência e perspectiva para muitos desses sujeitos e, mesmo o acesso a outras alternativas de inclusão no mundo do trabalho devem ser construídas coletiva e processualmente [...] exige suporte, experimentação e corresponsabilização" (Pinho, 2020, p. 172).

Em outro momento, "O Viajante" ressalta a falta de programas de capacitação para PSR, seja por iniciativa de empresas públicas ou através de outras formas de treinamento.

> 'Não tem um programa para capacitar essas pessoas para uma fonte de renda. Eu acho

> que a chave é a capacitação, é pegar esse pessoal e capacitar. Você montar uma empresa pública de fabricar alguma coisa e capacitar esse pessoal e botar na fábrica. Tinha um padre aqui, nesta paróquia chamado Zé Carlos, que está em São Paulo. Ele tem um projeto lá muito bom chamado "Reciclázaro", que o intuito deles é realmente capacitar as pessoas e tirar elas da rua. Lá dentro dessa instituição eles têm padaria, e uma fábrica de macarrão. Eu acho que esse é um caminho muito bom.' ("O Viajante", 27/12/2023).

Diante disso, também se observa que somam-se à disponibilidade de serviços para a PSR a integração socioeconômica através de políticas de geração de trabalho e renda que "[...] ofertem preparação/capacitação profissional, projetos de inclusão produtiva, cooperativas sociais, agências de encaminhamento para postos de trabalho, entre outros" (Brasil, 2011a, p. 96).

**CENA 3: Acesso à moradia**

No relato a seguir, tanto "A Mochileira" quanto "O Evangelista" expressaram o desejo de ter uma casa.

> Eu nunca tive uma casa na minha vida, acredita? É meu sonho. Minha mãe já morreu. Meus filhos moram em São Paulo. Cheiro pó às vezes, uso drogas, bebo. Eu quero ter uma oportunidade de sair da rua, porque a rua me ensina esses tipos de coisas erradas. Entendeu? [...] Queria que olhassem mais para a população de rua, o povo precisa de um apoio ("A Mochileira", 52 anos, 22/12/2023).
>
> O meu maior desejo é ter minha casa ("O Evangelista", 50 anos, 1/12/2023).

A partir de "A Mochileira", observa-se "[...] a importância da casa presente no imaginário das mulheres, como o grande sonho a ser atingido, permite-nos refletir sobre, em que termos, a saída dessas mulheres do mundo da rua seria possível, e através de que caminhos" (Arrunátegui, 2008, p. 204). Para Bachelard (1989, p. 3-4) "[...] a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz. [...] a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem." A autora sugere que a ideia de "casa" é composta por uma série de imagens que proporcionam ao ser humano sensação de estabilidade, embora possam ser tanto razões, quanto ilusões.

Em outra narrativa, a participante "A Vigilante", de 43 anos, expressa sua frustração ao compartilhar que uma amiga que também vivia nas ruas conseguiu uma casa para morar, porém, por o seu caso não ter sido acompanhado, acabou vendendo o imóvel para um traficante.

> Olhe, eu tive uma amiga que estava em um abrigo, chegou a assistente social e disse

> que a casa dela tinha saído, que ela tinha conseguido a casa, né? Ela ganhou. Você acredita que ela vendeu essa casa para um traficante? Por droga. Eu falei "eu queria ter essa oportunidade que você teve, e eu não tenho". Também deram a casa e não acompanharam ela, o dia a dia, olhar como ela estava seguindo a vida. Eu passei 5 anos sem usar drogas, uma alegria tão grande. A assistente social me deu apoio. Eu estou na rua, mas não é porque eu quero não. Já pensei até me suicidar. Não tenho nada ("A Vigilante", 43 anos, 21/ 12/ 2023).

Nesse contexto, a moradia é percebida como base estruturante, fundamental para a inclusão social das pessoas. O acesso à moradia não apenas contribui para a estruturação da vida familiar, mas também para avanços na inserção social. No entanto, é importante que os programas habitacionais considerem a vulnerabilidade social da PSR, demandando uma ação coordenada de serviços de diversas áreas, como saúde, assistência social e trabalho (Pyl, 2020). Ressalta-se que a questão da falta de moradia não se resume, simplesmente, a prover casa para aqueles que não a têm. Para as pessoas que desejam sair das ruas, é essencial que haja um processo de transição entre a vida na rua e a vida em uma casa.

Apenas realocar uma pessoa da rua para uma casa, sem proporcionar um processo de transição e os meios para sua autonomia, não é suficiente, haja vista a necessidade de suporte, não apenas financeiro, mas também de recursos que auxiliem a alcançar a independência, caso contrário, há alta probabilidade de retorno à situação de rua (Quintão, 2012, p. 113).

Muitas vezes, as estratégias institucionais e os modelos de assistência social propostos não refletem a realidade vivida pela população, de modo que algumas abordagens podem ser mais idealizadas do que passíveis de serem realizadas. Os modelos de assistência social, aparentemente, falham em avaliar os desejos e as necessidades da PSR, o que pode resultar em políticas de cuidado e acessibilidade que não atendam adequadamente às demandas apresentadas (Silva, 2021).

Além disso, a falta de aderência das políticas propostas ao cotidiano e às necessidades da PSR pode impactar negativamente na reestruturação da identidade e nas oportunidades de acesso aos direitos de cidadania (Silva, 2021). As histórias de vida abordam diversos temas, incluindo resistência, disputas, conflitos, medos, confiança e trabalho, entre outros. Essas histórias revelam várias reinvenções do cotidiano e estratégias para buscar uma vida melhor (Nobre *et al.,* 2018). Assim, essas narrativas apontam um horizonte onde os relatos tratam constantemente de tentativas, experiências e invenções (De Sousa Filho, 2008). O Quadro 3 sintetiza os relatos da PSR em atos, cenas e conteúdos advindos das histórias de vida.

## QUADRO 3 – Síntese das histórias de vida

| ATOS | CENAS | CONTEÚDOS |
|---|---|---|
| ***Experiências de vida, tentativas e resistência*** | **Inadaptação social** | • Exclusão social<br>• Dificuldade de integração à sociedade (ex-presidiário)<br>• Falta de oportunidades de emprego<br>• Sentimento de invisibilidade e desesperança |
| | **Estigma e transtornos de humor** | • Depressão<br>• Vergonha e estigma social<br>• Desqualificação social<br>• Dificuldade de encontrar recursos para sobrevivência |
| | **Dinâmicas relacionais** | • Desilusões<br>• Instabilidade dos relacionamentos em sociedade<br>• Percepção do seu contexto de pobreza |
| | **Autopercepção negativa** | • Sentimento de invisibilidade na sociedade<br>• Percebem que não são considerados pessoas com valores<br>• Não se sentem parte integrante da sociedade |
| ***Conflitos, perdas e medos*** | **Formas de violência** | • Exposição constante à violência<br>• Insegurança nas relações interpessoais<br>• Isolamento |
| | **Armadilha da Pobreza** | • Hostilidade nas abordagens dos guardas municipais<br>• Estereótipo do criminoso<br>• Não consegue sair da situação de vulnerabilidade |
| | **Quebra de vínculos familiares** | • Conflitos relacionados com herança<br>• Relações voláteis<br>• Fragilidade dos vínculos familiares |
| ***Serviços, estratégias e apoios*** | **Sem abrigo no Centro** | • Dificuldade para atender a demanda de abrigo<br>• Ausência de casas de acolhida para mulheres<br>• Falta de um sistema de acolhimento de solução permanente |
| | **Tempos de COVID-19** | • Descrença no poder público<br>• Falta de garantia de segurança<br>• Dificuldades de acesso à higiene, água e alimentação na pandemia<br>• Falta de medidas de segurança |
| | **Direitos negados** | • Dificuldade no acesso a direitos<br>• Dependência de serviços sociais<br>• Busca pelos programas de apoio |
| | **Falta de equipamentos públicos para PSR** | • Ausência de equipamentos públicos: banheiros, lavanderias, bebedouro<br>• Sem espaços adequados para necessidades fisiológicas |
| ***Perspectivas e desafios*** | **Habitar a cidade** | • Sem lugar definido<br>• Habitar temporário<br>• Habitam os lugares “sobrantes” |
| | **Inclusão no mundo do trabalho** | • Sem oportunidade de trabalho<br>• Dificuldade em adquirir recursos financeiros<br>• Falta de capacitação profissional |
| | **Acesso à moradia** | • Desejo da casa própria<br>• Falta de suporte dos programas na transição da rua para uma casa<br>• Falta de programas habitacionais articulados para garantir meios de autonomia da PSR |

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

# 4 O HABITAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE ARACAJU, APOROFOBIA E DIREITO À CIDADE

Este capítulo aborda questões relacionadas ao habitar da PSR, que evidencia os espaços de maior concentração desta no Centro de Aracaju. Além disso, aborda questões relacionadas à aporofobia e ao direito à cidade, mapeando os pontos com maior presença dela no bairro, a fim de uma melhor compreensão e enfrentamento desses desafios sociais.

## 4.1 Observando o habitar da população em situação de rua no bairro Centro de Aracaju

Parte-se do pressuposto de que a PSR se encontra imersa em um contexto de privação. Alinhando-se ao entendimento de Jordão (2021, p. 13), acredita-se que a PSR habita espaços e utiliza recursos específicos da cidade, com o propósito de assegurar condições mínimas de sobrevivência. Conforme suas necessidades, adapta e modifica o espaço habitado ao longo do tempo, assim como qualquer ser humano.

Segundo Santos (2009), a necessidade premente de encontrar abrigo leva pessoas em situação de vulnerabilidade a transformarem espaços inicialmente não destinados à habitação em locais de sobrevivência, adaptando-os para atender às suas necessidades fundamentais — como dormir, comer e manter a higiene —, ainda que esses espaços não tenham sido originalmente concebidos com tal finalidade.

As copas das árvores são utilizadas como abrigos, varais onde a PSR dispõe suas roupas, colchões, e outros pertences. Assim, utilizam árvores, cantos cegos de edifícios e construções abandonadas como locais para tais finalidades. Nesse contexto, "[...] o território usado é o lugar da existência e resistência, no qual o pobre toma consciência da sua condição e desenvolve estratégias de luta e sobrevivência, mesmo que, muitas das vezes, sejam opostas às racionalidades hegemônicas" (Santos, 2000 *apud* Jordão, 2021, p. 13).

No bairro Centro de Aracaju, está localizada a "Ocupação Dandara", organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos Garantidos (MTSDG), conforme indicado por Santana (2015). Trata-se do antigo prédio do Hotel Aperipê, agora habitado por parte da PSR. O título da ocupação "[...] faz referência à Dandara do quilombo dos Palmares, a maior comunidade quilombola já existente na América. [...] considerada um símbolo feminino negro na luta contra a escravidão e na defesa de sua comunidade" (Silva, 2018, p. 3). O prédio encontra-se na Rua São Cristóvão (Figura 10).

**FIGURA 10 – Ocupação Dandara**

Fonte: acervo da autora (2024).

Em entrevista ao Portal Infonet, Elisângela dos Santos, coordenadora do MTSDG, declarou: “Não estou atrás de auxílio moradia, quero casa. O auxílio moradia não dá dignidade. Trezentos reais só dá [sic] para um quarto de vila para a pessoa dividir um sanitário coletivo e isso é dignidade?[...]” (Santana, 2015).

No ano de 2022, o Ministério Público de Sergipe conduziu uma audiência pública para abordar a ocupação irregular do imóvel. Durante a reunião, os representantes das Secretarias de Inclusão e Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Movimento Nacional de População em Situação de Rua concordaram em realizar um estudo de vulnerabilidade social das pessoas listadas no cadastro da “Ocupação Dandara” (Audiência [...], 2022). No entanto, em visita de campo desta pesquisa, no dia 26 de janeiro de 2024 constatou-se que o prédio ainda estava habitado.

Ao habitar no contexto da sobrevivência, geralmente, conforme Hannerz (1997, p. 23), a PSR depende “[...] da capacidade de mudar, adaptar, improvisar”. Mesmo as construções que não são especificamente destinadas à habitação ainda estão relacionadas ao conceito de habitar, pois servem como cenário para a vida e as atividades humanas (Heidegger, 2006). É nesse cenário que a PSR habita o Centro de Aracaju, se adaptando, improvisando e mudando (Figura 11). Pois o habitar está relacionado às interações entre o “[...] ambiente material e a subjetividade de quem o habita” (Kasper, 2006, p. 43).

**FIGURA 11 – Abrigo improvisado pela PSR no Centro**

Fonte: acervo pessoal da autora (2023).

Habitar nas ruas implica, portanto, criar espaços temporários no espaço urbano, o que representa uma das principais formas pelas quais a PSR enfrenta a situação de vulnerabilidade. De acordo com Maslow (1954 *apud* Valle; Farah; Júnior, 2020), as necessidades fisiológicas básicas constituem a base da hierarquia das necessidades humanas. E garantir o acesso a um banheiro, por exemplo, é fundamental, pois trata-se de uma necessidade fisiológica básica de todo ser humano. Muitas vezes, devido à falta de banheiros disponíveis, as pessoas recorrem às ruas. Além do problema da degradação do espaço público, essa situação representa uma violação da privacidade e causa "um sentimento de degradação da própria condição humana".

Como consequência, surgem as fragmentações urbanas descritas por Bauman como autossegregação, representando uma tendência à separação entre os indivíduos (Bauman, 2003 *apud* Dias, 2019). É nesse cenário que também surge o estranhamento por grupos de pessoas com os mesmos interesses, hábitos, medos, opiniões e condições financeiras semelhantes, que buscam evitar o encontro com o "outro-estranho" e o "diferente", em busca de segurança (Bauman, 2003). Em seu habitar, a PSR enfrenta práticas discriminatórias e violentas que incluem ações agressivas por parte das forças de segurança, segregação social, políticas de higienização urbana que os excluem do espaço urbano e até mesmo a negligência em prover assistência adequada, o que pode levar à morte ou à falta de assistência em momentos críticos (Marques *et al*., 2019).

Observou-se uma grande concentração da PSR, em áreas de Aracaju onde a Pastoral do

Povo da Rua e alguns grupos sem fins lucrativos atuam, no fornecimento de comida, água, itens de higiene, vestimentas e outros tipos de apoio, além de orientações e acolhimento (Figura 12). Esses espaços são reconhecidos pela própria PSR, ao perceberem que é um espaço habitado por indivíduos semelhantes, compartilhando características ou situações em comum (Palombini, 2013).

**FIGURA 12 – PSR recebendo doação de comida no Centro**

Fonte: acervo pessoal da autora (2023).

Na Figura 12, é possível observar PSR na Praça Fausto Cardoso, um dos pontos turísticos do Centro, por sediar diversas atividades culturais e eventos temáticos ao longo do ano, como São João, Semana da Sergipanidade, Emancipação Política de Aracaju, Natal e Ano Novo. A Praça abriga os poderes legislativo e judiciário, incluindo o Palácio Museu Olímpio Campos e a Escola do Legislativo. Portanto, a Praça Fausto Cardoso emerge como um dos locais mais frequentados pela PSR, principalmente devido às doações de alimentos providenciadas por voluntários que se concentram nesta região, bem como pela alta movimentação de pessoas, permitindo também a prática da mendicância.

Neste contexto, evidenciam-se as tentativas de afastamento social da PSR, que podem ser impulsionadas por diversos atores, como moradores locais, comerciantes, órgãos governamentais ou mesmo grupos organizados que defendem uma visão excludente da cidade, o que muitas vezes resulta em medidas higienistas adotadas nesses espaços, juntamente com manifestações de aporofobia e práticas de segregação.

Sob a ótica da Constituição Federal de 1988 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, o direito de ir e vir é assegurado como princípio fundamental. Entretanto, no contexto do espaço urbano, observa-se um processo de restrições que compromete a plena realização dos direitos sociais básicos da PSR. O *Instagram* da Pastoral do Povo na Rua informa que, em 05 de outubro de 2023, a Guarda Municipal de Aracaju, em colaboração com a Empresa Municipal de Serviços Urbanos e a Secretaria de Assistência Social, violou os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. Conforme o relato, durante o período em que Eliana e seu companheiro José Luiz se ausentaram para receber suas refeições noturnas, os agentes confiscaram seus pertences pessoais, dinheiro e roupas.

Ressalta-se que tanto José Luiz quanto sua companheira dormiam nas ruas, e, por isso, seus documentos, roupas e calçados estavam em posse deles na via pública (Pastoral Povo na Rua, 2023). Dentro desse cenário, as PSR, pela necessidade de realizar, em espaços públicos, atividades comuns em espaços privados, é passível de restrições e impedimentos no espaço urbano para que siga o curso de suas próprias vidas e desfrute plenamente de seus direitos fundamentais.

Além disso, enfrentam estigmas associados à sujeira, à criminalidade e a distúrbios mentais, sendo muitas vezes rotulados como vagabundos, mendigos ou criminosos, como destacado por Castel (1997 *apud* Giorgetti, 2006, p. 27): "[...] cuja vida é marcada por vagabundagem, mendicância, criminalidade e profissões infames [...]".

A PSR é heterogênea e apresenta características próprias, como valores, significados, atributos, estrutura pessoal, condições de vida e estratégias de sobrevivência. Considerando a abordagem de Milton Santos (1987, p. 80):

> O homem cidadão, isto é, o indivíduo, como titular de deveres e direitos, não têm o mesmo peso nem o mesmo usufruto, em função do lugar em que se encontra no espaço total. [...] E, encontra-se acompanhado pelas dificuldades de acesso ao poder [...]. Variáveis que caracterizam a sociedade global incide sobre o indivíduo concreto num lugar determinado.

Quer dizer, um cidadão é alguém que pode exercer plenamente seus direitos e obrigações porque vive em áreas integradas e reconhecidas dentro da sociedade, enquanto a PSR não tem acesso aos mesmos direitos e deveres. De acordo com Maricato (1994, p. 51), "Não há como definir um limite preciso entre o 'incluído' e o 'excluído'. Não se trata de um conceito mensurável, mas de uma situação que envolve a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, [...] e principalmente, a falta de voz".

A PSR se torna visível para a sociedade especialmente quando habita o espaço urbano e “constrange” os outros cidadãos. Essa visibilidade, muitas vezes, gera desconforto e leva à demanda por intervenções por parte da sociedade e das autoridades de segurança pública. Isso resulta na indiferença frente às suas necessidades e na negação de seus direitos sociais (Quintão, 2012).

A partir da observação do habitar da PSR nas ruas do Centro de Aracaju, notou-se que, apesar de sua situação de marginalização, essas pessoas continuam a produzir espaços por meio de suas atividades diárias e presença na cidade. O espaço, em determinado momento, deixa de desempenhar sua função original e passa a ser utilizado conforme as práticas cotidianas no habitar da PSR, no entanto, esse mesmo lugar volta a executar funções normais à medida que a estrutura desenvolvida pela PSR já não está mais presente — resultado da rede de controle espacial do Poder Público, que a expulsa para que as pessoas “socialmente estabelecidas” possam circular e cumprir sua função social (Palombini, 2013, p. 54).

O espaço utilizado pela PSR do bairro Centro de Aracaju é temporário, pois todos têm a convicção de que deverão encontrar outro local, em decorrência das imposições das autoridades e da sociedade. Portanto, o espaço que habitam é o que resta disponível, sendo permitido permanecer, desde que causem menos incômodo ou chamem menos atenção possível. Durante determinados momentos do dia, os objetos e a presença da PSR transformam o espaço em “[...] território, não imposto, mas entendido como tal pelo outro, que está do lado de fora” (Palombini, 2013, p. 53).

Esses territórios não se limitam apenas a um espaço no qual se dá uma relação de poder claramente definida, mas representa ainda a diferença entre aqueles que estão dentro e fora de uma possível delimitação desse espaço. Nesse sentido, os símbolos nele presentes não necessariamente expressam uma relação de poder explícita, mas indicam que o espaço é habitado por um determinado tipo de indivíduo. Assim, nota-se que a PSR não tem “uma relação de posse com o espaço” habitado, mas uma relação de vivência (Palombini, 2013).

## 4.2 Mapeamento dos pontos mais habitados pela população em situação de rua no bairro Centro de Aracaju

As implicações do habitar da PSR indicam que ela “tem como espaço de sobrevivência o espaço público.” Daí surge um conflito porque, para ela, as fronteiras entre o espaço privado e o público se entrelaçam; o espaço público torna-se, para ela, uma extensão do espaço privado, necessário à sua sobrevivência. No entanto e paradoxalmente, apesar dessa dependência, a PSR

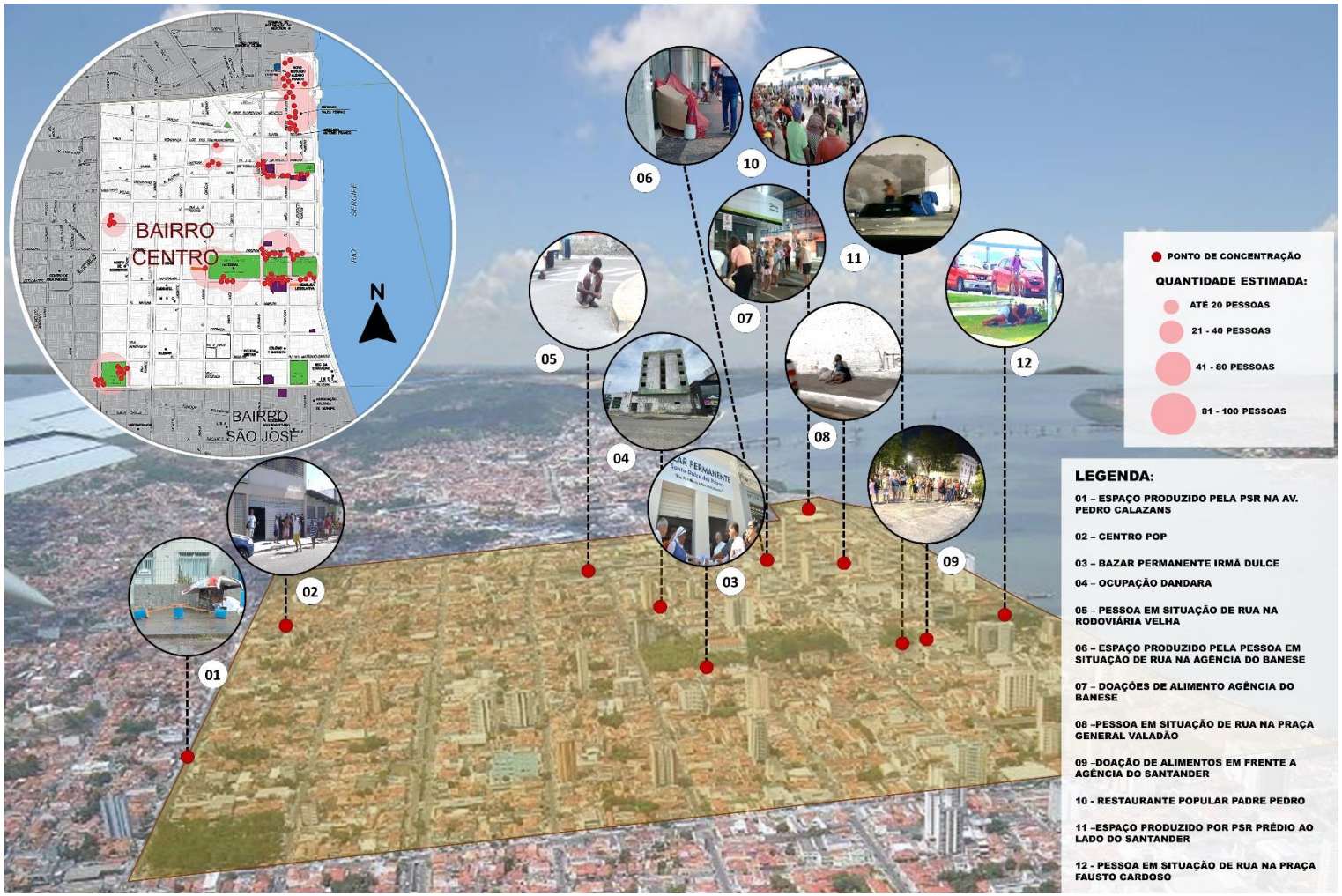
é privada desse direito de acessar o espaço público de maneira mais acentuada que outros cidadãos, evidenciando uma contradição: negação de acesso essencial a quem mais necessita (Quintão, 2012, p. 74).

Os espaços mais habitados pela PSR são influenciados por diversos fatores, que incluem tanto a infraestrutura disponível na área urbana e como ela é utilizada no dia a dia, quanto os padrões de movimento pelos quais as pessoas circulam, juntamente aos motivos que as levam a percorrer esses locais e os meios de sobrevivência da PSR (Quintão, 2012).

O território não é apenas um espaço físico, mas representa o local onde a cidadania é exercida. É também o cenário onde as desigualdades entre os cidadãos se tornam visíveis, as disparidades nas condições de vida entre os habitantes se manifestam e a presença e/ou ausência de serviços públicos, assim como a qualidade desses serviços, revelam-se de forma desigual (Koga, 2003). Discutir a formação de relações sociais e as dimensões simbólicas nas ruas implica observar as dinâmicas do habitar as ruas, considerando a apropriação, o estabelecimento e a integração. Esses processos contribuem para a construção de uma identidade do local habitado, concebendo-o como território de existência (Kasper, 2006).

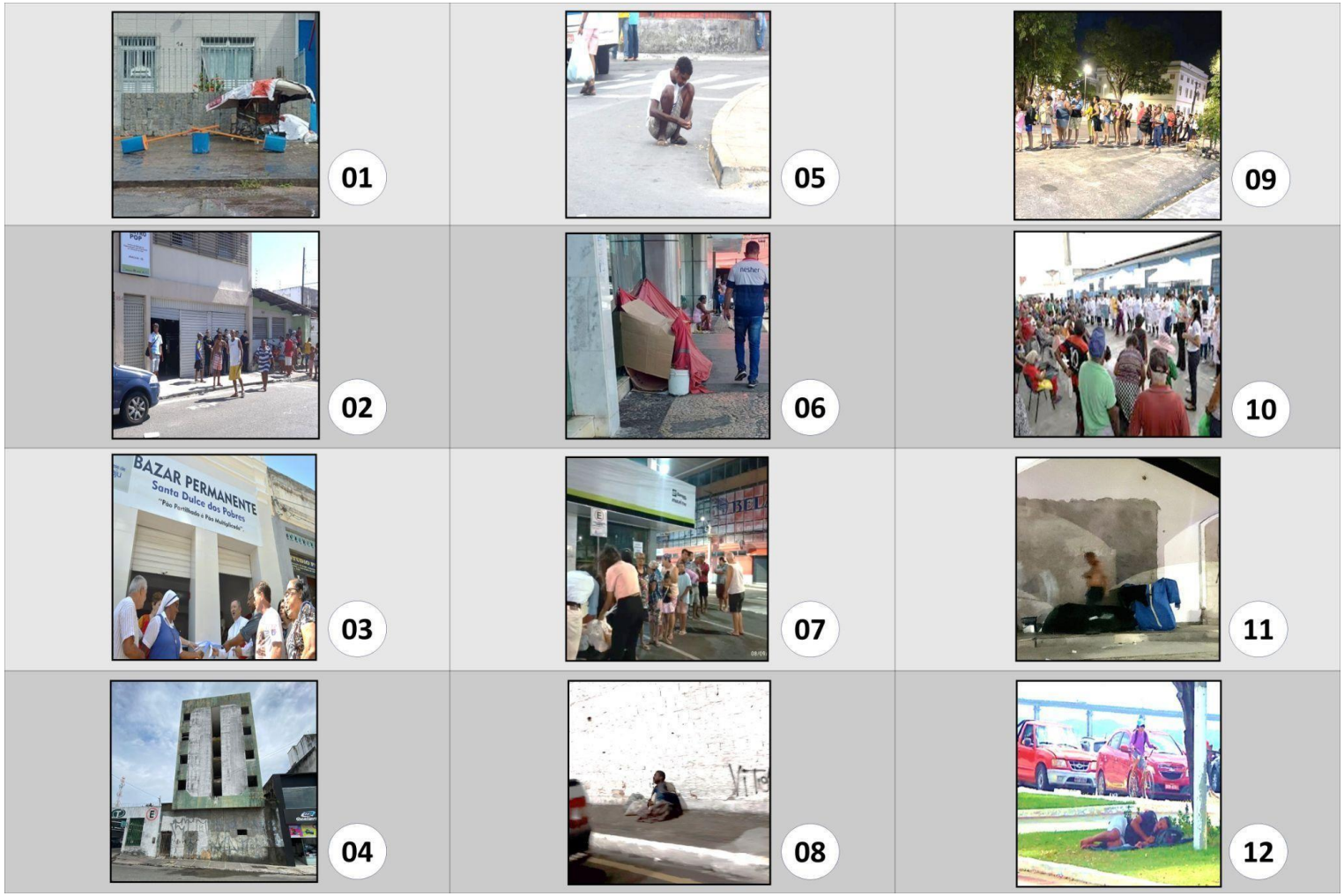
As Figuras 13 e 14 apresentam, respectivamente, o mapeamento dos pontos mais habitados e de maior concentração da PSR no bairro Centro de Aracaju, assim como as práticas cotidianas no habitar. A razão da concentração da PSR nesses espaços decorre também da presença de pontos comerciais que ficam vazios à noite. As práticas cotidianas no habitar no bairro Centro variam de acordo com as estratégias individuais de cada pessoa em situação de rua, que atribui significados aos espaços com base em suas necessidades e experiências de vida. No entanto, o que é mais comum entre a PSR é a prática cotidiana de reinvenção no espaço habitado — posto que lidam constantemente com a imposição de setores da sociedade no espaço urbano —, de modo que a PSR não pode permanecer em um único lugar, dado que a realidade em que está inserida é uma expressão de produção e reprodução das relações sociais existentes nesse cenário.

**FIGURA 13 – Espaços mais habitados pela PSR no Centro**




Fonte: elaborado pela autora (2024).

**FIGURA 14 – Práticas cotidianas no habitar o Centro**




Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ao percorrer as ruas da cidade de Aracaju e observar as praças, as fachadas, as calçadas, as instituições financeiras, ficam claras as condições precárias em que vive essa parcela da população. Nas áreas onde se situam os diferentes Bancos e instituições financeiras, diversos cenários se desdobram — desde famílias compostas por mães e seus filhos, até pessoas solitárias que buscam obter, de alguma maneira, recursos para se alimentar ou suprir necessidades específicas. Segundo Palombini (2013), a PSR em si é também uma manifestação evidente de um sistema excludente. Durante a noite, os lugares onde dormem representam espaços criados pela organização do espaço e do tempo; durante o dia, por outro lado, a circulação da PSR é transformada pela sociedade, que, se as teme à noite, as ignora durante o dia.

O território é mais do que um espaço físico — ele é concebido como um campo dinâmico de forças. A ideia de que os territórios podem surgir rapidamente, seja durante a noite ou ao final de um entardecer, ressalta a natureza fluida e dinâmica dessas formações territoriais, indicando que são moldadas por eventos e interações sociais que ocorrem ao longo do tempo (Gama Júnior, 2019). É possível identificar esses espaços onde a PSR habita no Centro de Aracaju — como a Catedral, o Mercado Municipal e a Avenida Ivo do Prado, entre outros locais. A PSR é um corpo no espaço e está em constante movimento, transitando diferentes áreas da cidade e adaptando-se às condições de vulnerabilidade que enfrenta.

### 4.3 Aporofobia no bairro Centro de Aracaju

À medida que são exploradas as complexidades das cidades e as interações humanas que moldam o tecido urbano, é possível se deparar com a notável evolução da linguagem para expressar conceitos emergentes e intrincados. Um termo que ilustra essa evolução é *aporofobia*, palavra que irrompeu no cenário contemporâneo, catalisada pela reflexão e liderança de Adela Cortina e que se revela na repulsa em relação aos pobres.

A professora Emérita de Filosofia Moral e Política da *Universitat de València* trouxe à sociedade um instrumento para abordar uma problemática, direcionando o olhar para a interseção entre a linguagem, as relações sociais e a urbanidade. A terminologia “aporofobia” não apenas despertou a atenção pelo seu impacto, mas foi consagrada como a Palavra do Ano em 2017, pela Fundação Fundéu BBVA do Espanhol Urgente.

Outras palavras estavam na lista de potenciais vencedoras como “*bitcoin*”, “uberização” e “notícias falsas”. Isso conduz a uma reflexão: o que motivou a escolha de “aporofobia” como a palavra mais impactante? A resposta, segundo Adela Cortina, reside na percepção de que tal palavra tem o poder de transformar a realidade social.

Cortina recorda que, nas origens do mundo como o conhecemos, certas coisas precisavam ser destacadas com um dedo apontado. O propósito era dar nomes às coisas para que elas se integrassem às nossas vidas e dessem espaço ao diálogo, à reflexão, à conversação e à razão pública. Porém, há diversas realidades humanas e sociais cuja indicação com o dedo não é possível, já que não possuem forma física.

Um exemplo disso são conceitos abstratos como justiça, democracia e magnanimidade, bem como expressões mais nocivas como xenofobia, antissemitismo, dentre outras ressaltadas por Cortina em sua palestra na Conferência TED[15]. Essas realidades não têm uma forma tangível, mas desempenham papéis fundamentais nas sociedades e interações humanas. Embora não se possa apontar diretamente para elas, sua influência e importância são evidentes no convívio e na forma como são moldadas as comunidades.

A aporofobia refere-se a um modelo arquitetônico que busca afastar pessoas indesejáveis de espaços urbanos. Esse tipo de arquitetura utiliza um *design* restritivo, conforme destacado por Faria (2019), que é implementado no espaço urbano com o propósito de desencorajar a presença de determinadas pessoas nesses locais.

Conforme Ferraz *et al.* (2015), a arquitetura baseada na hostilidade se manifesta de diversas maneiras, desde intervenções mais discretas até outras mais evidentes — tais como bancos com *design* desconfortável, paisagismo que utiliza plantas espinhosas, a presença de espetos em soleiras, além de ocupar espaços públicos com pedregulho. São práticas que funcionam como símbolos, que transmitem quem é aceito e quem é marginalizado nesses locais. Esses elementos demonstram que as cidades possuem uma linguagem, que se manifesta não só por meio de palavras, mas também através de elementos físicos que modelam a percepção e a vivência das pessoas no espaço urbano.

A relação entre a aporofobia e o direito à cidade em Aracaju desnuda a profundidade das questões sociais e ressalta a necessidade de se compreender como os conceitos abstratos moldam a vivência das pessoas. Evidenciam-se as complexidades das relações urbanas e o contínuo diálogo entre a linguagem, a sociedade e o espaço habitado. Em 2022 foi promulgada a Lei 14.489, nomeada *Lei Padre Júlio Lancellotti*, para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis — as quais envolvem a utilização de estruturas, equipamentos e materiais com o intuito de afastar pessoas, seja a PSR, jovens, idosos, ou outros, de locais como praças, viadutos, calçadas e jardins. Conforme Adela Cortina (2017):

---

[15] APOROFOBIA, el miedo a las personas pobres. Adela Cortina. TEDxUPValència. 13 mar. 2018. 1 vídeo (25 min 43 s). Publicado pelo canal TEDx Talks. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZODPxP68zT0. Acesso em: 16 out. 2023.

> [...] a aporofobia é um ataque diário, quase invisível, à dignidade, ao bem-estar e ao bem das pessoas concretas às quais é dirigida. Além disso, como atitude, tem um alcance universal: todos os seres humanos são aporófobos, e isso tem raízes cerebrais, mas também sociais, que podem e devem ser modificadas, se levamos a sério pelo menos essas duas chaves de nossa cultura, que são o respeito à igualdade de dignidade das pessoas e a compaixão, entendida como a capacidade de perceber o sofrimento dos outros e se comprometer a evitá-lo (p. 15, tradução nossa).

Ainda segundo Cortina (2017), a meritocracia é uma das questões que contribui para fomentar o comportamento aporofóbico. A autora argumenta que é essencial desconstruir questões internalizadas, como o racismo e a homofobia, sendo também de extrema importância abordar a aporofobia. Abordagem esta que não visa criminalizar e penalizar, mas promover uma abordagem administrativa, com o objetivo de conscientizar a sociedade de que essas hostilidades representam um sintoma de uma cultura hostil. Do mesmo modo, Cortina propõe a construção da igualdade por meio da educação, tanto formal quanto informal, bem como por meio de instituições e organizações que promovam o reconhecimento das pessoas em situação de pobreza.

Durante pesquisa no bairro Centro, observou-se que algumas agências bancárias, como as do Banco Santander e Bradesco, situadas na região passaram por um processo de implementação de medidas hostis. Em 2017, a fachada do Banco Bradesco não apresentava elementos hostis de arquitetura, mas grades foram instaladas ao redor do canteiro no ano de 2022. O mesmo ocorreu com o Banco Santander, que em 2019 não possuía nenhum elemento na fachada que impedisse o acesso da população ao canteiro. Inclusive, nas imagens de 2017 e 2019, é possível ver pessoas sentadas utilizando esses espaços. Por outro lado, nas imagens de 2022, as grades já cercavam os canteiros, impedindo que as pessoas habitassem esses espaços (Figura 15).

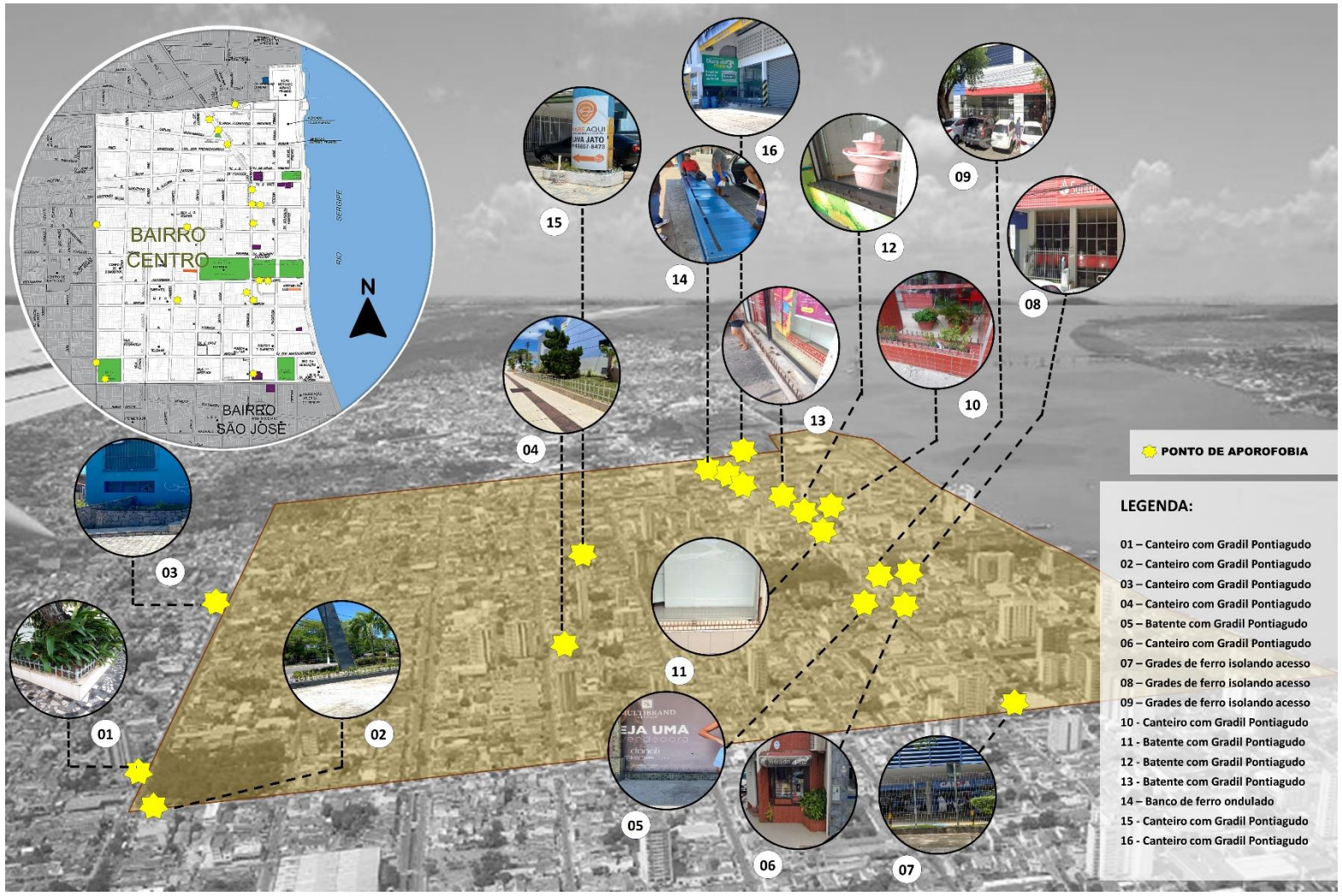
**FIGURA 15 – Processo de aporofobia nas agências do bairro Centro de Aracaju**

Fonte: elaboração própria, com dados do Google Earth (2023).

Observa-se também, a partir dessas imagens, que a arquitetura hostil funciona como um mecanismo que coloca a cidade em oposição às pessoas, ao restringir o uso das estruturas e espaços urbanos. Mesmo que seu principal alvo seja a exclusão e negação da presença de pessoas em situação de rua, essa arquitetura acaba por tornar a cidade hostil para a população em geral (Freire, 2018).

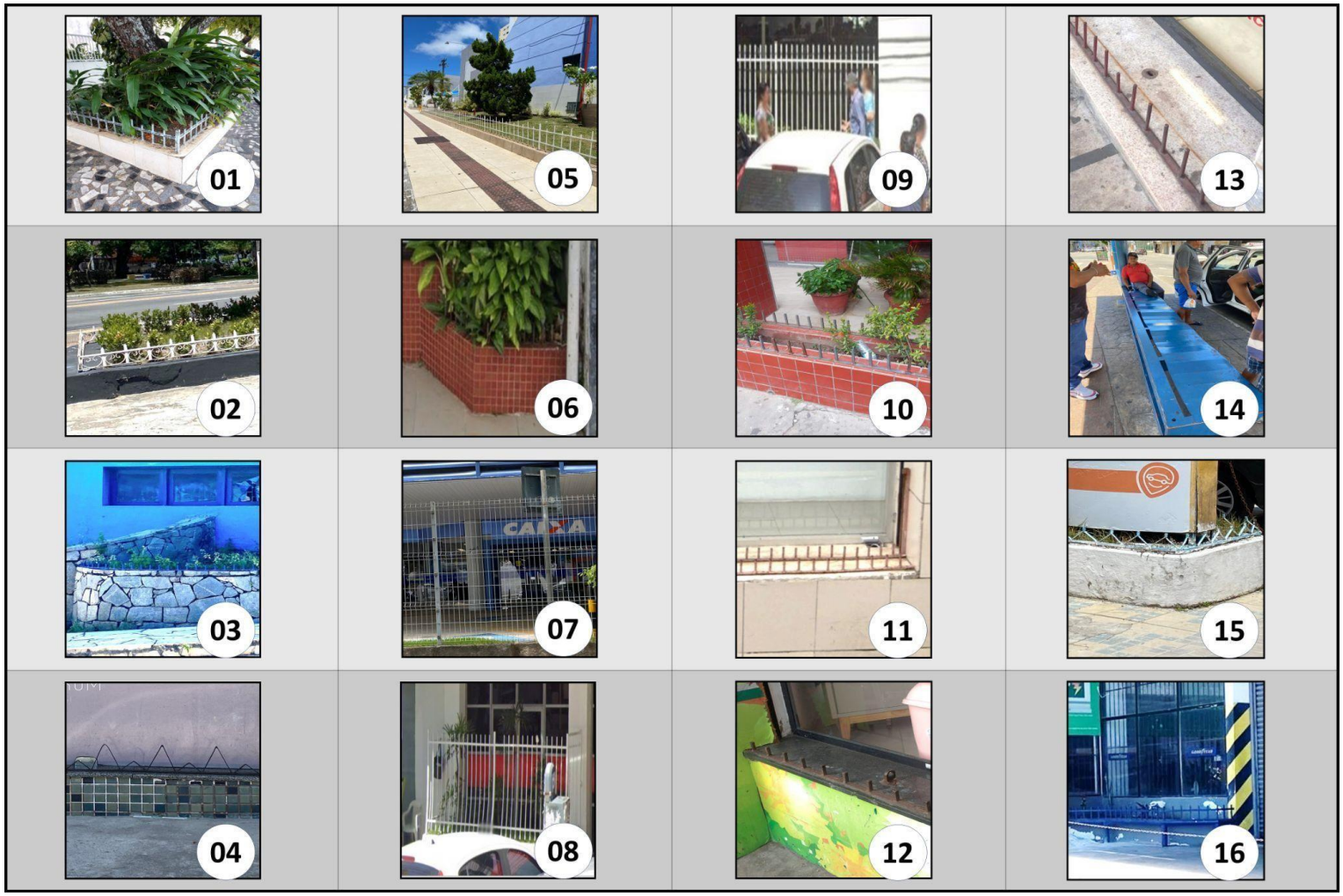
A seguir, apresenta-se o mapeamento e os registros das aporofobias encontradas com maior incidência no bairro Centro. Formas de discriminação foram observadas principalmente nos espaços comerciais, como lojas, restaurantes, estacionamentos, empresas e agências bancárias (Figuras 16 e 17). Nas ilustrações que se seguem, abordando a aporofobia no Centro, nota-se a predominância dessa prática nos espaços com maior presença da PSR. Isso evidencia a natureza cíclica dos processos ligados ao controle do espaço no Centro, onde o medo do outro e do estranho contribui para certo isolamento social. Isso reforça a necessidade percebida de manter distância e se proteger dos espaços públicos de convívio.

**FIGURA 16 – Locais com maior presença de aporofobia no bairro Centro de Aracaju**




Fonte: elaborado pela autora (2023).

**FIGURA 17 – Formas de aporofobia no bairro Centro**




Fonte: elaborado pela autora (2023).

Através da análise da aporofobia no bairro do Centro, percebe-se, conforme destacado por Bauman (2007), que os medos se tornam mais concretos e palpáveis quando encontram respostas em ações defensivas. A crescente presença da arquitetura hostil nas cidades revela diversos problemas, especialmente de natureza social e econômica, que persistem ao longo do tempo. Questões como o acesso à moradia dos mais vulneráveis e a associação entre pobreza e perigo são destacadas como desafios não solucionados, possivelmente contribuindo para a implementação da arquitetura hostil e sua incidência sobre determinados grupos sociais (Picolli, 2022). De acordo com Dias e Jesus (2019, p. 30):

> A experiência do espaço urbano é única para cada indivíduo e é também parte constituinte do ser humano e, assim, do ser urbano. Uma arquitetura disforme para experiência do corpo, ilegível para indivíduo, que não edifica a cidade como abrigo para o homem, é capaz de se tornar hostil, mesmo que, à primeira vista, essa ação arquitetônica não seja percebida.

Segundo as palavras do Padre Júlio Lancellotti, responsável por iniciativas sociais de apoio à PSR, não se almeja que esta permaneça nas ruas, mas que se adote uma abordagem mais humanizada para lidar com a problemática (Vincenzo, 2022). “Não queremos que as pessoas fiquem nesses locais, mas sim que exista uma resposta humanizadora de acolhimento. Temos que sair da hostilidade para a hospitalidade”.

A arquitetura, o *design* e a segurança pública, são deliberadamente combinados com o propósito de evitar contatos entre as pessoas e “o outro”, seja mantendo-o do lado de fora, excluído, ou restringindo-o dentro, confinado. Assim, as hostilidades urbana e arquitetônicas, bem como mobiliário, detalhes e sinais de exclusão, têm o efeito de restringir as expressões corporais, os contatos humanos, os comportamentos e as interações entre as pessoas e a cidade, conferindo a esta última características hostis em relação aos seus habitantes (Andrade, 2011). Segundo Lira (2009, p. 21), “[...] as formas e funções da arquitetura do medo são reciprocamente influenciadas pelos temores relativos à violência contemporânea”. Essa prática soma desde abordagens mais sutis, como o *design* de bancos que dificultam seu uso para dormir, até medidas mais hostis, como esguichos de água para molhar calçadas durante a noite, incômodos jogos de luzes e grades que cercam jardins ou espaços vazios.

A percepção da ameaça não está necessariamente relacionada aos índices de criminalidade, mas à mobilização por segurança. Isso significa que as pessoas interpretam a ameaça com base nas medidas de segurança adotadas, independendo dos níveis reais de criminalidade. Segundo Davis (2009, p. 237), pessoas marginalizadas conseguem identificar imediatamente o significado das estruturas arquitetônicas em relação à segregação, enquanto os

"críticos da arquitetura" frequentemente negligenciam esse aspecto. Conforme Dias e Jesus (2019, p. 27):

> A busca por segurança transforma casas, ruas, praças e conduz a uma perda da vitalidade e urbanidade, na medida em que edifica espaços sem qualidade. A urbanização [...] reflete uma dissociação entre os espaços públicos e privados e ostenta uma forma de se organizar com base nos padrões de fuga e isolamento, o que é rebatido também na desertificação das ruas e amplia a percepção da vulnerabilidade humana no espaço público agravando a sensação de insegurança urbana.

É importante discutir e compreender como a arquitetura da cidade está mudando e como essa mudança influencia a maneira como as pessoas percebem e se relacionam com o espaço urbano. Essa transformação na postura arquitetônica tende a limitar o acesso ao espaço público, resultando na negação da rua e da vida urbana. Isso ocorre por meio da construção de barreiras físicas que segregam espaços, vidas, relações e interações fundamentais para a vivência urbana (Bauman, 2007).

As intervenções de aporofobia observadas no bairro do Centro ocorrem em diversas áreas. Essas intervenções geralmente envolvem modificações no mobiliário urbano ou em qualquer superfície que possa ser alterada para esse propósito, podendo variar em seu estágio e visibilidade. Em seu grau mais hostil, a intervenção é perceptível para qualquer pessoa que observe o espaço afetado. Em contrapartida, em intervenções menos ostensivas apenas a PSR ou aqueles familiarizados com a situação podem perceber sua finalidade.

A aporofobia atua no Centro como forma de limitar o acesso ao espaço urbano, e essa limitação permite que estruturas privadas avancem sobre áreas de uso público. Isso significa que atividades de lazer e interação social antes passíveis de desenvolvimento nos espaços públicos, são retiradas, transformando-os predominantemente em locais de circulação.

Nesse sentido, as interações e conexões estabelecidas na cidade, tanto com outros habitantes quanto com o próprio espaço urbano, deixam impactos duradouros e redefinem constantemente os limites, as experiências e as apropriações individuais e coletivas (Dias; Jesus, 2019). Percebe-se que, apesar da aporofobia atuar no afastamento da PSR dos espaços no bairro Centro, essa tentativa de manipular o comportamento apenas a desloca para outras localidades, resultando na mudança de um lugar para outro.

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a relação da PSR com o espaço urbano do bairro Centro de Aracaju (SE), com foco nos desafios que envolvem as práticas cotidianas no habitar. Assim, alcançou resultados especialmente no que diz respeito às relações da PSR com o espaço urbano, espaço onde o habitar é uma condição fundamental para seu modo de existência. As fronteiras entre a vida pública e privada se misturam, pois o espaço público assume um caráter privado, ao passo que o privado também se torna público. São práticas que transformam o espaço urbano de maneira particular a cada PSR, atribuindo movimento e dinâmica à rua, com funções que fogem daquelas estabelecidas na ordem urbana tradicional. Assim, engloba locais para dormir, se alimentar, realizar a higiene pessoal e até mesmo atividades geradoras de renda (artesanato, malabares, cuidado com os carros, venda de doces) e mendicância como meio de garantir sua sobrevivência.

Trata-se da população que integra o cenário urbano e, apesar de não produzir moradia convencional, organiza e desenvolve espacialidades na cidade, visto que na falta de abrigo e moradia, acabam por habitar lugares inapropriados, na tentativa de atender minimamente às necessidades básicas. Assim, se a casa é o ponto de referência para aqueles que a possuem, o local onde realizam suas atividades diárias — como alimentação, higiene e descanso—, para a PSR, a ideia da casa é substituída por um conjunto de práticas e estratégias que ela utiliza para suprir suas necessidades básicas no espaço urbano (Robaina, 2015).

A dinâmica do Centro de Aracaju exerce uma influência sobre a PSR, especialmente em sua prática cotidiana no habitar, uma vez que as interações sociais se entrelaçam com as relações espaciais. Observa-se a presença da aporofobia, cujo objetivo é afastar a PSR de áreas predominantemente comerciais, em espaços que, teoricamente, poderiam servir como abrigo, local de descanso, proteção, entre outros. Diante disso, as opções restantes para a PSR são limitadas, restando-lhes poucas opções, contudo, mesmo nesses locais, enfrenta uma competição pelo espaço.

Os espaços que habitam, mesmo que temporariamente, podem incluir praças, pontos de ônibus, viadutos, marquises e até mesmo os espaços sob árvores. Esses lugares são atravessados por áreas sem uma finalidade específica, destituídas de um propósito atribuído, negligenciadas pela sociedade — espaços esses que acabam sendo habitados pela PSR.

Foram identificados os lugares com maior presença da PSR, suas estratégias e os conflitos enfrentados no bairro Centro. Durante essa investigação, verificou-se que em Aracaju as soluções proporcionadas pelo Estado — como abrigos e casas de acolhida — são

consideradas inadequadas e insuficientes pela PSR e pelos profissionais entrevistados, tanto em termos de quantidade, quanto em relação às necessidades reais ou subjetivas daquela população.

A presença dessas instalações em apenas dois abrigos para pernoitar é considerada insuficiente, inclusive não se localizando no Centro, onde a PSR está mais presente. Ao invés desta concentração em apenas dois pontos, seria importante oferecer múltiplos locais, estrategicamente distribuídos pela cidade, para melhor atender às necessidades da PSR, respeitando não somente a questão de capacidade de pessoas, mas também os laços familiares.

Ao longo do dia, a PSR é percebida desenvolvendo algumas práticas cotidianas, como a busca por abrigo do sol e intempéries, além da realização de atividades como reciclagem, mendicância e trabalho como "flanelinha". No entanto, é à noite que a concentração da PSR se torna mais evidente, influenciada também pelas doações estratégicas realizadas em locais específicos. Assim, espaços frequentados durante o dia por atividades comerciais e serviços estabelecidos, à noite transformam-se em lugares diferenciados, influenciados e alterados por diferentes agentes, nos quais se torna possível observar o consumo de álcool e outras substâncias, a prática da prostituição e o uso de drogas.

É importante para a PSR contar com espaços públicos de qualidade, incluindo banheiros públicos que possibilitem o banho e a higiene pessoal, além de atender às necessidades fisiológicas, ou mesmo para uma possível entrevista de emprego. A presença de bebedouros públicos, lavanderias e locais de apoio é igualmente essencial, não apenas para oferecer suporte à transição para fora das ruas, mas também para proporcionar uma estrutura adequada enquanto permanecem nessa condição na cidade.

Através da redefinição dos limites e capacidades de seus corpos, a PSR encontra oportunidades de resistência à exclusão, criando novas formas de habitar e de interação no espaço urbano. Ao desafiar narrativas convencionais, as pessoas em situação de rua constituem novas representações de sua experiência social, buscando uma forma de existência em meio à marginalização.

Entre os determinantes da situação de rua incluem-se problemas familiares, desemprego e dependência química — aspectos centrais enfrentados pela PSR — e também os fatores intimamente ligados à estrutura da sociedade capitalista, onde a produção e reprodução desse fenômeno têm suas raízes nos processos de acumulação do capital.

A pesquisa evidenciou que a PSR se torna parte da paisagem da cidade de Aracaju, à medida que desenvolve estratégias de sobrevivência no contexto urbano. Suas circunstâncias individuais são determinantes nesse processo, a exemplo de suas condições de saúde, escolhas estratégicas, dependência química e saúde mental. Constatou-se, a partir das histórias de vida,

que a PSR não apenas vivencia as ruas, mas também obtém seus meios de subsistência a partir delas.

Além disso, foram identificados pontos com maior presença de aporofobia no bairro Centro. Evidencia-se que a PSR está constantemente em movimento, motivada tanto por estratégias de sobrevivência, em busca por locais que possam atender às suas necessidades mínimas, quanto pela imposição do espaço urbano, como é o caso da aporofobia. Observou-se ainda que o bairro do Centro está passando por transformações influenciadas por uma tendência ao isolamento e ao controle do espaço, ambas motivadas pelo medo da violência.

**Políticas públicas de apoio a PSR**

Apesar do interesse demonstrado por todos em sair das ruas, as políticas públicas atuais são direcionadas para manter as condições mínimas de sobrevivência, e não para oferecer possibilidades concretas para quem deseja sair dessa realidade — e como mitigadoras de danos, oferecer condições de permanência para aqueles que apresentam maiores dificuldades em recompor suas vidas.

A problemática da PSR não se resume a oferecer casa àqueles que não possuem uma. Para as pessoas que buscam deixar as ruas, a ausência de transição eficaz entre a rua e a casa compromete a efetividade do processo de saída. É visto que a reintegração de um indivíduo das ruas para uma casa, sem um período de transição e sem os meios para atingir autonomia, pode resultar no retorno à situação de rua.

Portanto, são necessárias políticas que tratem cada situação presente no cotidiano da PSR ao invés de homogeneizar as ações. A pesquisa não menospreza a dificuldade das políticas públicas em abordar a complexidade que envolve a PSR, ou mesmo em prevenir que mais pessoas se encontrem nessas condições

Apesar da promulgação do Decreto-Lei nº 7.053/09, que estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua, persistem diversos desafios e deficiências na implementação das políticas públicas. Paralelamente, observa-se que instituições religiosas e organizações não governamentais (ONGs) desenvolvem iniciativas voltadas a mitigar os desafios enfrentados pela PSR, haja vista a dificuldade de acesso a direitos básicos.

Foram identificados em Aracaju os principais serviços de apoio à PSR, que incluem o Programa de Redução de Danos, o Centro POP, a Casa de Passagem Acolher e o Abrigo Freitas Brandão. Ressalta-se que uma parte da PSR não utiliza esses serviços de acolhimento institucional, algo que se deve a várias razões: a falta de segurança nas instituições; a ausência

de abrigos específicos para mulheres e famílias; a rigidez das normas (não comportam locais de armazenamento de pertences — como carrinhos e papelão, além de possuírem horários fixos de entrada e saída); e a localização muitas vezes distante dos locais onde a PSR obtém seus meios de sobrevivência. Além das questões básicas, como habitação, emprego e qualificação para o mercado de trabalho, outros aspectos também podem ser considerados na abordagem do problema de pessoas em situação de rua, considerando as necessidades específicas de diferentes grupos — mulheres, idosos, entre outros —, assim como aspectos culturais e de lazer.

**O que nos falam as Histórias de Vida**

Ao analisar as histórias de vida, constatou-se que a PSR em Aracaju tem a desvinculação familiar como um dos maiores motivos para a estadia nas ruas. Essas pessoas com o estigma social do marginal, do drogado, e evidenciam as lacunas nas políticas públicas por meio de suas práticas cotidianas. Somam-se aos determinantes na condição da rua as questões do desemprego, do álcool, dos vícios, da falta de moradia e da depressão. Em todas essas situações, a desvinculação com a família tem grande influência, levando algumas pessoas a passarem longo período distante da casa que antes compartilhavam ou mesmo a nunca retornarem, especialmente quando se integram ou se adaptam ao universo e à cultura das ruas.

As práticas cotidianas nas ruas, conforme descritas pelas pessoas entrevistadas, são marcadas pela imprevisibilidade e pela fugacidade como características predominantes. Não há certeza de que, ao término do dia, a PSR terá acesso a alimentos, água, dinheiro e/ou outras necessidades essenciais à sua sobrevivência, assim como seguridade nos espaços habitados. A diversidade e complexidade da vida na rua é moldada por uma variedade de fatores — como idade, saúde, relacionamentos e situação de emprego, dentre outros.

A fragilização das relações da PSR ocorre em um espaço no qual os direitos sociais e a busca pela dignidade competem, simultaneamente, para serem validados e alcançados. Isso reforça a narrativa na qual as capacidades individuais e coletivas são diminuídas, e a vulnerabilidade atinge diretamente não apenas a unidade familiar, mas também a percepção de si mesmos, a confiança em sua própria valia e a construção subjetiva de sua identidade.

No contexto dos entrevistados em situação de rua, suas conexões familiares foram rompidas; devido também à exclusão social resultante da escassez de oportunidades de trabalho, encontram-se à margem da sociedade. Para enfrentar as adversidades da vida nas ruas, contam com os serviços socioassistenciais, os quais, na maioria das instâncias, abordam apenas as necessidades básicas. A vida nas resulta de diversos fatores e a inclusão por meio de políticas

públicas, que, embora busque apoiar a PSR, muitas vezes serve para manter um espaço social excludente. A demanda de vida nas ruas se revela ingovernável em suas diversas facetas (Gama Júnior, 2019).

## A Aporofobia

Ao observar o bairro Centro de Aracaju, percebeu-se que, à medida que os espaços são permeados pela aporofobia, afastam tanto a PSR quanto aqueles que não se encontram nessa condição, resultando em um distanciamento da comunidade em geral. Isto é, assim como a arquitetura tem o poder de fortalecer vínculos interpessoais, a aporofobia, através da arquitetura, também pode negar a experiência compartilhada do espaço urbano.

Percebeu-se que a aporofobia se apresenta como uma forma de domínio físico dos espaços, semelhante às medidas de vigilância e proteção privadas. Isso resulta na transmissão do medo do outro e na demanda por segurança pública para áreas do espaço urbano, mas principalmente nas áreas mais movimentadas do bairro Centro — como calçadas, fachadas de lojas e prédios comerciais, estacionamentos rotativos, jardins, etc.

A pobreza, especialmente quando visível e perceptível, não se encaixa na imagem que o capital e os espaços públicos arquitetônicos projetam ou planejam. Dessa forma, a aporofobia acaba excluindo determinados grupos sociais, tal como a PSR, pois redefine a própria ideia de espaço público e, por conseguinte, quem pode habitá-lo. Desse modo, a PSR permanece vivenciando um cenário de privação de direitos, sendo afastada por práticas hostis que limitam ainda mais o acesso às áreas da cidade.

## Teoria, Metodologia e Pesquisas Futuras sobre PSR

Neste trabalho foram incorporados teóricos e estudos que estabeleceram bases de referência, possibilitando uma melhor compreensão sobre o assunto abordado, tais como Santos (1998), Heidegger (2006), Lefebvre (2008), Cavalcanti (2010), Quintão (2012), Palombini (2015), Cortina (2017), Gama Júnior (2019) e Carlos (2020), dentre outros que também foram muito importantes para fundamentá-la.

Seguindo a perspectiva de Heidegger (2006) sobre o “habitar”, que engloba tanto a vivência e as práticas cotidianas dos seres humanos quanto a noção de cuidado e interação com as coisas do mundo, é importante considerar que na PSR do Centro de Aracaju não há uma fixidez ou estagnação, pois ela se desenvolve em um contexto de constante fluxo e mobilidade.

Ao contrário do habitar no sentido de estabelecer-se e se ater a um lugar, a PSR é caracterizada por sua natureza flexível, marcada pelo movimento, pela dinâmica e pela constante transformação, onde não se prende a um único ponto ou estado.

A pesquisa concorda com a concepção de Cavalcanti (2010) sobre as armadilhas da pobreza, considerando-as como uma manifestação da segregação. Isso ocorre porque as características, lugar e disponibilidade de serviços e instalações nessas armadilhas, podem dificultar a integração progressiva das pessoas na vida econômica e social urbana. A pesquisa recebeu outra contribuição importante para compreensão da relação da PSR com o espaço habitado — a de Carlos (2020) acerca do conceito de lugar. Sua análise ressaltou que cada lugar habitado possui características únicas e distintas, fundamentadas em uma racionalidade específica que o define. Isso implica que os diferentes lugares têm suas próprias lógicas, contextos e dinâmicas, que moldam sua identidade e o seu funcionamento de maneira singular, adaptando-se às práticas cotidianas do habitar, conforme as intenções da PSR.

Outrora, Palombini (2015) sugere que a PSR, conforme observado no bairro Centro de Aracaju, exerce influência na paisagem urbana ao habitar o espaço. Essa influência se manifesta tanto durante o dia, quando a cidade está comercialmente ativa ou habitada, quanto à noite, quando pode estar mais vazia. Assim, a prática humana adquire uma dimensão espacial nos lugares onde a vida se desenrola, ou seja, nos modos como os espaços são utilizados. Essa dinâmica ocorre em dois níveis, conforme Carlos (2020), a saber: no plano individual, onde se manifesta o ato de habitar, e no coletivo, nos locais onde a sociedade se desenvolve.

A pesquisa compartilha da perspectiva de Gama Júnior (2019) de que a condição de vida nas ruas reflete uma situação de vulnerabilidade, influenciada por uma série de fatores sócio-históricos. A existência à margem, vivida por aqueles que estão fora dos limites da norma social, é tanto moldada pelas forças da sociedade, quanto exerce impacto sobre elas, e o modo como a sociedade está estruturada — com seu foco na produção de capital, por parte de instituições e indivíduos — contribui para a marginalização. Além disso, a pesquisa corrobora com as contribuições de Adela Cortina (2017) sobre a aporofobia no Centro de Aracaju. Isto é, a ideia de que o desprezo pelos pobres, representados na PSR, está arraigada na valorização da riqueza na sociedade.

É necessário reiterar, em linha com Lefebvre (2008), que o direito à cidade só será alcançado mediante mudanças nas próprias relações sociais, especialmente no modo de produção capitalista, entre os diversos agentes envolvidos. Isso implica em um crescimento econômico com objetivos que não se voltem exclusivamente para a acumulação de riquezas.

É importante pensar, tal como Quintão (2012), a realidade em que parte da população

que habita o espaço urbano não é considerada nos projetos urbanísticos, e que, ao se considerar o espaço urbano, não se pode ignorar a realidade das pessoas que vivem nas ruas. É também responsabilidade dos arquitetos e urbanistas considerar e incluir a PSR nas discussões e nos projetos relacionados ao desenvolvimento e à organização da cidade.

Assim, também foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa a inclusão, além da bibliografia, *sites* e artigos, as visitas de campo, a coleta de histórias de vida, a observação do espaço e a escuta crítica das falas da PSR. Todas as etapas foram necessárias na busca por compreender as relações da PSR enquanto indivíduos no espaço. Somam-se os registros fotográficos e mapeamentos, ferramentas importantes que facilitaram a compreensão visual dos espaços habitados pela PSR.

Com o método 'histórias de vida' selecionado para a pesquisa, havia o pressuposto de que algumas pessoas adotavam as ruas como uma escolha. No entanto, ao entrevistar os participantes, não foi observado esse padrão; pelo contrário, todos expressaram o desejo de deixar a situação de rua. A pesquisa concluiu que, ao ampliar o número de entrevistas ou alterar o recorte espacial, outras questões poderiam emergir. Grande parte da PSR está concentrada no Centro, motivada pela percepção de que é mais fácil acessar apoio, doações, alimentação e fontes de renda nesta região. Apesar das vantagens percebidas, a PSR reconheceu riscos associados a habitar no bairro Centro — tal como a violência.

As visitas em campo permitiram observar as ruas, o caminhar pelo bairro e se ater às dinâmicas urbanas; a relação da PSR com o espaço urbano; a rua como espaço de trabalho de renda e como local das práticas cotidianas, do dormir, do sentar para comer, de fazer trocas com outras pessoas. As falas dos entrevistados na rua confirmam suas estratégias e a imposição do espaço da cidade, onde surgem as hostilidades interligadas à arquitetura, ou mesmo as lacunas do funcionamento das políticas públicas.

O guia utilizado foi importante para a organização das histórias de vida, contudo, devido aos muitos assuntos abordados pela PSR, a ordem das perguntas hora ou outra se sobrepunha, ou mesmo trazia outras questões que a pesquisa não tinha como foco, como a situação de ex-detentos que enfrentam dificuldades de reintegração social.

Apesar da pesquisa ter se concentrado em um recorte espacial, percebe-se a complexidade da vida e dos processos de exclusão que permeiam o tema em questão. Isso destaca a importância de considerar outros contextos e regiões, além de reconhecer que existem outros bairros na cidade, para além do Centro, que também requerem um olhar sobre a PSR e as políticas sociais de enfrentamento da questão.

As principais dificuldades encontradas durante a pesquisa estão relacionadas com a

participação da PSR nas entrevistas, uma vez que alguns demonstraram desconfiança. Alguns profissionais envolvidos no trabalho com a PSR manifestaram interesse, mas, devido à falta de tempo, não puderam participar das entrevistas. Em períodos de chuvas, não foi possível realizar a pesquisa. Além disso, a obtenção de dados representou um desafio, pois a Prefeitura Municipal de Aracaju não dispõe de informações atualizadas sobre a PSR. Contudo, foi possível acessar dados fornecidos pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e pelo Cadastro Único (CadÚnico).

Outras limitações foram encontradas na pesquisa, como não ter conseguido abordar outros grupos específicos, também presentes na rua — como imigrantes, idosos e LGBTQIA+ —, também inseridos em um cenário de atravessamentos e conflitos no espaço urbano, e que, em suas especificidades, teriam trazido outros temas importantes. Do mesmo modo, não foi possível aprofundar os temas com as mulheres em situação de rua, haja vista que, no decorrer da pesquisa, observou-se que a literatura existente contempla, de forma ainda incipiente, a situação da mulher em situação de rua, o que implica na necessidade de abordá-la de maneira pertinente, bem como de reconhecer sua existência social, com demandas específicas de gênero no mundo da rua.

Investigar novas abordagens para a PSR — como serviços, estratégias, políticas e programas — demanda envolvimento em sua dinâmica, nas incertezas do contexto e nos diversos fatores interligados, integrando conceitos que ultrapassam as fronteiras da arquitetura e do urbanismo, estendendo-se às esferas das políticas públicas, da saúde pública, da geografia, da psicologia, da sociologia, da antropologia, da cultura e da economia, entre outros domínios. A condição de viver nas ruas emerge da interseção de desenvolvimentos sociais e históricos. São pessoas que atuam não apenas se submetendo aos contextos sociopolíticos e culturais das ruas onde habitam, mas também gerando interações, hábitos e formas de existir no espaço urbano.

# REFERÊNCIAS


ANDRADE, Patrícia Alonso de. Quando o design exclui o outro: dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. **Arquitextos**, João Pessoa, ano 12, jul. 2011. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3973. Acesso em: 6 jan. 2024.

APOROFOBIA, el miedo a las personas pobres. Adela Cortina. Valência: TEDxUPValéncia, 2018. (25min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZODPxP68zT0.

ARISTIDES, Jackeline Lourenço; LIMA, Josiane Vivian Camargo de. Processo saúde-doença da população em situação de rua da cidade de Londrina: aspectos do viver e do adoecer. **Espaç. saúde (Online)**, p. 43-52, 2009.

ARACAJU concentra 35,5% do PIB sergipano. 15 dez. 2023. Disponível em: https://observatorio.se.gov.br/aracaju-concentra-355-do-pib-sergipano/. Acesso em: 15 mar. 2024.

ARRUDA, Andressa Meneghel; OLIVEIRA, Carlos Heber; PINHO DE ALMEIDA, Luciane. A história de vida de pessoas em situação de rua na cidade de Campo Grande/MS-Brasil. **DIversité REcherches et terrains**, Limoges, n. 6, 2015.

ARRUNÁTEGUI, Gisele Aparecida Dias Franco. **Olhares entrecruzados**: mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca pela segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERTAUX, Daniel. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers internationaux de sociologie**, p. 197-225, 1980.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 198-211, 2003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9910. Acesso em: 17 fev. 2024.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann. *et al.* Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, p. 10-16, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Viver um Tempo, habitar um espaço: a visita de um Antropólogo à Geografia. *In:* BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **"No Rancho Fundo" espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: Edufu, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em Situação de Rua** - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. **MPF debate desafios para implantação no Brasil do projeto Moradia Primeiro voltado à população de rua**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/mpf-debate-desafios-para-implantacao-no-brasil-do-projeto-moradia-primeiro-voltado-a-populacao-de-rua. Acesso em: 10 set. 2023.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CAMPOS, Dóris Jamylla Siqueira Lopes. **Ordenamento Territorial em Recife - PE**: as transformações espaciais da realocação de famílias pobres através do projeto via Mangue. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CAPRIANI, Roberto; POZZI, Enrico; CORRADI, Consuelo. Histories de vie de familiale dans un context urbai. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. 79, p. 253-262, 1995.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O mito do Método**. Seminário de Metodologia Estatística. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1971.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, [*S. l.*], v. 1, n. 18, 2015. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/151. Acesso em: 17 fev. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *et al.* **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direto à cidade". **Revista Direito e Práxis**, Chapecó, v. 11, p. 349-369, 2020.

CARVALHO, Adriana Pinheiro; FURTADO, Juarez Pereira. Fatores contextuais e implantação da intervenção Housing First: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 133-150, 2022.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. *In:* WANDERLEY, Mariângela; BÒGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997.

CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara. Espaço e lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia.; ELALI, Gleice Azambuja (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. v. 1, p. 182-190.

CAVALCANTI, Débora de Barros. **Fighting for a place in the city**: social practices and State action in Maceió, Brazil. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) – *London School of Economics and Political Science*, London, 2010.

CAVALCANTI, Débora de Barros. Lutando por um lugar na cidade de Maceió, Brasil. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 1-18, 2017.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do processo social população em situação de rua:** um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. 2011. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CONCEIÇÃO, Geane Almeida. *et al.* Centro Histórico de Aracaju: urbanismo, identidade, usos, políticas urbanas e turismo. *In:* **Anais do XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Niterói: UFF, 2010.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. *In:* CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira & CRUZ, Luiz Lima (orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental.** Fortaleza: Eduece, 2003.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre:** un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, Luis Arthur; FONSECA, Tania Galli; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. (2004). Corpoartecidade: (inten)cidades dos corpos urbanos. *In:* FONSECA, Tania G.; ENGERLMAN, Selda (orgs.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzo, escavando o futuro de Los Angeles**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzo**. São Paulo: Boitempo, 2009.

DE ALMEIDA, Marta Carvalho. *et al.* Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 19, n. 3, 2011.

DE MATOS DIAS, Douglas; DE MATOS, Ana Paula Dantas Messias. Avifauna recolhida pelo Pelotão de Polícia Ambiental de Sergipe, Brasil. **Atualidades Ornitológicas**, 184, mar./abr. 2015.

DE OLIVEIRA, Cleiton José Lemos. **A população em situação de rua e a violação dos direitos humanos**. UFMA, 2018. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1008_1008612e72286f351.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

DE OLIVEIRA, Flávia Barbosa; DA COSTA, Samira Lima. Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, p. 347-355, 2015.

DE SOUSA FILHO, Alípio. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 13-26, 2008.

DIAS, Shayenne Barbosa; DE JESUS, Cláudio Roberto. Cidade hostil. **Revista GEOgrafias**, v. 27, n. 1, p. 26-50, 2019.

DO NASCIMENTO NONATO, Domingos; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 2, n. 2, p. 81-101, 2016.

DO NASCIMENTO, Ana Carolina Peixoto; ROSA, Carlos Mendes. Aproximações da metodologia de housing first com a estratégia de redução de danos para pessoas em situação de rua. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 52, p. 131-140, 2021.

DOS SANTOS, Vera Maria; DE ARAÚJO, Hélio Mário. **Geografia de Sergipe**. São Cristovão: [s.e.], 2012.

DOS SANTOS NETO, Amancio Cardoso. ARACAJU EM 07 DIAS: um guia turístico temático. **Anais da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do IFS**, v. 2, n. 1, p. 297-300, 2020.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESCOREL, Sara. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FARIA, Débora Raquel. Da generosidade à hostilidade: arquitetura hostil nas galerias da Avenida Sete de Setembro. *In:* ROSANELI, Alessandro F. (org.). **Olhares pelo espaço público**, Curitiba, p. 223-250, 2019.

FERGUSON, Kristin M.; XIE, Bin; GLYNN, Shirley. Adapting the Individual Placement and Support Model with Homeless Young Adults. **Child Youth Care Fórum**, v. 41, p. 277-294, 2012.

FERNANDES, José Alann Rodrigues. **Somos invisíveis para você?** população em situação de rua e negação de direitos. 2018. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. *et al.* Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureca da regeneração urbana. **Movimento-revista de educação**, Rio de Janeiro, n. 3, 2015.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. MACHADO, Sulamita Crespo Carrilho. Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 90, ano XXVII, jun. 2007.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. **Direitos Humanos**, n. 8, p. 35-40, 2012.

FIGUEIREDO, Carolina. População em situação de rua no Brasil cresce 16% de dezembro a maio, diz pesquisa. **CNN Brasil**, São Paulo, 10 jun. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-cresce-16-de-dezembro-a-maio-diz-pesquisa. Acesso em: 10 jun. 2022.

FRAGA, Patricia; DE MORAES SARMENTO, Helder Boska. Capitalismo, população em situação de rua e (Des)proteção Social. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 6, n. 01, p. 72-88, 2022.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves**. Relatório final do diagnóstico da cidade de Aracaju**. Prefeitura de Aracaju, Secretaria Municipal do Planejamento e Orçamento, Aracaju, 2014. https://ewsdata. rightsindevelopment. org/files/documents/11/IADB-BR-L1411_WbttEZe. pdf,2014. Acesso em: 21 ago. 2021.

FRANCO, Renato Ferreira.; VAN STRALEN, Cornelis Johannes. O espaço de habitação e sua importância para a produção de subjetividade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 402-419, 2012.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FREIRE, Carolina Campos et al. **Arquitetura solidária**: recuperando vidas e prédios abandonados. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GAMA JÚNIOR, César Gomes. **Atravessamentos e transversalizações na vida de moradores de rua**: reflexões a partir de um lugar institucional no município de Aracaju-SE. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2019.

GLADWELL, Malcolm. **Million-dollar Murray -why problems like homelessness may be easier to solve than to manage**. New York: The New Yorker, Fact Dept. of Social Services, 2006.

GOFFMAN, Erving, **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. [*S.l.*]: Coletivo Sabotagem, 2004.

GOMES; Dalila Fernandes; ELIAS, Flávia Tavares Silva. Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: analise documental. **Comunicação Ciências Saúde**, Brasília, 27, n. 2, p. 151-158, 2016.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: Palavras-chave da Antropologia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, abr.,1997.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. *In:* HEIDEGGER, Martin. **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia S. Cavalcanti. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HUNGARO, Anai Adario. *et al*. Homeless population: characterization and contextualization by census research. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 5, e20190236, 2020.

INSTITUTO PÓLIS. Cartilha do Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para lutar. São Paulo: Instituto Pólis, 2010. **Cartilha**. Disponível em: http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf. Acesso: 22 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Nota técnica Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020).** Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf em: Acesso em: 8 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2022**. [*S.l: s.n.*], s.d. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2022/pnadc_202201_trimestre_caderno.pdf.

JODELET, Denise. Os Processos Psicossociais da exclusão. *In:* Sawaia, B. (org). **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, p. 55-67, 2011.

JORDÃO, Diogo. A população em situação de rua e os usos do território em campos dos Goytacazes/RJ. **Espaço e Geografia**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 12-36, 2021.

JORNAL DO ESTADO. Cerca de seis mil pessoas em situação de rua são atendidas no Centro Pop. **Jornal do Estado**, 1 abr. 2022. Disponível em: https://a8se.com/tv-atalaia/jornal-do-estado/cerca-de-seis-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-sao-atendidas-no-centro-pop/. Acesso em: 29 jun. 2022.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Ausência de políticas públicas efetivas para população de rua. **Le monde Diplomatique Brasil**, 8 jun. 2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/ausencia-de-politicas-publicas-efetivas-para-populacao-de-rua/. Acesso em: 29 jan. 2024.

KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. População em situação de rua e o direito à moradia em tempos de Covid-19. **Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 20, 2020.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACOSTE, Yves. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Teorema, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIRA, Pablo Silva. **Instâncias urbanas e violência**: uma análise dialética. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

MACHADO, Anselmo Belém. **Grande Aracaju**: Processo de uma metropolização emergente. Aracaju: Gráfica Atalaia, 1990.

MALFITANO, Ana Paula Serrata.; MARQUES, Ana Cláudia Rodrigues. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo**. Cad. Ter .Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 289-296, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. Exclusão social e reforma urbana. **Proposta**, n. 62, p. 51-56, 1994.

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. **A norma e o fato:** abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2003.

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. Revisitando autores sobre os conceitos de Segregação socioespacial e exclusão social na análise da produção desigual do Espaço urbano. **Contexto Geográfico**, Maceió, v. 5, n. 9, p. 45-56, 2020.

MARQUES, Camila Fernandes.; ROBERTO, Nathalia Leardini Bendas.; GONÇALVES, Hebe Signorini.; BERNARDES, Anita Guazzelli. O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem? **Psicologia**: Ciência e Profissão. Brasília, v. 39 (n.spe 2.), e225552, p. 6-18, 2019.

MASLOW, Abraham Harold. **Motivación y personalidad**. Barcelona: Sagitário, 1954.
NOBRE, Maria Teresa et al. Narrativas de modos de vida na rua: história e percursos. **Psicologia & sociedade**, v. 30, n. 0, 2018.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. *et al.* O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

PALOMBINI, Leonardo L. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal:** os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Moradores de Rua e suas relações com o espaço urbano**. Porto Alegre: Para onde, 2013.

PATURET, Jean-Bernard. Pensar a crueldade no coração da política. **Trivium**, v. 1, p. 1-9, 2012.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. *In:* SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 69-88, 2011.

PAULA, Camilla Rocha de. O Modelo Housing First: uma abordagem inovadora para a solução do problema da moradia. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 2023. Disponível em: https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/61442/o-modelo-housing-first-uma-abordagem-inovadora-para-a-soluo-do-problema-da-moradia. Acesso em: 6 out. 2023.

PICCOLLI, Dailza Fiuza. Efeitos do uso da arquitetura hostil sobre a paisagem urbana em Santa Maria (RS). **Estudos Geográficos**, v. 20, n. 2, p. 51-52, 2022.

PINHO, Roberta Justel do. **População em situação de rua eo mundo do trabalho**:(im) possibilidades de transposição da linha abissal? 2020. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

PODER360. **Em 10 anos, a população de rua aumentou quase 10 vezes, diz o Ipea. Poder360,** 11 dez. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/em-10-anos-populacao-de-rua-aumentou-quase-10-vezes-diz-ipea/#:~:text=Um%20estudo%20do%20Ipea%20(Instituto,Em%202023,%20passou%20para%20227.087. Acesso em: 13 fev. 2024.

PONTE, Sabrina Madeira. *et al.* A Invisibilidade Social da População em Situação de Rua: Um Relato de Experiência de Estágio. **ID on line**, v. 16, n. 63, p. 188-203, 2022.

PORTAL CESAD. ASPECTOS gerais do surgimento e crescimento urbano de Aracaju, de sua região metropolitana e o caso do bairro jardins. Geografia Urbana I, **Portal CESAD**, Aracaju. p. 121-145, ago. 2010. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/15462416022012Geografia_Urbana_I_aula_10.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

PRATES, Jane Cruz.; PRATES, Flávio Cruz.; MACHADO, Simone Araujo. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados. **Temporalis**, Brasília, n. 22, p. 191-215, 2011.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na rua**: há projeto possível? 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo, 2012.

RAQUEL, Sara Alves. **Desafios para o atendimento à população em situação de rua em Florianópolis:** um estudo do núcleo de apoio à família-rodoviário. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, 2012.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre mobilidades e permanências**: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. População de rua: Brasil e Canadá. *In:* ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: HUCITEC, 1995.

SANTANA, Cássia. Ocupação Dandara: PMA notificada para retirar famílias - O que é notícia em Sergipe. **Infonet**, Aracaju, 7 jul. 2015. Disponível em: https://infonet.com.br/noticias/cidade/ocupacao-dandara-pma-notificada-para-retirar-familias/. Acesso em: 11 fev. 2024.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura**, UFBA, v. 1, 1996.

SANTOS, Milton. Passado e presente das relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no estado da Bahia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 65, p. 5-28, 1987.

SANTOS, Waldefrancamente Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. *In:* SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: EDUSP, p. 134-134, 2009.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Censo antecipado pela Prefeitura de São Paulo revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos. **Prefeitura Municipal de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. de 2022. Disponível em: https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos. Acesso em: 16 jun. 2022.

SBT NOTÍCIAS. Padre Julio Lancellotti critica censo: “Mostra um dado abaixo do real” - **SBT News**. 24 jan. 2022. Disponível em: https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/194521-padre-julio-lancellotti-critica-censo-mostra-um-dado-abaixo-do-real. Acesso em: 13 fev. 2024.

SBT NOTÍCIAS. Padre Julio Lancellotti crítica censo: "mostra um dado abaixo do real**”. SBT News**, 24 jan. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u-Qc4BBQuWA. Acesso em: 16 jun. 2022.

SCHUCH, Patrice. **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012.

SERAFINO, Irene.; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Katálysis,** Florianópolis, v.18, n.1, p. 74-85, 2015.

SERGIPE. Ministério Público de Sergipe. **Audiência Pública no MPSE discute sobre ocupação irregular de imóvel abandonado do Hotel Aperipê em Aracaju**. Sergipe, 14 jul. 2022. Disponível em: https://www.mpse.mp.braudiencia-publica-no-mpse-discute-sobre-ocupacao-irregular-de-imovel-abandonado-do-hotel-aperipe-em-aracaju. Acesso em: 11 fev. 2024.

SILVA, Eliriany Lima da. *et al.* **Populações em situação de rua, território urbano, luta pela cidadania e qualidade de vida no município de Santarém-PA**. 2021. Tese (Doutorado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021.

SILVA, Hélio. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Revista Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, Jovelina Ruela. **Dandara**: a trajetória do processo de construção e estabelecimento de uma comunidade criada a partir de uma ocupação. 2016. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUSA, Edson Luiz André de; BECHLER, Janaina. Labirintos na cidade contemporânea. **Psicologia**: ciência e profissão, Brasília, v. 28, p. 390-403, 2008.

SOUZA, Josiane Cristina Orlando de**. Corpo e política**: cartografias da população em situação de rua - 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do equador. *In:* VERAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Revista Lusíada**, São Paulo, n. 17-18, p. 197-225, 1998.

STOFFELS, Marie Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 93–109, 2016.

TIENGO, Verônica Martins. O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-150, 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 139-165, 2012.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 182-192, 2020.

VICENZO, Giacomo. **Aporofobia**: aversão a pessoas pobres está presente até na arquitetura. **Uol,** 25 jan. 2022. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/01/25/aporofobia-aversao-a-pessoas-pobres-esta-presente-ate-na-arquitetura.htm. Acesso em: 17 fev. 2024.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. Alexandre de Moraes dá 120 dias para o governo apresentar plano para população em situação de rua. **G1**, Brasília, 25 jul. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/25/alexandre-de-moraes-da-120-dias- para-o-governo-apresentar-plano-para-populacao-em-situacao-de-rua.ghtml. Acesso em: 13 fev. 2024.

VIEIRA, I. M. P. **Aracaju concentra 35,5% do PIB sergipano - Observatório**. Disponível em: https://observatorio.se.gov.br/aracaju-concentra-355-do-pib-sergipano. Acesso em: 15 mar. 2024.

WEHMANN, Hulda Erna. **Habitar a paisagem**: o reconhecimento da experiência estética como direito à cidade. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

YI-FU, Tuan. *et al.* **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 15-29, 2006.